



ACADEMIA MILITAR

Equitação Militar – Análise de modelos de formação de formadores

**Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria David Emanuel Monteiro
Azevedo da Silva**

Orientador: Major de Cavalaria José Pedro Rebola Mataloto

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2013**



ACADEMIA MILITAR

Equitação Militar – Análise de modelos de formação de formadores

**Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria David Emanuel Monteiro
Azevedo da Silva**

Orientador: Major de Cavalaria José Pedro Rebola Mataloto

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2013**

Dedicatória

Aos meus pais, irmão e namorada.

Agradecimentos

Após a realização deste trabalho gostaria de agradecer e expressar o meu sincero agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram e tornaram possível a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA).

Ao meu orientador, Major de Cavalaria José Mataloto pela orientação e pelo empenho que mostrou desde o princípio, tornando possível a concretização do trabalho desde o seu início até à sua conclusão.

Ao Diretor da ENE, Coronel Teles Grilo, pelo apoio desde logo demonstrado, contribuindo com conselhos e ideias para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel Gomes da Silva, pelas linhas orientadoras que me deu e pela ajuda a discutir o rumo a seguir neste trabalho, bem como, todo o contributo ao nível da base documental.

Ao Coronel Manuel Veloso, ao Coronel Simões de Melo, Tenente-Coronel Aníbal Marianito, ao Major Carlos Marques, ao Capitão Emanuel Umbelino, ao Capitão Duarte Caldeira e ao 1º Sargento Nuno Silva, que prontamente concordaram em conceber-me a sua ajuda através da resposta às entrevistas.

Ao meu Curso, tanto pelo apoio prestado neste trabalho, como ao longo destes cinco anos na Academia Militar.

À minha família, namorada e amigos pela amizade, carinho, atenção, dedicação e apoio sempre prestados.

MUITO OBRIGADO!

Resumo

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, o presente trabalho intitulado “Equitação Militar- Análise de modelos de formação de formadores” estuda o modelo de formação de formadores de equitação adotado pelo Exército Português.

Como instrumento de recolha de dados, foi constituído um modelo de entrevista, associado às capacidades exigidas a um ajudante de monitor, monitor e instrutor de equitação. Esta entrevista foi aplicada a um conjunto de oficiais e sargentos de Cavalaria atualmente associados à formação tanto no Exército como na Escola Nacional de Equitação.

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar as diferenças entre o modelo de formação adotado atualmente e o anteriormente utilizado, tendo em conta, os requisitos exigidos, os módulos ministrados e a carga horária dos cursos no meio militar e civil.

As opiniões dos entrevistados acerca do novo modelo diferem. Uns defendem um modelo militar equiparado ao civil enquanto outros apoiam uma distinção entre eles. Porém, todos consideram que a equitação militar é importante e deve continuar, apoiando a sua continuidade no Centro Militar de Educação Física e Desportos.

As diferenças mais significativas entre os dois modelos de formação de formadores aparecem ao nível do curso de monitores e de instrutores. No novo referencial de curso de monitores de equitação, tanto os oficiais como os sargentos iniciam a sua formação frequentando este mesmo curso, ao invés do que acontecia com o modelo antigo onde os oficiais frequentavam o curso de instrutores de equitação e os sargentos, o de monitor de equitação. Relativamente a esta alteração, parte dos entrevistados apoia-a, enquanto outra parte defende que o ponto de partida entre oficiais e sargentos é diferente por isso o curso de monitores dever-se-ia manter só para sargentos.

Outra alteração que acontece e que está relacionada com a anterior é a diminuição do número de horas do curso de instrutores de equitação militar, sendo assim um dos motivos principais para a não validação civil do curso.

Palavras-Chave: Equitação Militar, Modelos de formação de formadores, Monitor, Instrutor, Validação Civil

Abstract

In the context of Working for Applied Research, the presented thesis studies the subordinate theme of "*Military Riding - Analysis models of training trainers*". This model studies the training of riding trainers adopted by the Portuguese Army.

As an instrument of data collection, we created a model interview, coupled with the capabilities required for an assistant monitor, monitor and riding instructor. This interview was applied to a set of Cavalry officers and sergeants currently associated with training in both the Army and the National School of Horsemanship.

The main objective of this work is to demonstrate the differences between the training model currently adopted and the previously used model taking into account the requirements, the modules taught and the workload of the courses in the military and civilian areas.

The opinions of respondents about the new model differ. Some defend a military model equated with the civil model while others support a distinction between them. However, all believe that the military riding is important and its continuity should continue to be supported at the Center of Military Physical Education and Sports.

The most significant differences between the two models appear in the training of trainers course level for monitors and instructors. In the new benchmark for course monitors in riding, both officers and sergeants begin their training by attending the same course, rather than what happened in the old model where officers attended the course of riding instructors and sergeants, to monitor riding. Some interviewees support this change, while another part argues that the starting point between officers and sergeants is different so the monitors course should be only for sergeants.

Another change that has happened and which is related to the above is the decrease in the number of hours of the military riding instructors course, this being, one of the main reasons for non-validation of the course.

Keywords: Riding Military Models training of trainers, Monitor, Instructor, Civil Validation

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral.....	v
Índice de Quadros.....	viii
Lista de Apêndices.....	ix
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	x
Parte I	1
Capítulo 1: Introdução.....	1
1.1 Introdução.....	1
1.2 Enquadramento.....	1
1.3 Justificação do tema.....	2
1.4 Delimitação do estudo	3
1.5 Pergunta de Partida e perguntas derivadas	4
1.6 Hipóteses	4
1.7 Objetos e objetivos de investigação.....	5
1.8 Metodologia.....	5
1.9 Estrutura do trabalho	6
Capítulo 2: Equitação Militar	7
2.1 Introdução.....	7
2.2 Finalidades.....	7
2.3 Objetivos.....	8
2.4 Áreas de Atuação.....	9
2.5 Organização	10

2.6 O Funcionamento	12
Capítulo 3: A formação de formadores de Equitação em Portugal (Evolução)	14
3.1 Introdução.....	14
3.2 A Escola de Mafra	14
3.3 A Escola Nacional de Equitação	17
Capítulo 4: Os modelos de formação de formadores	19
4.1 Introdução.....	19
4.2 Modelos de formação da ENE.....	19
4.3 Modelos de formação do CMEFD	20
4.3.1 Principais alterações nos modelos de formação do CMEFD (Antigo vs Novo)	21
4.4 Principais diferenças.....	22
Parte II.....	23
Capítulo 5: Metodologia.....	23
5.1 Introdução.....	23
5.2 Método de Investigação.....	23
5.3 Universo da análise e escolha da amostra	24
5.4 Procedimentos e técnicas de tratamento da informação	26
Capítulo 6: Apresentação, análise e discussão de resultados	28
6.1 Introdução.....	28
6.2 Análise das entrevistas.....	29
6.2.1 Análise da questão nº 1.....	29
6.2.2 Análise da questão nº 2.....	31
6.2.3 Análise da questão nº 3.....	32
6.2.4 Análise da questão nº 4.....	33
6.2.5 Análise da questão nº 5.....	35
6.2.6 Análise da questão nº 6.....	37
6.2.7 Análise da questão nº 7.....	38
6.2.8 Análise da questão nº 8.....	40
6.2.9 Análise da questão nº 9.....	41

6.2.10 Análise da questão nº 10.....	43
6.2.11 Análise da questão nº 11.....	44
6.2.12 Análise da questão nº 12.....	46
Capítulo 7: Conclusões e Recomendações	47
7.1 Introdução.....	47
7.2 Verificação das hipóteses	47
7.3 Resposta às questões de investigação	48
7.4 Limitações da Investigação	50
7.5 Investigações futuras	51
Bibliografia.....	52
Apêndices.....	54
Apêndice A – Guião de Entrevista	55
Apêndice B – Guião de Entrevista adaptado	59
Apêndice C – Entrevista ao Cor Cav Ref Manuel Veloso	63
Apêndice D – Entrevista ao Cor Cav Ref Manuel Teles Grilo	73
Apêndice E – Entrevista ao Cor Cav Carlos Simões de Melo.....	81
Apêndice F – Entrevista ao TCor Cav Aníbal Marianito da Silva	89
Apêndice G – Entrevista ao TCor Cav Luís Gomes da Silva.....	96
Apêndice H – Entrevista ao Maj Cav Carlos Marques.....	102
Apêndice I – Entrevista ao Cap Cav Emanuel Umbelino	108
Apêndice J – Entrevista ao Cap Cav Duarte Caldeira	115
Apêndice K – Entrevista ao 1º Sargento Cav Nuno Silva.....	119
Apêndice L – Quadro-síntese das questões das entrevistas.....	124

Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Estrutura e breve resumo do trabalho de investigação	6
Quadro nº 2 - Técnicas de amostragem	25
Quadro nº 3 – Caracterização da amostra.....	26
Quadro nº 4 – Análise da questão nº 1	29
Quadro nº 5 - Análise da questão nº 2	31
Quadro nº 6 - Análise da questão nº 3	32
Quadro nº 7 - Análise da questão nº 4	33
Quadro nº 8 - Análise da questão nº 5	35
Quadro nº 9 - Análise da questão nº 6	38
Quadro nº 10 - Análise da questão nº 7	39
Quadro nº 11 - Análise da questão nº 8	40
Quadro nº 12 - Análise da questão nº 9	41
Quadro nº 13 - Análise da questão nº 10	43
Quadro nº 14 - Análise da questão nº 11	45
Quadro nº 15 - Análise da questão nº 12	46
Quadro nº 16 - Quadro-síntese das questões das entrevistas.....	124

Lista de Apêndices

Apêndice A – Guião de Entrevista	55
Apêndice B – Guião de Entrevista adaptado	59
Apêndice C – Entrevista ao Cor Cav Ref Manuel Veloso	63
Apêndice D – Entrevista ao Cor Cav Ref Manuel Teles Grilo	73
Apêndice E – Entrevista ao Cor Cav Carlos Simões de Melo.....	81
Apêndice F – Entrevista ao TCor Cav Aníbal Marianito da Silva	89
Apêndice G – Entrevista ao TCor Cav Luís Gomes da Silva.....	96
Apêndice H – Entrevista ao Maj Cav Carlos Marques.....	102
Apêndice I – Entrevista ao Cap Cav Emanuel Umbelino	108
Apêndice J – Entrevista ao Cap Cav Duarte Caldeira	115
Apêndice K – Entrevista ao 1º Sargento Cav Nuno Silva.....	119
Apêndice L – Quadro-síntese das questões das entrevistas.....	124

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

AM	Academia Militar
Cap	Capitão
Cav	Cavalaria
CCE	Concurso Completo de Equitação
CCP	Certificado de Competências Pedagógicas
CM	Colégio Militar
CMEFD	Centro Militar de Educação Física e Desportos
CMEFED	Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos
Cor	Coronel
CTER	Comissão Técnica de Equitação e Remonta
DSEFE	Direção do Serviço de Educação Física do Exército
EM	Equitação Militar
EME	Estado-Maior do Exército
ENE	Escola Nacional de Equitação
Ex	Exército Português
EPC	Escola Prática de Cavalaria
ESE	Escola de Sargentos do Exército
FEP	Federação Equestre Portuguesa
GNR	Guarda Nacional Republicana
IDP	Instituto do Desporto de Portugal
IGEC	Inspeção Geral da Educação e Ciência
IGEQ	International Group for Equestrian Qualification
Maj	Major
MDN	Ministério da Defesa Nacional
POFFE	Programa Oficial de Formação de Formadores Equestres
POFFTE	Programa Oficial de Formação de Formadores e Técnicos de Equitação

Ref	Reforma
REM	Regulamento Equestre Militar
SEM	Semana Equestre Militar
TCor	Tenente-Coronel
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
U/E/O	Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos do Exército
V. Ex. ^a	Vossa Excelência

Parte I

Capítulo 1

Introdução

1.1 Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) cujo tema é: “Equitação Militar - Análise de modelos de formação de formadores” surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria, ministrado na Academia Militar (AM).

O capítulo que se inicia agora, aborda o enquadramento, trata a justificação da escolha do tema acima mencionado, delimita o estudo feito, expõe as perguntas e hipóteses que orientaram o termo da investigação, assim como reflete os respetivos objetivos a alcançar com a realização do trabalho. Menciona também a metodologia e a estrutura utilizadas na realização do trabalho, elementos que contribuem para uma melhor compreensão do tipo de análise que é proposta.

Este trabalho foi elaborado entre fevereiro e julho de 2013, sendo de extrema importância para a formação do aluno, desenvolvendo diversas competências, tanto ao nível metódico, como de pesquisa que um trabalho científico impõe.

1.2 Enquadramento

A Equitação é uma arte, e como todas as artes, existe para ela um plano científico assente em várias bases como a fisiologia, a mecânica, a psicologia entre outras. É uma arte onde nunca se atinge a perfeição, e por isso mesmo muito competitiva e ao mesmo

tempo fascinante. Deslumbrante também devido à perfeita simbiose que tem de se estabelecer entre o homem e o animal. (Oliveira, 1945)

O cavalo não é um objeto ou um aparelho qualquer que obedece prontamente a todas as indicações dadas pelo homem, o cavalo é sim um ser vivo e como tal, tem vontade própria, vontade essa variável de animal para animal. Com isto, quero então dizer que a prática de equitação não é fácil. Manejar habilmente ou ensinar artisticamente um cavalo requer muito treino e muita prática, mesmo para quem seja dotado de tais aptidões. (Oliveira, 1945)

Para montar bem e posteriormente ensinar bem um cavalo, é inquestionável uma boa orientação, um grande mestre de equitação que eduque não só o cavaleiro mas também o cavalo, mestre esse cujo conhecimento de toda a base científica tem de ser também, mas não só por si indispensável. Este instrutor ou mestre de equitação não pode ser apenas um bom cavaleiro. Além de todo o seu conhecimento da arte equestre, tem também de possuir qualidades de pedagogo, dando as indicações corretas no momento certo. (Oliveira, 1945)

Dentro do mesmo assunto, mas agora especificamente no Exército, todos os oficiais de Cavalaria, e não só, que são realmente cavaleiros sabem que a instrução de equitação tem vindo a sofrer várias alterações ao longo dos tempos. Essas alterações não se verificam somente nas formas de montar a cavalo ou de trabalhar um cavalo, mas também, em todos os processos que levam a um cavaleiro, tornar-se monitor, instrutor ou mestre de equitação. Assim sendo, o meu objetivo com este trabalho é apresentar estas alterações.

1.3 Justificação do tema

A escolha do tema enunciado teve por base o interesse pessoal do autor pelas várias temáticas que compõem a Equitação Militar (EM).

Como já foi referido anteriormente, a equitação no Exército tem vindo a sofrer inúmeras alterações, que são naturalmente muito analisadas e estudadas, mas em grande parte, somente ao nível dos praticantes.

Interessa também analisar e dar a conhecer, todo o processo de formação para quem, *à posteriori*, irá dar formação nesta área. Neste sentido iremos, apresentar os cursos de ajudantes de monitor, monitores e instrutores de equitação.

Até há bem pouco tempo, a instituição militar era a única a nível nacional a fornecer este tipo de formação, mas com o aparecimento da Escola Nacional de Equitação (ENE)¹ em 2005, tal já não se verifica.

A instituição militar, tem vindo a alterar o seu modelo de formação de formadores tradicional paralelamente à instituição civil, mas pouca informação foi escrita e divulgada ainda sobre isso. Assim sendo, um estudo que vise dar a conhecer melhor estas alterações que se têm vindo a fazer num passado muito próximo, torna-se um estudo necessário, exequível e bastante atual, capaz de contribuir para o desenvolvimento desta temática.

1.4 Delimitação do estudo

Este trabalho de investigação incide principalmente no tipo de formação dada a quem exerce funções de formação na área da equitação militar do Exército Português (Ex), sendo que para atingir os objetivos propostos, tivemos também de ter em conta o órgão semelhante e que fornece esse tipo de formação, mas no âmbito civil que é a Escola Nacional de Equitação (ENE).

O período temporal de análise neste trabalho incidiu sobretudo entre 1985 (data da aprovação do Regulamento Equestre Militar (REM))² e a atualidade. Das Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos do Exército (U/E/O) com componente equestre, a investigação deu primazia à AM, Escola de Sargentos do Exército (ESE), Escola Prática de Cavalaria (EPC) e Colégio Militar (CM) por neles se encontrarem formadores a exercer essa mesma função na área da equitação e ao Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD) por nele se materializarem, os cursos de formação de formadores nesta área.

Neste trabalho é também abordada a ENE, por ser a instituição que confere a formação nesta área mas a nível civil.

¹ A ENE é uma Associação de Entidades Públicas e Privadas com Fins Formativos, Culturais e Sociais, sem Fins Lucrativos.

Os seus três objetivos são:

- Formação Equestre de Profissionais da modalidade
- Formação Equestre de Praticantes de todas as disciplinas
- Promoção de eventos desportivos da área equestre

² Documento que regula a Equitação Militar. Aprovado e posto em execução a partir de 1 de junho de 1985.

1.5 Pergunta de Partida e perguntas derivadas

O estudo realizado desenvolveu-se em torno da seguinte pergunta de partida: Estará o modelo de formação de formadores de Equitação, adequado às necessidades atuais do Exército Português?

Para responder a esta questão foram levantadas as seguintes perguntas derivadas:

- PD1 – Será a Equitação Militar importante para o Exército nos dias de hoje?
- PD2 – A Equitação Militar continua a ser praticada nos dias de hoje?
- PD3 – Os cursos de formação de formadores estão adequados às funções que vão desempenhar depois?
- PD4 – Será impeditivo o facto de oficiais e sargentos frequentarem o mesmo curso?
- PD5 – Será importante o facto de estes cursos de formação de formadores em Equitação Militar, terem uma validação civil?
- PD6 – Quais serão as vulnerabilidades e potencialidades dos novos referenciais de curso?
- PD7 – Qual deverá ser o local de realização destes cursos?

1.6 Hipóteses

Tendo em conta a Pergunta de Partida e as Perguntas Derivadas levantadas, surgiram as seguintes Hipóteses:

- H1 – A Equitação Militar continua a ser importante para a formação dos quadros permanentes no Exército Português.
- H2 – A Equitação Militar é praticada no Exército Português atualmente.
- H3 – Os diferentes cursos de formação de formadores de equitação estão adequados e atualizados às funções que vão ser desempenhadas.
- H4 – O facto de oficiais e sargentos frequentarem o mesmo curso não é impeditivo.
- H5 – Tendo em conta as necessidades do Exército Português, uma validação civil destes cursos, não se torna essencial.

- H6 – Uma vulnerabilidade é o facto de não se obter a validação do grau III e uma potencialidade o facto de se obter uma validação civil no curso de monitores de equitação.
- H7 – O local para a realização destes cursos deverá continuar a ser o CMEFD.

1.7 Objetos e objetivos de investigação

O objeto de estudo deste trabalho é o modelo de formação de formadores de equitação militar. O objetivo geral de estudo é analisar os diferentes tipos de cursos ligados à equitação ministrados no CMEFD, tendo em conta as suas valências e necessidades para o bom funcionamento do Exército Português. Este trabalho pretende, em geral, analisar os novos referenciais dos cursos de formadores de equitação militar, tendo em conta os referenciais dos cursos a nível civil e a importância destes cursos na atualidade do Exército Português.

Os objetivos específicos são:

- Saber se, dada a conjuntura e as necessidades atuais da prática de Equitação no Exército Português, existe a necessidade de se continuar a dar formação nesta área e se esta está adequada a essas mesmas necessidades.
- Propor, se necessário alterações aos cursos de ajudantes de monitor, monitores e instrutores de equitação, de maneira a torná-los mais rentáveis e direcionados para as exigências atuais e futuras do Exército Português.

1.8 Metodologia

Para a realização deste TIA, foi seguida a metodologia científica utilizada na investigação em Ciências Sociais, apoiando-nos, em primeiro lugar, pelas Normas para a redação do relatório científico final, TIA, explanadas na NEP 520/DE de 30 de junho de 2011, e em seguida, em outras obras como é o caso das de Freixo e Sarmento complementando assim o trabalho e fazendo face a determinadas questões que não eram referidas nessas normas.

Este trabalho foi dividido em duas grandes partes principais, uma parte teórica e uma parte prática. A primeira parte, teórica, compreende a revisão de literatura, elaborada com base na análise de livros, trabalhos, artigos, legislação e regulamentos em vigor. Esta primeira parte tem como objetivo principal a sustentação teórica de toda a investigação, verificando-se, para isso, a pesquisa, análise e tratamento de vários documentos. Desta parte, resultaram ainda as questões de investigação e hipóteses para fazer face aos objetivos do trabalho.

Quanto à segunda parte, de cariz essencialmente prático, foram discutidas e analisadas algumas entrevistas elaboradas a uma amostra previamente escolhida, que passou a ser o alvo de estudo. Como principal motivo de escolha desta amostra, está o facto de serem profissionais que se encontram atualmente em funções ligadas à área da equitação, tanto no Exército como na sociedade civil.

1.9 Estrutura do trabalho

Como já foi referido anteriormente, este trabalho é constituído por duas partes principais. Uma parte teórica composta pela revisão de literatura e uma parte prática associada à investigação de campo. Para uma melhor perceção sobre toda a estrutura do trabalho, foi elaborado o quadro que se segue.

Quadro nº 1 – Estrutura e breve resumo do trabalho de investigação

Parte I	Capítulo 1: Introdução	Enquadramento e justificação do tema. Delimitação do estudo. Pergunta de partida e derivadas bem como as suas hipóteses. Objetos e objetivos de investigação. Metodologia e estrutura do trabalho.
	Capítulo 2: Equitação Militar	Breve resumo sobre todos os conceitos relacionados com a equitação militar.
	Capítulo 3: A formação de formadores de Equitação em Portugal (Evolução)	Breve resenha histórica sobre as duas instituições com obrigações na formação de formadores de equitação.
	Capítulo 4: Os modelos de formação de formadores	Apresentação e comparação dos modelos de formação de formadores
Parte II	Capítulo 5: Metodologia	Metodologia adotada. Universo da análise e a escolha da amostra. Apresentação dos procedimentos e técnicas de tratamento da informação.
	Capítulo 6: Apresentação, análise e discussão de resultados	Apresentação, análise e a discussão dos resultados obtidos com a realização de entrevistas.
	Capítulo 7: Conclusões e recomendações	Verificação das hipóteses previamente formuladas, resposta à pergunta de partida e perguntas derivadas. Limitações da investigação e investigações futuras.

Capítulo 2

Equitação Militar

2.1 Introdução

Tendo em conta o facto de a equitação não fazer parte integrante do ponto forte e estratégico de atuação do Exército, a equitação militar é ainda nos dias de hoje uma referência a nível nacional, especialmente no âmbito da formação de formadores, pois até há bem poucos anos, a instituição militar era a única a nível nacional a ministrar este tipo de formação (Pombeiro, 2006). Assim sendo, a inclusão deste capítulo no trabalho revela-se de extrema importância.

Ao longo deste capítulo iremos abordar o conceito de Equitação Militar em todas as suas vertentes. Abordaremos as suas finalidades bem como os seus objetivos tendo em conta as necessidades atuais do Exército Português. Daremos a conhecer todas as áreas de atuação da EM, assim como o modo como está organizada em Portugal e no final, faremos ainda, uma breve abordagem ao seu funcionamento.

2.2 Finalidades

Apesar da crescente evolução da equitação a nível nacional, o conceito e a finalidade da equitação militar tem vindo a perdurar no Exército, sendo de relevante importância para a formação dos futuros oficiais e sargentos do quadro permanente.

De acordo com o REM em vigor, a EM possui quatro finalidades bem definidas que são elas:

- “Contribuir para a formação dos quadros e da juventude militar e para a manutenção da sua aptidão física e moral;
- Aprofundar e revitalizar uma tradição militar de sólidas raízes históricas, nomeadamente na Arma de Cavalaria;

- Preservar e aperfeiçoar a Escola Equestre Militar, como património cultural significativo, de âmbito nacional;
- Contribuir, dentro das suas capacidades, para o desenvolvimento equestre do País” (EME, 1985, p. 1).

2.3 Objetivos

A equitação no Exército possui dois objetivos imediatos, a “continuação do reconhecimento da equitação como um prática fundamental na formação moral dos futuros quadros,...” (Ribeiro, 2002, p. 17) e a “Conservação e rentabilização do valioso património existente,...” (Ribeiro, 2002, p. 17).

Analisando as afirmações transcritas no parágrafo acima, a primeira remete-nos para a instrução dada aos alunos da AM e da ESE e posteriormente na EPC, incutindo nos mesmos qualidades militares, éticas e morais, tais como a coragem, a abnegação, a destreza, o espírito de sacrifício, a decisão, o sentido da responsabilidade e entre outros. Desta forma, contribuindo para um mais completo desenvolvimento psico-motor dos futuros quadros do Exército. A segunda, para a importância da divulgação da imagem do Exército junto da população civil, “manter a tradição equestre militar e aproveitá-la para fazer passar uma imagem de estabilidade do Exército,...” (Ribeiro, 2002, p. 17), não só através de apresentações como a Reprise da Escola de Mafra³ e participações de conjuntos militares em provas civis, mas também em ações de cooperação com entidades civis.

Fora estes objetivos, podíamos enunciar muitos outros, como é o caso de se poder garantir a formação de formadores nesta área e a outros especialistas de equitação, como é o caso dos desbastadores, tratadores hipo e ferradores, tendo em conta que estes cursos constituem também um fator de atração para o ingresso no regime de voluntariado e de contrato, fruto da grande expansão da prática equestre a nível nacional.

³ Expressão global da doutrina de equitação militar.

2.4 Áreas de Atuação

Apesar das alterações decorrentes da evolução natural da equitação militar no Exército e tendo em conta as necessidades atuais do mesmo Exército, a EM possui várias áreas de atuação.

Segundo o REM (1985), a EM possui seis áreas de atuação intimamente relacionadas e que são elas a Instrução de equitação; a Prática Desportiva; a Remonta; o Apoio veterinário, o Apoio administrativo e as Relações com estruturas exteriores ao Exército.

Relativamente à primeira área descrita, a Instrução de equitação, esta é a que mais nos desperta interesse tendo em conta o nosso tema do trabalho. Pois, além de nesta área estar incluída a “formação da juventude militar, em especial dos quadros de Oficiais e de Sargentos, devendo, por isso, ministrar-se prioritariamente nas Unidades e Estabelecimentos onde se realiza a formação dos Quadros Permanentes e nos Estabelecimentos Militares de Ensino.” (EME, 1985, p. 2), está também, a formação de formadores e outros especialistas como é o caso dos tratadores-hipo.

Passando para a segunda área de atuação, a prática desportiva, esta reveste-se de importância, pois a prática da equitação é um “método salutar de obtenção e manutenção da boa aptidão física dos quadros,...” (EME, 1985, p. 3). Esta prática, aliada à parte desportiva, contribui para a formação do cavaleiro, bem como para a evolução dos seus conhecimentos e prestações ao nível da equitação.

Outra área de importância relevante para a EM é a Remonta⁴, pois “a atividade equestre militar depende diretamente de um eficiente completamento que permita a manutenção do efetivo de solípedes autorizado para o Exército” (EME, 1985, p. 3).

O Apoio veterinário é também uma área fundamental para a EM, pois todos os solípedes carecem de cuidados médicos. Atualmente, a Direção de Saúde é a responsável por este serviço.⁵

Relativamente ao Apoio administrativo, este pode ser dividido em três vertentes, o pessoal, onde existe uma necessidade de formação específica a todo o pessoal que se encontra comprometido com a EM e os aspetos logísticos e financeiros, onde estão por

⁴ Ato de adquirir novos cavalos para o Exército Português.

⁵ De acordo com a missão da Direção de Saúde. Ver artigos 25º e 26º do Decreto Regulamentar nº 44/94 do Ministério da Defesa Nacional (D.R. 203/94, 1ª série - B, de 2 de Setembro de 1994)

exemplo, o arraçoamento⁶ dos solípedes e o material e infraestruturas reservadas à prática da EM.

A última área de atuação da EM, relação com estruturas exteriores, remete-nos para o hipismo nacional. Sempre que possível e que se justifique, deve-se continuar a manter relações com estruturas exteriores “...nomeadamente no que se refere à formação de especialistas ao apoio técnico e de infraestruturas...” (EME, 1985, p. 5).

Por fim, atualmente e apesar de não vir consagrado no REM em vigor, uma área de atuação importante da EM é a representação pública, não só através da Reprise da Escola de Mafra, mas também com a participação de cavaleiros militares em competições civis, onde advém naturalmente um “certo prestígio para as Forças Armadas e para Portugal” (EME, 1985, p. 3).

2.5 Organização

Tendo como referência o REM (1985) em vigor, a equitação militar está organizada e pode ser analisada segundo três aspetos. Das estruturas ou quem possui responsabilidades na EM, do pessoal e do animal.

Relativamente às estruturas, no topo da cadeia temos o Estado-Maior do Exército, cujo Chefe define a política Equestre Militar mediante proposta do atual Comandante da Instrução e Doutrina⁷. Assim sendo, dois patamares abaixo temos a Comissão Técnica de Equitação e Remonta (CTER), que é o órgão de consulta do Comandante de Instrução e Doutrina.

A CTER possui várias missões, sendo de realçar a necessidade de “pronunciar-se sobre os assuntos equestres em geral e do pessoal especialista, da competição e prática desportiva, da remonta, do apoio veterinário, da administração e logística e das relações com os outros sectores equestres nacionais” (EME, 1985, p. 7).

Outra estrutura importante para a EM é a Comissão de Remonta. Esta é constituída por três oficiais, sendo um médico-veterinário, aos quais incumbe a missão de “...proceder à aquisição dos solípedes que o Exército necessita” (EME, 1985, p. 9), bem como ao seu abate à fileira.

⁶ Ato de arraçoar, neste caso dar ou distribuir a ração aos solípedes.

⁷ Antigo Diretor do Departamento de Instrução

No final de todas as estruturas temos o CMEFD, que é o “herdeiro da antiga Escola Militar de Equitação...” e ao qual “incumbe ainda a recepção, aclimatação e desbaste dos solípedes adquiridos pelo Exército...” (EME, 1985, pp. 9-10). Subsequentemente, existem todas as secções de equitação orgânicas das unidades e estabelecimentos onde existam solípedes. Estas possuem várias atribuições, das quais podemos realçar o “Ministrar a instrução superiormente determinada ou autorizada...” e o “Apoiar os cavaleiros militares na prática do desporto equestre,...” (EME, 1985, p. 10).

Do aspeto do pessoal, estão basicamente incluídas todas as entidades que exigem uma formação específica e relacionada com a equitação em geral, como é o caso, por exemplo dos tratadores hipo, seleiros, correeiros e os demais formadores nesta área da equitação, como ajudantes de monitor, monitores, instrutores e mestres de equitação.

Relativamente às atribuições e missões de quem possui os cursos de formadores de equitação, podemos constatar que o atual REM, carece de atualização, pois no seu artigo 30º o monitor de equitação é um “Sargento com o curso de Monitor de Equitação.”, algo que já não acontece nos dias de hoje tendo em conta os novos referenciais de curso de formadores de equitação⁸, onde no caso do monitor de equitação se refere como requisito o facto de se ser militar do Exército⁹.

Por fim, o último aspeto da organização da EM é o referente ao animal, onde os solípedes do Exército são classificados em montadas de trabalho, de instrução, de desporto, de desporto propriedade, éguas de ventre e poldros.

As montadas de trabalho podem ser montadas de instrução ou desporto e destinam-se a militares com “reconhecida capacidade e saber equestre” (EME, 1985, p. 25). As montadas de instrução destinam-se prioritariamente a ser empregues na instrução de equitação nas várias Unidades ou Estabelecimentos. Por sua vez, as montadas de desporto são “...distribuídas aos cavaleiros militares, para competições nacionais e internacionais nas modalidades de Ensino, Concurso Completo e Obstáculos...” (EME, 1985, p. 17).

As montadas de desporto propriedade podem ser assim determinadas a militares que possuam condições de receber montadas de desporto e que o façam mas através de solípedes de propriedade particular.

Finalizando, as éguas de ventre que são propriedade do Exército Português e destinam-se exclusivamente à reprodução e os poldros que nascem dessas éguas.

⁸ Aprovados em julho de 2012.

⁹ Ver página 5 do Documento VI a do Referencial de Curso de Monitor de Equitação.

2.6 O Funcionamento

De acordo com o REM (1985), a equitação militar encontra-se em funcionamento tendo em conta três níveis distintos. Um primeiro nível, onde se enquadra toda a formação dada nesta área, um segundo nível focado na prática desportiva e um terceiro nível que faz referência às relações da equitação militar com estruturas exteriores.

Relativamente ao primeiro nível, onde está incluída toda a formação dada, podemos dividir a formação de equitação em quatro fases sucessivas, começando na equitação preliminar, passando à elementar, seguidamente à complementar e finalizando na superior. Estas diferentes fases ou patamares estão intimamente ligadas não só à formação do cavaleiro como também do cavalo, tentando sempre estabelecer-se um paralelismo na formação. Assim sendo, para um cavaleiro inexperiente, devemos ter um cavalo “velho” e vice-versa.

Ainda dentro da formação de equitação, podemos dizer que atualmente esta formação está assente em três pilares, e que são eles a formação de praticantes, a formação de formadores e a formação de outros especialistas.¹⁰

A formação de praticantes, em especial para os quadros do Exército, é a formação que é “garantida através da instrução preliminar e elementar aos cursos da AM e ESE; da instrução elementar e complementar, na EPC, aos quadros de Cavalaria; pela instrução elementar e complementar ministrada nas Unidades de Cavalaria...” (Laureano, 2011, p. 19).

A formação de formadores, tema principal deste trabalho, é então, apesar de algumas alterações, a “...instrução especial, abrangendo já a equitação complementar e a equitação superior, é a única que pode conferir estatuto didático e corresponde à preparação desportiva, artística e pedagógica ministrada, em regime intensivo e profissional,...” (EME, 1985, p. 30).

Por fim, temos o último pilar, que corresponde à formação dada a outros especialistas, como é o caso dos desbastadores e tratadores-hipo.

Passando para o segundo nível do funcionamento da EM, a prática desportiva, podemos claramente distingui-la de dois ângulos. De uma parte competitiva, “...na disputa de provas, ou conjuntos de provas das modalidades olímpicas com utilização normal de

¹⁰ Após conversa com orientador, Maj Cav Mataloto.

cavalos de montadas de desporto...” (EME, 1985, p. 32) e uma parte não competitiva que é utilizada “...como método habitual da manutenção da aptidão física e psíquica ou simples ocupação de tempos livres de cavaleiros que, para o efeito, utilizam normalmente os cavalos montadas de instrução...” (EME, 1985, p. 32). Ainda sobre a prática desportiva, podemos enquadrá-la na Semana Equestre Militar (SEM)¹¹, nos campeonatos desportivos militares¹², na participação em competições civis ou na competição internacional.

Por fim, o último nível, relações com estruturas exteriores, onde se faz referência a todas as “...estruturas exteriores ao Exército com as quais a Equitação Militar tem tido, ou pode vir a ter, relações do tipo coordenação e apoio mútuo...” (EME, 1985, p. 40), como é, por exemplo, o caso da Guarda Nacional Republicana (GNR), a Federação Equestre Portuguesa (FEP), a ENE e as Sociedades e Clubes Hípicos.

¹¹ A SEM é “actualmente, o acontecimento desportivo castrense de maiores tradições...”, o “...ponto de encontro e de reunião anual para avaliação da situação equestre do Exército” e onde se requer a “...presença obrigatória de todos os cavaleiros militares...” (EME, 1985, p. 32).

¹² Provas de hipismo que se realizam nas diferentes Unidades do Exército com capacidade para tal.

Capítulo 3

A formação de formadores de Equitação em Portugal (Evolução)

3.1 Introdução

Neste capítulo pretende-se fundamentalmente dar a conhecer, através de um breve resumo histórico, as duas instituições que têm responsabilidades ao nível da formação de formadores de equitação.

A Escola de Mafra, que atualmente tem a designação de Centro Militar de Educação Física e Desportos e que foi o primeiro local a dar formação nesta área e mais recentemente, a Escola Nacional de Equitação que passou a ter responsabilidades na formação de formadores de equitação a partir de 2006.

3.2 A Escola de Mafra

Para fazermos uma breve resenha histórica da Escola de Mafra, temos de recuar até ao ano de 1711, ano em que o Rei D. João V¹³, que se encontrava vigente na altura, manda edificar o Convento de Mafra, após o nascimento da sua filha, D. Maria Bárbara.

A obra decorreu entre os anos de 1717 e 1744 e não foi claramente um processo pacífico, pois “o País não tinha riqueza para suportar tal encargo, apesar do ouro, diamantes, prata e cobre que vinha do Brasil.” (Casimiro, 1992, p. 6).

Terminada a sua construção, o Convento de Mafra passa a albergar a primeira Escola de Belas Artes do País e, passados alguns anos, já em 1887 é ocupado pela então Escola Prática de Infantaria e Cavalaria, onde passados três anos, em 1890, “...a Escola Prática de Cavalaria separa-se da Infantaria e funda-se em Vila Viçosa...” (Sequeira, 2003, p. 25), local onde nasce verdadeiramente a equitação desportiva.

¹³ João Francisco António José Bento Bernardo de Bragança. Nasceu em Lisboa, no Palácio da Ribeira, em 22 de outubro de 1689 e morreu em Lisboa em 31 de julho de 1750. Foi o 24º Rei de Portugal e reinou desde 1 de janeiro de 1707 até à sua morte. (Infopédia, 2003-2013)

Mas antes destas datas, é importante realçar o ano de 1840, altura onde “...é instalada na Tapada Real a Coudelaria de Mafra a fim de que os poldros das Reais Manadas de Alter do Chão completassem ali a sua criação.” (Casimiro, 1992, p. 9), coudelaria essa que iria ser extinta em 1859.

Em 1895 é então elaborado um regulamento para o Serviço de Remonta Geral do Exército, onde se fala na “...existência de um Depósito de Remonta na Escola Prática de Cavalaria, com a função de recria dos cavalos adquiridos pela Comissão de Remonta...” (Casimiro, 1992, p. 12).

Poucos anos depois, em 1902 é elaborado novo Regulamento de Remonta onde se fala de “...um Depósito de Remonta para recriação e ensino de cavalos adquiridos, mas não especifica a localização, pelo que não chega a ser criado.” (Casimiro, 1992, p. 12).

Mas, após a Instauração da República é novamente estruturado o Serviço de Remonta, surgindo assim em 19 de agosto de 1911 um Regulamento de Remonta onde se previa a criação de dois Depósitos de Remonta com Depósitos de Garanhões. Destes Depósitos, apenas um é criado, e em Mafra, iniciando-se assim o atual CMEFD, na altura com a designação de Depósito de Remonta e Garanhões (Casimiro, 1992).

Este Depósito de Remonta e Garanhões tinha então sobre a sua alçada, dois Depósitos. Um Depósito de Remonta com a missão de “...manter dois potris, um para todos os poldros dos 2 aos 3,5 anos (...) sujeitos ao regime de recreação simples, e outro para parte dos poldros dos 3,5 aos 4,5 anos, adquiridos, sujeitos ao regime de transição e desbaste;...” (Casimiro, 1992, p. 13) e um Depósito de Garanhões para “...preparar e apurar através de provas, os Garanhões do Exército...” (Casimiro, 1992, p. 13).

Em 1931, o atual CMEFD e após o aparecimento do Regulamento do Depósito de Garanhões que determinava como único a nível nacional este depósito em Mafra, altera a sua designação para Depósito de Garanhões, ficando na mesma com as funções do Depósito de Remonta.

Com a reorganização do Exército em 1937, a função do Depósito de Garanhões deixa de existir, e toma a designação de Depósito de Remonta. Com esta alteração, também o esquadrão de equitação que se encontrava na altura na EPC, é transferido para Mafra, recebendo em 1942 “...a missão de assegurar aos quadros da arma de Cavalaria, a instrução equestre necessária à formação de instrutores e monitores de equitação.” (L'Eperon, 1985, p. 9).

Após esta alteração, começam-se então a tomar medidas no sentido de se uniformizar a doutrina equestre a nível nacional, sendo uma delas a vinda de um militar do

Exército Francês. Este militar, o Capitão Jean de Saint André, esteve então durante 4 anos em Mafra, orientando toda a instrução dos monitores, instrutores e mestres de equitação (L'Eperon, 1985).

Em 1950, o então Depósito de Remonta altera novamente de nome, passando a adotar a designação de Escola Militar de Equitação onde passaram a ser dados “...os cursos de Monitor de Equitação, destinado a sargentos do Exército, o Curso de Instrutor de Equitação, destinado a oficiais do Exército de qualquer Arma, e ainda o Estágio de Aperfeiçoamento de Equitação - Mestres de Equitação – aberto apenas a oficiais que tivessem obtido a nota de bom no Curso de Instrutores.” (Sequeira, 2003, p. 26).

No ano de 1956/57, ao curso de instrutores de equitação foi aberta a possibilidade de ser frequentado por civis, desde que reunissem as condições mínimas exigidas. (Sequeira, 2003) E nesse mesmo ano de 1957, a Escola Militar de Equitação e a Secção de Educação Física da Escola Prática de Infantaria juntam-se, formando assim o Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos (CMEFED) (Casimiro, 1992). Nesta altura, o CMEFED era então constituído por uma “...Direcção de Ensino de Equitação, integrando os cursos de equitação e o desbaste, e pela Direcção de Ensino de Educação Física, integrando as Secções de Educação Física e Esgrima...” (Sequeira, 2003, p. 26).

Poucos anos depois, com o aparecimento da guerra do Ultramar, a partir de 1961, os cursos no CMEFED, baixaram significativamente de intensidade, só voltando novamente à normalidade no ano de 1975, dando-se também a partir dessa altura mais foco à formação de civis (Casimiro, 1992).

Com o passar dos anos, o interesse por parte da sociedade civil na instrução de equitação foi-se aumentando e, em 1983 “...esforços foram feitos para que o CMEFED se constituísse como ENE...” (Victorino, 2011, p. 14), mas tal não sucedeu, aumentando assim a distância entre cavaleiros militares e civis.

Em 1993 é alterado novamente o nome, retirando-se a palavra equitação, ficando até aos dias de hoje a denominar-se como Centro Militar de Educação Física e Desportos.

Importa ainda realçar as tentativas do CMEFD se constituir como uma escola nacional de equitação desde 2000, facto que se vem a verificar em 2005, mas sem a alçada do Exército e fora das instalações de Mafra. Constitui-se, assim, a Escola Nacional de Equitação, a qual iremos apresentar no seguinte tópico.

3.3 A Escola Nacional de Equitação

Como já vimos no subcapítulo anterior, as tentativas da implementação de uma Escola Nacional de Equitação datavam de 1983. Mas tal não sucedeu, perdendo-se esta ideia com o passar dos anos, ressurgindo no ano de 2000, numa iniciativa conjunta da FEP e do CMEFD, mas desde esta data até a criação da ENE, muito ainda iria acontecer.

Assim sendo, no ano de 2002, no âmbito da FEP, é constituída uma Comissão Instaladora da ENE, que teve como objetivos o estudo de todo o projeto tendo em conta a conceção de um modelo de organização e funcionamento que permitisse uma maior afluência de civis nos cursos de equitação (ENE).

Neste mesmo ano e no início do ano seguinte dá-se um interregno no estudo da ENE, mas novamente e ainda em 2003 se reinicia os estudos sobre a ENE. Também em 2003 é desenvolvida uma campanha de angariação de sócios de entidades públicas e privadas (ENE).

Já no ano de 2004, dá-se novamente um retrocesso na implementação da ENE, instaurando-se um impasse jurídico-administrativo, relativo à adesão de algumas entidades públicas à sociedade. Neste ano, ocorrem também algumas perturbações internas na FEP, as quais levaram à demissão de vários membros da direção e quase comprometiam o processo de constituição da ENE (ENE).

Entre os anos de 2004 e 2005 é publicado o Programa Oficial de Formação de Formadores Equestres (POFFE) e no dia 16 de março de 2005 é finalmente constituída a ENE, com cinco sócios fundadores e sob tutela da FEP (ENE).

Segundo o Tenente-Coronel (TCor) Carmo Costa, os fatores determinantes para a formação desta escola baseiam-se em “Garantir a indispensável unidade de doutrina; a descentralização dos locais de formação, levando esta junto dos formandos, em vez de os obrigar a grandes deslocações a um ponto centralizado e o fraccionamento dos cursos, permitindo reduzir os períodos demasiado longos de afastamento dos formandos da sua actividade de sustento.” (Costa, 2012).

No ano seguinte e com o apoio do Instituto do Desporto de Portugal (IDP) é editado o Manual Oficial de Formação Equestre-Volume I, sendo o volume II executado já no ano de 2007. Neste ano são também incrementados os cursos fracionados de ajudantes de monitor em diversos polos de formação. Nesta altura notava-se claramente uma grande evolução no número de cursos de formação de formadores a serem executados (ENE).

No ano de 2008 vários progressos foram feitos, começando logo pela admissão de mais de 200 sócios individuais, e mais de 9 sócios coletivos dos quais 5 polos de formação. É incrementado o processo de internacionalização da ENE de maneira a obter equivalência nos níveis de formadores por graus de acordo com o International Group for Equestrian Qualification (IGEQU)¹⁴. É elaborado o manual de formação de monitores de equitação geral e também feita uma atualização do Manual Oficial de Formação Equestre para uma 3ª edição (ENE).

Por sua vez, no ano de 2009, é feita a internacionalização da ENE, através da Equestrian Educational Network (EEN)¹⁵ e a atualização de todos os conteúdos programáticos dos cursos de equitação geral através dos dados da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC)¹⁶. Mas, apesar de todos estes progressos em termos de instituição, começava-se já a notar, no ano de 2009 um decréscimo na formação de formadores de equitação, não só devido à recessão económica nacional, mas também devido aos problemas de funcionamento decorrentes com a deterioração das relações com a FEP (ENE).

¹⁴ O IGEQU é uma organização voluntária independente de federações equestres de vários países de todo o mundo. A sua principal missão é desenvolver, promover e manter as qualificações equestres.

¹⁵ A EEN é uma rede europeia onde estão os principais centros de formação equestre. O seu objetivo é todos os membros trabalharem em conjunto, de maneira a desenvolver as qualidades educacionais e pedagógicas de cada centro de formação.

¹⁶ Organismo de controlo da educação pré-escolar, dos ensinos básico, secundário e superior, e da ciência.

Capítulo 4

Os modelos de formação de formadores

4.1 Introdução

Os modelos de formação de formadores abordados neste capítulo são os implementados na Escola Nacional de Equitação e no Centro Militar de Educação Física e Desportos.

Desta forma, iremos abordar as principais características de cada modelo em vigor e as principais alterações entre o modelo atual e o utilizado anteriormente. Quanto aos referenciais da ENE e CMEFD iremos apresentar as diferenças entre eles e as principais semelhanças.

4.2 Modelos de formação da ENE

Com a criação da ENE, a necessidade de criar modelos de formação de formadores de equitação em Portugal foi patente. Estes, são da responsabilidade da direção da ENE e carecem posteriormente da aprovação da FEP.

Desta forma, temos os títulos de ajudante de monitor, monitor, instrutor ou de mestre de Equitação, que correspondem aos diferentes cursos ministrados nos diferentes associados da escola, como por exemplo, centros hípicas e escolas profissionais entre outros.

Cada curso é composto por uma componente teórica, prática simulada e prática. Para qualquer destes títulos é imperativo que exista a “capacidade de exercício real da profissão” (ENE, 2007, p. 3) sendo fundamental que cada possuidor do título seja capaz de exemplificar tudo.

Contudo, denota-se uma grande semelhança pois a sua base fundamenta-se nos ensinamentos da Escola Militar de Mafra. A partir do adquirido nesta escola, foram criados estes referenciais que demonstram os princípios da equitação militar mas adotada ao meio

civil e garantindo uma valência internacional pelo previsto no IGEQ que Portugal aderiu em 1995.

Segundo as normas de Formação em Equitação Geral, adotadas pela ENE em 2008, todos os cursos impõem requisitos específicos e uma carga horária dirigida. Estes podem ser fracionados (por módulos), curso contínuo ou curso extensivo quando integrado no ensino escolar técnico ou superior politécnico.

No que respeita a requisitos exigidos, o curso de ajudantes de monitor, impõe idade mínima de 18 anos, o 9ºano de escolaridade obrigatória e ser praticante com aproveitamento no exame de sela¹⁷ 4.

A carga horária inclui cadeiras como Teoria da Equitação, Equitação Prática, Introdução á Pedagogia, Prática Pedagógica, Hipologia, Maneio, Introdução ao Desbaste, Formação no Local ou Trabalho. Sendo que, inclui 120 horas em curso contínuo e no final é exigido o aproveitamento num exame teórico e prático.

No curso de monitor de equitação é igualmente exigida idade mínima de 20 anos, 9ºano de escolaridade, ser ajudante de monitor com aproveitamento no exame de sela 7 e experiência comprovada durante 2 ou mais anos. Apresenta uma maior carga horária, sendo no curso contínuo de 880 horas onde também é exigido um exame final.

Por último, o curso de instrutor implica ter no mínimo 25 anos, “ser monitor de equitação geral, independentemente do tipo de curso efectuado, com experiência pedagógica activa comprovada igual ou superior a 2 anos e um mínimo de 350 horas de docência” (ENE, 2008, p. 1).

4.3 Modelos de formação do CMEFD

O CMEFD foi sempre a grande sede da formação de ajudantes, monitores, instrutores e mestres de equitação, sendo Mafra o único centro de formação em Portugal durante muitos anos.

Quando adotados os novos referenciais da ENE, o CMEFD sente a necessidade de atualizar os seus modelos de formação. Desta forma, em julho de 2012 entram em vigor no Exército novos referenciais, agora denominados Cursos de Equitação Militar.

¹⁷ Designação dada aos diferentes níveis de competências técnicas do praticante de equitação. Existem 9 níveis que vão desde a Sela 1 à Sela 9.

Estes cursos têm como finalidade “habilitar os formandos com formação pedagógica e técnica adequada a desempenhar as funções inerentes” (MDN, 2012a, p. 2) ao cargo de ajudante de monitor, monitor e instrutor de equitação.

Segundo o novo referencial de curso de ajudante de monitor de equitação, este destina-se a militares do Exército e civis, iniciando-se com um exame de admissão. Para além disso, exige ainda idade mínima de 18 anos e ser praticante de sela 4, ser proposto por um docente de grau igual ou superior a monitor e tem uma duração de 200 horas.

Destinado a ajudantes de monitor existe o curso de monitor de equitação para oficiais e sargentos com uma duração de 1030 horas. Este curso é o de maior duração, formando monitores capazes de gerir a atividade numa secção de equitação e organizar competições e outras atividades equestres entre outras.

O Curso de Instrutor de Equitação destina-se a ser frequentado por oficiais habilitados com o Curso de Monitor de Equitação, frequentado no mesmo ano letivo, e tem a duração de 396 horas.

Para o curso de instrutor é necessário ter frequentado o curso de monitor no mesmo ano letivo, isto é, implica assim uma continuidade para como “equitador se situar ao nível da Equitação Complementar” (MDN, 2012b, p. 3).

4.3.1 Principais alterações nos modelos de formação do CMEFD (Antigo vs Novo)

A maior alteração revela-se ao nível do curso de monitores que era destinado aos sargentos e o de instrutores para os oficiais do Exército e GNR, sendo o novo referencial do curso de monitores aberto a todos os militares.

Relativamente ao antigo modelo de formação de instrutores de equitação, este requeria ter mais de 25 anos de idade, o 12º ano de escolaridade concluído e aproveitamento no exame de Sela 9 da FEP. No que respeita ao modelo adotado no ano passado, este apresenta como requisito para o instruendo, ser “aprovado no curso de monitor de equitação realizado no mesmo ano lectivo com nota mínima de 10,00 valores” (MDN, 2012b, p. 3).

Ao nível de carga horária, o curso de instrutores no antigo modelo incluía 1500 horas entre aulas teóricas, práticas e práticas a cavalo, agora o novo referencial tem apenas 396 horas.

4.4 Principais diferenças

Como referido anteriormente, os referenciais da ENE e do CMEFD são ambos baseados na Escola Militar de Mafra em que aglomeram os conhecimentos e experiência aí adquiridos.

Ao contrário do CMEFD que centraliza toda a formação em Mafra, a ENE constituiu-se através de polos de formação distribuídos por todo o país. Como defende o Cor Veloso na Norma de Execução e Funcionamento de 2009 “A ENE escolheu assim levar a escola ao aluno, ao invés de ser o aluno que se desloca à escola” (ENE, 2009, p. 2).

Por um lado, a ENE apresenta três diferentes modalidades para frequentar o curso, sendo as opções expostas um curso fracionado por módulos, curso contínuo e um curso extensivo integrado no ensino escolar técnico e superior técnico, por outro lado, no CMEFD apenas existe a frequência contínua do curso.

O Exército Português priva pela exigência física por isso, a preparação física do cavaleiro é um aspeto a ter em conta na estrutura curricular, assim sendo, o treino físico de manutenção orientado para o cavaleiro é referido em todos os cursos.

Ao nível do conteúdo programático dos cursos de equitação na ENE e no CMEFD, existem muitas semelhanças. Em ambos os casos são ministradas no curso de formação de monitor de equitação, as unidades curriculares de Teoria da Equitação, Equitação Prática, Introdução à Pedagogia, Prática Pedagógica, Hipologia e Nutrição, Maneio teórico e geral e Introdução ao Debaste, contudo existe mais módulos ministrados no CMEFD.

Existe uma elevada discrepância na carga horária, sendo que o curso no CMEFD é de 1030 horas e na ENE de 880 horas. No entanto, o curso de instrutores de equitação no CMEFD tem apenas 396 horas e na ENE tem a duração de 680 horas.

Atualmente a formação de formadores encontra-se interrompida. Segundo o TCor Carmo Costa, “a autonomia da ENE não implica a independência da Escola em relação à Direcção da FEP, pois esta continua, por imposição do Instituto do Desporto de Portugal, a ditar as directrizes e a aprovar todos os programas de formação equestre no país, sendo a ENE (única entidade do País acreditada pela DGERT para fazer formação profissional equestre)” (Costa, 2012).

Assim sendo, a ENE não está a prestar formação pois aguarda a aprovação da FEP dos referenciais e programas de formação elaborados pela mesma.

Parte II

Capítulo 5

Metodologia

5.1 Introdução

Terminada a parte teórica deste trabalho, onde é dado a conhecer todos os alicerces teóricos que estão direta e indiretamente relacionados com o tema, entramos agora na parte prática deste trabalho.

Assim sendo, ao longo deste capítulo cujo título é metodologia, iremos expor a metodologia adotada, mostrar o universo da análise e a escolha da amostra e apresentar os procedimentos e técnicas de tratamento da informação.

5.2 Método de Investigação

Ao iniciarmos este subcapítulo cujo título é método de investigação, importa desde logo definir o conceito de método, que é o “caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado” (Hegenberg, 1976, p. 115).

De acordo com Freixo (2011), todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos, mas nem todos os ramos de estudo onde se utilizam esses métodos são ciências. Como tal, podemos concluir que “a utilização de métodos científicos não constitui domínio exclusivo das ciências” (Freixo, 2011, p. 78).

Após isto, e antes de se iniciar a elaboração deste trabalho, foi feita uma investigação antecipada, com o propósito de selecionar os temas para investigar; escolher o tema que se pretende investigar; analisar os pressupostos da investigação científica;

conhecer os limites da investigação científica e escolher o método científico apropriado para a investigação (Sarmiento, 2008).

Passada esta fase exploratória onde limitámos o objeto de estudo, definimos as perguntas de investigação, formulámos as hipóteses e os próprios objetivos do trabalho, iniciámos a fase analítica, onde identificámos duas partes distintas, uma teórica e uma prática. Na primeira parte, foi feita uma pesquisa bibliográfica, bem como o contacto com as entidades responsáveis pela formação de formadores de equitação tanto no Exército como na ENE, com o objetivo de recolher informações e documentos relacionados com o tema. Na parte prática, por sua vez, optámos pelo método inquisitivo que “é baseado num interrogatório escrito ou oral” (Sarmiento, 2008, p. 5), recorrendo assim às entrevistas como método de recolha de dados.

Finalizada a fase analítica, começaremos a fase final do trabalho, onde serão expostas as conclusões a que chegámos com a realização do trabalho, bem como efetuadas algumas recomendações para futuras análises.

5.3 Universo da análise e escolha da amostra

“A população compreende todos os elementos (pessoas, grupos, objetos) que partilham características comuns, as quais são definidas pelos critérios estabelecidos para o estudo” (Freixo, 2011, p. 181).

Ainda sobre a população em estudo, podemos distingui-la de duas maneiras, a população alvo que se refere à população que o investigador deseja estudar e sobre a qual ambiciona fazer generalizações e a população acessível que é a população alvo mas que apenas se encontra ao alcance do investigador (Freixo, 2011).

Após termos definido o conceito de população, importa agora dar a conhecer um conceito que está intimamente ligado e que é o de amostra. E que segundo Freixo (2011) “...é sempre um subconjunto de elementos ou de sujeitos tirados da população que são convidados a participar no estudo. Em síntese, constitui uma réplica em miniatura da população alvo” (Freixo, 2011, p. 182).

Como já foi referido, uma amostra é composta por um grupo de sujeitos retirados de uma população, e para além de fazermos a seleção da população que nos interessa na área da equitação, temos também de seleccionar o método de amostragem a utilizar na realização

deste trabalho. Assim sendo, e tendo em conta as técnicas de amostragem¹⁸ definidas por Freixo na sua obra, decidimos utilizar um método de amostragem não probabilístico que é a amostragem por seleção racional, onde selecionamos determinados indivíduos em função de características típicas, como é o caso das suas relações com a área de formação de equitação.

Quadro nº 2 - Técnicas de amostragem¹⁹

Técnicas de amostragem probabilísticas	
<u>Amostra aleatória simples</u>	Amostra probabilística em que se escolhem os elementos de um conjunto segundo técnicas que permitem a cada elemento ter uma probabilidade igual de fazer parte da amostra.
<u>Amostra aleatória estratificada</u>	Amostra de tipo probabilístico em que os sujeitos são escolhidos por um método utilizando o acaso no interior de estratos predeterminados.
<u>Amostra em cachos</u>	Amostra de tipo probabilístico em que os elementos da amostra são escolhidos de forma aleatória em cachos em vez de por unidade.
<u>Amostra sistemática</u>	Quando se procede a uma amostra sistemática, o primeiro elemento é escolhido aleatoriamente numa lista e a partir deste ponto cada nome na lista é escolhido num intervalo fixo.
Técnicas de amostragem não probabilísticas	
<u>Amostra acidental</u>	Amostra de tipo não probabilístico em que os elementos que compõem um subgrupo são escolhidos em razão da sua presença num local, num dado momento.
<u>Amostra por quotas</u>	Amostra de tipo não probabilístico em que os sujeitos são escolhidos por apresentarem certas características procuradas.
<u>Amostra por seleção racional</u>	Amostra de tipo não probabilístico em que os elementos da população são escolhidos por causa da correspondência entre as suas características e os objetivos de estudo.

Importa realçar finalmente e após nos termos decidido sobre qual a técnica de amostragem a utilizar, que a amostragem que utilizamos neste trabalho, de forma a conseguir obter diversos pontos de vista sobre a temática em estudo é constituída por um

¹⁸ Ver Quadro nº 2 – Técnicas de Amostragem

¹⁹ Adaptado de Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

grupo de nove pessoas²⁰ que se encontram atualmente em funções de alguma forma relacionadas com a equitação ou com a formação de formadores de equitação.

Quadro nº 3 – Caracterização da amostra²¹

Entrevistados	Nome	Posto	Habilitações Técnicas	Função objeto de estudo	Função atual
Entrevistado nº 1 (E1)	Manuel Veloso	Coronel	Mestre de Equitação	Equitador-Chefe da ENE	Equitador-Chefe da ENE
Entrevistado nº 2 (E2)	Manuel Teles Grilo	Coronel	Mestre de Equitação	Diretor da ENE	Reformado
Entrevistado nº 3 (E3)	Carlos Simões de Melo	Coronel	—————	Comandante CMEFD	Comandante CMEFD
Entrevistado nº 4 (E4)	Aníbal Marianito	Tenente-Coronel	Mestre de Equitação	Mestre de Equitação da AM	Mestre de Equitação da AM
Entrevistado nº 5 (E5)	Luís Gomes da Silva	Tenente-Coronel	Mestre de Equitação	Chefe da Sub-Secção de Formação de Equitação do CMEFD	Chefe da Sub-Secção de Formação de Equitação do CMEFD
Entrevistado nº 6 (E6)	Carlos Marques	Major	Instrutor de Equitação	Mestre de Equitação do CM	Mestre de Equitação do CM
Entrevistado nº 7 (E7)	Emanuel Umbelino	Capitão	Instrutor de Equitação	Instrutor de Equitação da AM	Instrutor de Equitação da AM
Entrevistado nº 8 (E8)	Duarte Caldeira	Capitão	Instrutor de Equitação	Responsável pela Equitação na EPC	Responsável pela Equitação na EPC
Entrevistado nº 9 (E9)	Nuno Silva	1º Sargento	Monitor de Equitação	Responsável pela Equitação na ESE	Responsável pela Equitação na ESE

5.4 Procedimentos e técnicas de tratamento da informação

Após a elaboração da revisão de literatura e análise dos inúmeros documentos encontrados em vários locais como é o caso das bibliotecas do Exército, da Academia Militar, do CMEFD e da Escola Nacional de Equitação, e que se encontram relacionados com o tema deste trabalho, procedeu-se à construção de um instrumento de recolha de dados.

²⁰ Ver Quadro nº 3 – Caracterização da amostra

²¹ Fonte: Elaboração própria.

Este instrumento de recolha de dados ou desenho de investigação “...é o plano lógico elaborado e utilizado pelo investigador para obter respostas às questões de investigação, especificando qual o tipo de investigação que utilizará e como as variáveis serão controladas” (Freixo, 2011, p. 181).

Ainda de acordo com Freixo (2011), existem três principais métodos de recolha de dados que são a entrevista, a observação e o questionário. Para a realização deste trabalho, utilizamos a entrevista que “...é uma técnica que permite o relacionamento estreito entre entrevistador e entrevistado” (Freixo, 2011, p. 192).

Também da mesma opinião é Quivy & Campenhoudt (2008, p.192), onde diz que a entrevista é “um método de recolha de informações, no sentido mais rico da expressão.” e que, “Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto direto entre o entrevistador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192).

Após isto, podemos afirmar que realizámos entrevistas estruturadas, onde nos apoiamos num guião de entrevista²² baseado nas perguntas derivadas da pergunta central. As entrevistas estruturadas utilizam-se “...quando o entrevistador estabelece um roteiro ou guião prévio de perguntas (...), ou seja, o investigador não é livre para adaptar as suas perguntas (...). Por sua vez, o motivo da padronização é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que diferenças a existirem devem situar-se nas respostas dos respondentes e não nas perguntas formuladas” (Freixo, 2011, pp. 192-193).

A realização destas entrevistas surge, tendo em conta a necessidade de se confirmar ou contrariar as hipóteses formuladas no início deste trabalho de investigação, para que, após a análise dos dados recolhidos, estejamos em condições de responder às perguntas enunciadas, bem como, tecer conclusões sobre o tema em estudo.

As entrevistas foram efetuadas presencialmente em local combinado com o entrevistado. Antes do início das mesmas, foi sempre entregue uma carta de apresentação²³ ao entrevistado, por forma a enquadrar o mesmo na temática a tratar e dar conhecimento do objetivo da entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados de maneira a se conseguir uma posterior transcrição e análise, mantendo sempre a fiabilidade das respostas. Para a gravação das entrevistas foi utilizado o gravador de voz digital OLYMPUS VN – 711PC.

²² Ver Apêndice A – Guião de Entrevista

²³ Ver Apêndice A – Guião de Entrevista

Capítulo 6

Apresentação, análise e discussão de resultados

6.1 Introdução

Neste capítulo que se inicia agora, pretende-se fazer a apresentação, a análise e a discussão dos resultados obtidos com a realização das entrevistas. De maneira a facilitar a análise de todas as entrevistas realizadas, foi feito, em primeiro lugar, uma transcrição de todas as respostas dadas pelos entrevistados²⁴.

A análise dos resultados obtidos é então efetivada através de um conjunto de quadros de análise qualitativa, em que cada um desses quadros corresponde a uma questão que foi colocada a vários dos entrevistados e onde se apresenta um resumo das respostas dadas por cada entrevistado.

Devido ao facto de nem todos os entrevistados estarem a exercer funções ao nível da equitação no Exército, mas sim na sociedade civil, tornou-se necessário fazer algumas reformulações das questões apresentadas no guião de entrevista, resultando assim um guião de entrevista dirigida para dois dos entrevistados.

Tendo em conta a existência de mais de um guião de entrevista, e de maneira a facilitar a análise das várias questões colocadas, elaborámos um quadro-síntese²⁵, onde foram colocadas todas as questões efetuadas e às quais foi dado um número de questão. Esse novo número de questão irá então ser utilizado ao longo deste capítulo, ao invés dos números presentes nos guiões de entrevista.

Finalmente importa só referir que todas as respostas obtidas foram alvo de tratamento de forma a facilitar a obtenção dos objetivos finais do trabalho, passando-se então pela redução da informação considerada em excesso e tendo em conta a objetividade e simplificação dos dados.

²⁴ Ver Apêndices de C a K.

²⁵ Ver Apêndice L – Quadro-síntese das questões das entrevistas

6.2 Análise das entrevistas

Na análise das entrevistas, utilizámos um método qualitativo, utilizando para isso um quadro para cada questão, onde são colocadas as ideias principais de cada entrevistado. Após isto, foi feito um breve resumo contendo as ideias-chave, retiradas de todos os entrevistados que responderam a cada questão.

6.2.1 Análise da questão nº 1

No quadro nº 4 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 1 – “O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?”

Quadro nº 4 – Análise da questão nº 1²⁶

Entrevistados	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A equitação militar (...), pois não é mais do que a equitação praticada pelos militares.” ▪ “A equitação desenvolve um conjunto de qualidades físicas e mentais e humanas que interessam à formação dos quadros militares.” ▪ “Como qualidades físicas, destaco naturalmente o desembarço físico e mental e o controlo de movimentos.” ▪ “(...) a equitação militar carrega o peso da tradição (...), o exército tem a obrigação de preservar e desenvolver.” ▪ “(...) a equitação é o mais antigo desporto militar.” ▪ “Atributos como a humildade a par da capacidade de liderança, a capacidade de decidir rapidamente sobre outra vontade, a do cavalo, é semelhante à do líder militar, quando tem que decidir sobre a vontade dos seus subordinados (...)”
E2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) a equitação militar é uma das vertentes da formação dos oficiais e sargentos do quadro permanente, assim como é a Educação Física, como é o Tiro, como é o Pentatlo Militar e como outras vertentes que engloba toda a formação dos quadros permanentes.” ▪ “A equitação (...) desenvolve características que são fundamentais e importantes para a formação do oficial e sargento do quadro permanente.”
E3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) a equitação militar caracteriza-se por um pequeno detalhe (...) que é, o cavaleiro poder montar todas as montadas e todas as montadas poderem ser montadas por todos os cavaleiros.” ▪ “(...) está claramente ligado à liderança, com aquilo que aprendemos do desembarço físico, a descontração, o resistir aos seus medos, o poder de decisão entre outras.” ▪ “Um chefe quer-se um decisor e a equitação desenvolve essa capacidade de decisão.”
E4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A equitação tem uma elevada importância e deve ser transversal a todo o Exército.” ▪ “(...) contribui ainda para a capacidade de numa situação mais complicada o cavaleiro tenha que pensar e tomar decisões.” ▪ “(...) fundamentalmente o que importa é o cavalo meter no aluno condições stress, receio e medo, e o conseguir superar-se a si próprio e levar o cavalo para onde ele quer.” ▪ “(...) a equitação militar contribui para a melhoria da autoestima, da decisão, entre outras, (...)”

²⁶ Fonte: Elaboração própria.

E5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “As qualidades são entre outras, o desembaraço, a rapidez do raciocínio, a coragem, a tenacidade, o não desistir logo à primeira dificuldade, o vencer as dificuldades que aparecem utilizando para isso a nossa inteligência, (...) e são estes aspetos que diferenciam a equitação militar da equitação civil.” ▪ “Tanto na ESE como na Academia militar, as instruções visam o explorar dessas características.” ▪ “(...) é muito importante na formação porque é das poucas instruções em que isso é posto à prova, sem haver um controlo direto do aluno sobre a situação, porque em todas as outras situações o aluno tem quase sempre controlo do que vai fazer ou do que não vai fazer.” ▪ “(...) é também a única modalidade em que estão sempre dois seres vivos em permanente ligação.”
E6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A prática de Equitação desenvolve no aluno a confiança, a coragem, a prudência, a firmeza, a determinação, a descrição entre outras características de liderança, e é por isso um grande auxiliar na formação dos militares. Por isso, eu creio que é muito importante a equitação na formação dos oficiais e sargentos do quadro permanente.”
E7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Na equitação militar, o grande objetivo que se pretende é desenvolver o desembaraço físico, a coragem moral e no que respeita aos oficiais, melhorar e dar-lhe algumas capacidades, virtudes ou competências que lhe permitam ser mais fácil praticar a sua ação de comando.” ▪ “(...) é uma modalidade ou um desporto por excelência que contribui efetivamente para isso, para ele melhorar a sua capacidade de ação de comando, o desembaraço, coragem moral, o espírito de decisão e a capacidade de decidir quando confrontado com dificuldades e obstáculos. ▪ “(...) uma coisa que também é muito importante que é a empatia que eles ganham com o animal (...), e que vai de alguma forma também contribuir para depois ele saber lidar com os homens dele, porque os homens não são robôs e a determinadas alturas estão melhores psicologicamente, pior psicologicamente, moral, fisicamente e essa empatia que eles criarem enquanto formandos de equitação militar, conseguem depois também transferi-la do trato com os seus homens.”
E8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A equitação militar é uma disciplina que permite que os oficiais e sargentos do Quadro Permanente estimulem, treinem, pratiquem e desenvolvam as suas capacidades de liderança, autocontrolo, perseverança e outras virtudes militares.” ▪ “É a primeira parte do comando de tropas. Conforme tratarem o cavalo, irão tratar os seus militares na formação militar.”
E9	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A equitação militar para mim é um importante meio que a Instituição dispõe para completar a formação dos nossos quadros, (...)” ▪ “(...) é o primeiro contacto que os formandos têm com um Ser que também tem vontade própria e onde eles vão ter de começar a impor as suas vontades e a reagir a situações inopinadas.”

Esta primeira questão tinha como objetivo principal perceber melhor o conceito de equitação militar, bem como a sua importância tanto na ESE como na AM.

Esta questão foi feita a todos os entrevistados, visto todos terem passado pela AM ou pela ESE.

Após analisarmos todas as respostas dadas a esta questão, chegamos à conclusão que a opinião de todos é unânime. Todos os entrevistados confirmam que a equitação militar é importante para os quadros permanentes do Exército Português, havendo mesmo um entrevistado (E4) que diz que a EM tem tanta importância que devia ser transversal a todo o Exército.

Ainda sobre o conceito de EM, podemos verificar que grande parte dos entrevistados considera que a mesma desenvolve um conjunto de características e qualidades fundamentais para a formação dos quadros permanentes do Ex.

6.2.2 Análise da questão nº 2

No quadro nº 5 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 2 – “Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique”

Quadro nº 5 - Análise da questão nº 2²⁷

Entrevistados	Argumentação
E3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “É, em alguns sítios.” ▪ “(...) um caso concreto é o dos tirocinantes, que quando têm as aulas de ginástica a cavalo, montam o cavalo que lhes “calhar na rifa”, (...) cada cavaleiro é preparado para montar qualquer montada.” ▪ “Se eu entendo que deve continuar? Eu acho que com tudo o que disse anteriormente, já mostrei que sim, por isto tudo e ainda mais uma coisa, que é o excelente cartão-de-visita que é para o nosso Exército.” ▪ “(...) a Reprise da Escola de Mafra é um ex-líbris, é reconhecida pelo estado da arte da atividade equestre nacional, ou seja, até pela imagem pública do Exército a equitação é necessária.”
E4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Na Academia Militar ainda hoje felizmente se pratica a equitação militar quando é dada ao 2º ano como um todo, (...)” ▪ “Existe equitação militar e quando ela acabar termina a equitação no Exército, (...)” ▪ “Da continuação da equitação militar é que aparecem os mestres e a Reprise, e por consequência, aparece o centro de formação de formadores.”
E5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim, (...) é praticada.” ▪ “(...), penso eu que não com muitas diferenças em relação ao que era praticado há uma dúzia de anos atrás.” ▪ “(...) é praticada (...), principalmente nos locais onde há formação, ou seja, na Academia Militar, na EPC, na Escola de Sargentos do Exército e aqui no CMEFD também com a formação de formadores, (...)”
E6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Claro que sim. A equitação militar é praticada inicialmente na Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército, desenvolvida na EPC e depois em todas as unidades onde hajam cavaleiros militares.” ▪ “Se considero que deve continuar, com certeza que sim, (...)” ▪ “(...) é muito importante não só a formação equestre do “como saber montar a cavalo”, mas a formação de carácter da pessoa. Por isso é que é muito importante que a equitação militar continue a ser praticada.”
E7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) sim, ela é praticada nos dias de hoje, principalmente no tirocínio aos oficiais tirocinantes, na Academia Militar ao 2º ano e aos alunos do Colégio Militar sem duvida, (...)” ▪ “(...) eles vão vencendo esses medos, esses receios e vão melhorando, o que vai contribuir muito para a personalidade deles no futuro.”
E8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim.” ▪ “A equitação militar é como uma missão que é dada. Se é para fazer, é para fazer, nem que se monte sem dentes, sem pernas, sem olhos. Se é para passar, é para passar.” ▪ “Na equitação militar podemos realçar aspetos como a perseverança, o espírito de sacrifício, coragem, a entrega e o espírito de missão.”
E9	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sinceramente acho que sim, mas tem vindo a diminuir. Não devido aos instrutores/formadores, mas por causa das montadas disponíveis (...)” ▪ “(...) temos montadas de instrução muito velhas ou muito novas, (...)” ▪ “(...) acho que se deve continuar a praticar. Temos de manter a tradição, acho que é muito importante.”

²⁷ Fonte: Elaboração própria.

O objetivo desta questão era verificar, após todos os entrevistados já terem dado a conhecer a sua percepção sobre a equitação militar e qual a sua importância, se a EM continua a ser praticada no Ex e se deve continuar a ser praticada.

Esta questão foi feita a todos os entrevistados que se encontram ainda no ativo e a exercer funções no Ex.

Ao analisarmos as respostas dos entrevistados, verificamos que todos eles confirmam que a EM é ainda praticada nos dias de hoje. Também ainda respondendo à primeira interrogação, vários dos entrevistados deram exemplos de locais onde a EM é praticada, sendo de realçar a Academia Militar, a ESE, a EPC, o CMEFD e o Colégio Militar.

Ainda relativamente a esta questão, mas agora sobre a segunda interrogação, também esta é de resposta afirmativa por parte de todos os entrevistados. Todos os entrevistados referem que a EM deve continuar a existir no Ex, sendo de realçar as palavras do E4, que diz que a Equitação termina no Ex quando deixar de existir a EM e ainda, que a reprise e os formadores de equitação dependem da existência da EM.

6.2.3 Análise da questão nº 3

No quadro nº 6 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 3 – “Como militar, considera que a Equitação Militar deve continuar a ser praticada no Exército? Justifique”

Quadro nº 6 - Análise da questão nº 3²⁸

Entrevistados	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu penso que sim. Tenho a noção de que não pode ser praticada no Exército inteiro, obviamente, mas que seja, ao menos pelos Quadros em formação.” ▪ “Portanto, eu penso que sim, mas naturalmente, desde que haja condições, como tempo e meios para que esta aprendizagem e prática possam proporcionar o desenvolvimento das qualidades a que já me referi.”
E2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Justificar é complicado.” ▪ “Os quadros superiores do Exército têm que decidir se a equitação deve continuar a existir, ou não deve continuar a existir. E se o Exército disser que tem interesse, tem interesse e aí existe. E a partir daí têm que criar condições para que ela exista.” ▪ “(...) eu sempre gostei de pôr questão ao contrário. Tem interesse? Então existe. Se existe, então o que é preciso fazer para que exista? Que condições é que são precisas dar, para que exista? Então se está decidido que existe ou que deve existir, vamos criar essas condições.”

²⁸ Fonte: Elaboração própria.

Esta questão tem um objetivo muito idêntico ao da questão anterior, e que é saber se os entrevistados consideram que a EM deve continuar a existir no Ex.

Esta questão, embora muito semelhante à anterior, foi feita tendo como destinatários principais os dois entrevistados que se encontram a exercer funções de equitação mas na sociedade civil.

Apesar desses mesmos entrevistados serem oficiais do Ex, os mesmos já não se encontram no ativo, tendo sido então criada esta questão com os mesmos objetivos da anterior, mas agora direcionada para estes dois entrevistados.

Ao analisarmos esta questão, verificamos que o E1, considera que a EM deve continuar a existir, tendo como preocupações as condições e os meios que devem ser sempre melhorados e mantidos para uma boa prática da EM. Por sua vez, o E2, considera que a decisão de se praticar EM tem de vir dos quadros superiores do Exército, e que se essa decisão for positiva, então tem de se criar todas as condições necessárias para que se consiga ter uma boa prática de EM.

6.2.4 Análise da questão nº 4

No quadro nº 7 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 4 – “Como Mestre/Instrutor/Monitor de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?”

Quadro nº 7 - Análise da questão nº 4²⁹

Entrevistados	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Na altura achava que sim. Se fosse hoje, eu diria que o Curso de Equitação, tal como os outros cursos que se ministram no Exército, (...) devem ser o mais iguais possível aos praticados pelas instâncias civis. ▪ “(...), em relação ao Mestre de equitação, sim, foi bem dado e o seu detalhe curricular era o conveniente.” ▪ “Já quanto ao Curso de Instrutor de equitação, (...). Era um bom curso de equitação geral, mas para mim, pecava por nada ter sobre aspetos que considero importantíssimos, como sejam todos os que se relacionam com a Administração de Centros Hípicos.” ▪ “Acho portanto que falta aos cursos uma componente administra mais desenvolvida.”

²⁹ Fonte: Elaboração própria.

E2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu penso que os cursos estavam perfeitamente adequados aquilo que era necessário.” ▪ “O curso estava perfeitamente adequado, o que aprendemos no curso era suficiente que baste para cumprirmos as funções de mestre de equitação nas várias unidades e estabelecimentos do Exército.” ▪ “Digo o mesmo em relação ao curso de instrutor, mas já não direi o mesmo em relação ao curso de monitor, pois este era virado para o sargento de uma unidade ou estabelecimento militar (...) e às vezes era deixado um bocadinho de parte, num nível um bocadinho baixo demais a sua formação como cavaleiro, (...)”
E4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Depois de estar em Mafra como Diretor de Ensino de Equitação e depois na academia, achava que as coisas iriam entrar fora de ordem, (...)” ▪ “Atualmente penso precisamente o contrário, o facto de ter estado todos os anos (...) em Mafra e conviver na instrução e na prática de equitação constituiu uma grande vantagem para eu agora ir para a Academia Militar e rentabilizar toda a minha experiência que passei lá em Mafra.” ▪ “Julgo que os cursos são uma ferramenta, uma forma de aprendermos e evoluirmos mas o conhecimento não me parece por si só uma vantagem, (...)” ▪ “(...), julgo que a experiência acima de tudo faz muito mais do que qualificação.”
E5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...), o curso de Mestres, (...) está adequado às funções. Em termos de alterações, (...) não vejo que sejam necessárias alterações de fundo.” ▪ “As nossas funções como Mestre de equitação são ligeiramente diferentes consoante o sítio onde estamos, (...)” ▪ “No entanto, a formação que nós temos é adequada para qualquer uma dessas funções.”
E6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Os cursos devem estar apontados para o desenvolvimento de aptidões como cavaleiro, (...), mas não só.” ▪ “Creio que neste momento os cursos estão mais desenvolvidos para a aplicação pedagógica dos conhecimentos equestres.”
E7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim, considero que está adequado.” ▪ “Quando estamos em aulas de equitação militar (...), considero que está perfeitamente adequado, porque nós precisamos dessas ferramentas (...) para conduzir as nossas sessões, definir quais são os objetivos de formação, tanto os gerais como os específicos.” ▪ “Relativamente a alterações, eu não creio que haja muitas a implementar, (...)” ▪ “Acho que estão perfeitamente adaptados.”
E8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim. No entanto, daria mais tempo de formação à prática pedagógica.” ▪ “(...), considero de valor manter. Apenas incluiria duas coisas. Uma já disse, (...), e a outra era a organização de concursos hípicas.”
E9	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “O meu curso foi de 9 meses. Mas eu acho que sim, embora não saiba como está a funcionar agora com 6 meses.” ▪ “É adequado ao nível da formação dos formandos, ou seja, eu sou formado para dar formação, não sou formado, (...), para fazer o resto, que é a manutenção das infraestruturas, a parte administrativa de uma secção de equitação (...)” ▪ “(...), agora não sei, mas na minha altura eu senti essa falta de apoio no curso.” ▪ “Sei dar uma instrução de equitação, que foi para isso que me formei, mas a parte mais burocrática e administrativa, está um bocadinho a parte.”

Com esta questão pretendeu-se verificar se os cursos de formação de formadores que cada um dos entrevistados tirou no CMEFD foram proveitosos ou não para as funções que desempenharam depois no Ex e no âmbito da equitação. Pretendeu-se também apurar algumas das alterações que os entrevistados, após terem frequentado o curso, consideram importantes e a ter em conta no futuro.

Esta questão foi colocada a quase todos os entrevistados, com exceção do E3, que foi o único dos entrevistados que não frequentou nenhum dos cursos de formação de formadores de equitação que são ministrados no CMEFD.

Após analisarmos as respostas dos entrevistados, chegamos à conclusão que os cursos de formação de formadores de equitação estão adequados às necessidades do Ex, pois todos os entrevistados dão uma resposta positiva a esta questão.

Apesar de todos os entrevistados considerarem que os cursos estão adequados, muitos deles sugerem alterações a implementar, como é o caso do E1, que considera que no curso de instrutores de equitação devia ser dada mais importância a uma componente que é a administração de centros hípicas. O E2, por sua vez, considera que todos os cursos estão adequados à exceção do curso de monitores de equitação, que por estar muito virado para um sargento de uma unidade, os formandos perdiam muito da sua formação como cavaleiro.

Ainda com propostas de alterações a implementar, temos o E8, que apesar de considerar que os cursos estão adequados, considera que devia ser dada mais importância à organização de concursos hípicas e mais tempo de formação à prática pedagógica. Com uma opinião diferente do E2, temos o E9, que considera que o curso que tirou está muito virado para a formação de formadores e muito pouco para a manutenção das infraestruturas e para a parte administrativa de uma secção de equitação que é as funções que um sargento desempenha numa unidade onde esteja ligado à equitação.

6.2.5 Análise da questão nº 5

No quadro nº 8 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 5 – “De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores.

Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?”

Quadro nº 8 - Análise da questão nº 5³⁰

Entrevistados	Argumentação
E3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Se as organizações não mudam morrem.” ▪ “(...), houve esta mudança, devido à alteração da lei enquadrante do desporto em Portugal.” ▪ “Com a necessidade de certificação junto da entidade certificadora dos cursos que era a Federação, ajustou-se os nossos cursos a essa nova realidade enquadrante.” ▪ “Eu, porque vejo a estrutura militar muito assente em três ou quatro pilares, onde um deles é a

³⁰ Fonte: Elaboração própria.

	<p>hierarquia, também considero que, de alguma forma tanto o mestre como o instrutor devem ser oficiais, os monitores, sargentos e os ajudantes de monitor podem ser praças.”</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “Não sou muito a favor da existência de mestres de equitação militar sargentos.”
E4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu julgo que este novo modelo não está adequado porque no ano transato ou há dois anos, Mafra deu um curso em que formou oficiais monitores de equitação que não tem enquadramento em nenhum quadro orgânico de nenhuma unidade da nossa instituição.” ▪ “(...) esta mudança obsessiva por causa daquilo que é a acreditação civil veio trazer dificuldades à equitação.” ▪ “Pela minha curta experiência deste novo modelo em Mafra os sargentos chegavam lá com conhecimentos e uma prática muito reduzida ou quase nula.” ▪ “Portanto, comparar e pôr um oficial e um sargento a iniciarem um curso, que alguém terá decidido que era igual para os dois, cria logo nas condições de ingresso no curso um handicap grande.” ▪ “Como todos aprendemos na academia se o nível inicial de um e de outro não é o mesmo logo alguém não vai progredir.” ▪ “(...) para garantir que o sargento progrida, o oficial anda em mafra cinco ou seis meses sem aprender(...).”
E5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...), eu considero que este novo modelo se adequa às necessidades.” ▪ “(...) continuamos na mesma a capacitar e a habilitar os militares para as funções que vão desempenhar.” ▪ “(...) ser uma estrutura hierarquizada não colide com esta situação porque embora o curso de monitores se destine atualmente tanto a oficiais e sargentos, só os oficiais depois é que podem continuar com o curso de instrutores.” ▪ “Não há qualquer problema em que os oficiais e os sargentos estejam igualmente habilitados.” ▪ “O que se tenta também manter é que não haja um bocado o inverso, que é de haver sargentos mais habilitados que os oficiais.” ▪ “Terem menos habilitações para as funções é que é complicado, agora se tiverem mais habilitações do que as funções que vão desempenhar acho que não há problema nenhum.” ▪ “(...), o mais graduado ou mais antigo, é o chefe de determinada secção ou determinadas funções.”
E6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada onde os sargentos têm funções bem definidas e os oficiais funções diferentes, não vejo necessidade de que os sargentos tirem mais cursos para além do de monitor dado que não irão desempenhar funções de instrutor.” ▪ “No entanto, e havendo essa possibilidade, creio que os sargentos que frequentem os cursos de monitores poderão eventualmente frequentar o curso de instrutores, como complemento à sua formação equestre.”
E7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu considero que sim, (...), até porque o pessoal tem de se especializar e as coisas têm de funcionar cada vez mais pela via da competência.” ▪ “Quanto mais competências essa pessoa tiver, melhor.” ▪ “(...) não há excesso de saber.” ▪ “Cada pessoa sabe exatamente o que tem de fazer, e quanto mais souber ao nível da formação que teve, mais fácil vai ser para ele depois fazer o seu trabalho.” ▪ “(...)os recursos humanos são cada vez mais limitados e é preciso o pessoal ter essas competências para conseguir orientar melhor o trabalho e para os próprios sargentos, (...) darem formação (...), porque a gente sabe que (...) os oficiais começam a ser sobrecarregados cada vez mais com mais funções, (...) e é preciso (...), que tenha também um à vontade para assumir as instruções e para poder também atingir os objetivos que foram definidos para a equitação.”
E8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim, o Exército é uma estrutura hierarquizada, mas isto é um curso de especialização e a especialização não tem nada a ver com a hierarquia.” ▪ “Por exemplo, pode haver um alferes especializado em finanças que tenha de dizer ao Capitão ou ao Tenente Coronel “Olhe, o melhor caminho é este...””
E9	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu concordo que seja hierarquizado, mas para todos.” ▪ “(...), nós (sargentos) chegávamos a monitor de equitação e daí não passávamos.” ▪ “Eu posso ser instrutor de equitação para a Federação Equestre, para a ENE, mas não posso ser para a instituição militar. E isto vai provocar nos monitores de equitação uma certa estagnação a nível de formação.” ▪ “(...) não é acabando de sair da formação na EPC que facilmente se conclui o curso de monitores, segundo o novo referencial, que eu li e considero que está muito completo.”

Com a atualização dos modelos de formação de formadores de equitação, tanto os oficiais como os sargentos frequentam o curso de monitores ao mesmo tempo. O objetivo principal desta questão era então tentar perceber se os entrevistados consideram esta

alteração adequada às necessidades do Ex, tendo em conta o facto de ser uma estrutura hierarquizada.

Esta questão foi colocada a todos os entrevistados que se encontram no ativo e a exercer funções no Ex, ficando assim de fora os entrevistados E1 e E2.

Após analisarmos as respostas dos entrevistados, podemos afirmar que cada um tem uma opinião muito própria sobre este novo modelo de formação de formadores. Relativamente aos E3 e E5, podemos dizer que ambos consideram este modelo adequado, alertando que o problema da hierarquização não se coloca com este modelo, pois só os oficiais é que podem frequentar o curso de instrutores de equitação.

Por sua vez, o E4, não concorda plenamente com a aprovação deste novo modelo, referindo que o mesmo tem vindo a sofrer alterações tendo em conta a acreditação civil e isso só traz problemas para a equitação. O E4 refere ainda que o facto de os sargentos e os oficiais iniciarem o mesmo curso de monitores só traz desvantagem para os oficiais, pois o seu nível de equitação é naturalmente mais elevado no início do curso, tendo então de ficar algum tempo sem evoluir para dar tempo ao sargento de atingir o seu nível.

Os E7, E8 e E9, consideram o novo modelo adequado às necessidades do Ex, alertando que estes cursos de formação de formadores de equitação nada têm a ver com a hierarquização mas sim com a especialização. Quanto mais competências uma pessoa tiver, quer seja sargento ou oficial, melhor.

6.2.6 Análise da questão nº 6

No quadro nº 9 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 6 – “Tendo em conta a sua experiência anterior no Exército Português, considera este modelo de formação de formadores (POFFTE), mais especificamente a parte II do volume I (Formação Profissional de Formadores em Equitação Geral) adequado às necessidades da Instituição Militar?”

Quadro nº 9 - Análise da questão nº 6³¹

Entrevistados	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu julgo que as necessidades da instituição militar não são maiores que as da instituição civil, (...)” ▪ “(...), nós usámos como base os cursos de Mafra, mas tivemos que os aligeirar, pois estes cursos estavam previstos para alguém que tinha um tratador de cavalos.” ▪ “Em relação à instituição militar, eu procuraria seguir o mais possível o POFFTE em tudo aquilo em que o mesmo não colida com os interesses militares e, sobretudo, procurando que os Professores militares possam ter as mesmas competências que os Professores civis.”
E2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu aqui digo que, sempre que possível, penso eu, o Exército deve alinhar pela doutrina que está em vigor na sociedade civil.” ▪ “(...), nós não devemos no Exército estar a formar um oficial ou sargento numa determinada área que pode ter equivalência na sociedade civil e por as coisas não estarem ajustadas, essa equivalência não existir ou não poder ser dada, isto é desmotivante para o formando.” ▪ “(...), se os dois cursos são tão similares, (...) é preferível, se houver apenas pequenas diferenças, ajustá-las e garantir que essa equivalência seja dada.”

O principal objetivo desta questão era tentar perceber se o modelo de formação de formadores de equitação que se encontra atualmente em vigor na sociedade civil estava adequado às necessidades da Instituição Militar.

Para responder a esta questão, temos os E1 e E2, que apesar de estarem a desempenhar funções atualmente na ENE, também já serviram no Ex.

Ao analisar as respostas dos dois entrevistados, verificamos que ambos têm uma opinião muito semelhante. Os dois consideram que o Exército, sempre que possível, deve seguir o modelo civil, mas que essa decisão tem de partir da Instituição.

6.2.7 Análise da questão nº 7

No quadro nº 10 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 7 – “Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?”

³¹ Fonte: Elaboração própria.

Quadro nº 10 - Análise da questão nº 7³²

Entrevistados	Argumentação
E3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) nós temos de satisfazer é as necessidades do (...) Exército e a validação ou certificação só deverá ser assumida como uma “mais-valia.” ▪ “Não é inverter o processo, não é fazer um curso porque é validado e até dá jeito ao Exército. ▪ Não. É o contrário. O curso é para o Exército e por acaso até pode ser validado.” ▪ “(...) eu não tenho de estar preocupado com a tua qualificação, eu tenho de estar preocupado é com as necessidades do Exército, (...)”
E4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A validação civil, (...) é a maior barreira para que a equitação militar se pudesse manter ou estar mais estável.” ▪ Não sou contra a validação civil, (...)” ▪ “O facto de a equitação cá fora se organizar e evoluir, que foi uma mais-valia para o país, (...)” ▪ “No entanto, (...) o exército quis de tal maneira alinhar com a federação através da ENE, que perdeu a noção da importância da sua existência.” ▪ “(...), tenho dificuldade em aceitar que o objetivo da equitação na Academia Militar é sela 4.” ▪ “Os nossos objetivos não podem ser resumidos numa designação meramente civil, (...), não podemos estar cingidos ao que se faz na sociedade civil.” ▪ “Tudo o que se ensinava em Mafra tornava Mafra credível, isso era a maior recompensa que o exército podia ter da sua formação.”
E5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A validação dos cursos militares pelas entidades civis é importante. Não considero, é que seja um fator que determine a realização ou não da formação militar.” ▪ “(...) quanto mais validação tiver determinada formação, (...) mais viável e mais credibilizada fica por toda a gente, (...)” ▪ “(...) quando for definida como deve ser a formação civil, veremos se há possibilidade e capacidade para adaptarmos os nossos modelos aos modelos de formação civil, mantendo para além desse modelo civil, todas as outras disciplinas militares que compõem os cursos.”
E6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu acho que é sempre importante que os cursos que sejam ministrados no Exército sejam reconhecidos a nível civil.” ▪ “(...) o know-how, a experiência e a pedagogia temo-la, e por isso, é importante que nós não percamos o comboio da equitação nacional e que os nossos cursos continuem a ser reconhecidos, o que é vantajoso para nós.” ▪ “É ótimo que continuemos a ter os nossos cursos de longa duração desde que sejam reconhecidos.”
E7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Considero importante, ainda que não seja essencial (...)” ▪ Considero importante que a gente mantenha mais ou menos o rumo e que não se afaste (...) muito daquilo que são os objetivos lá de fora.” ▪ “Agora, não é essencial. Nós temos de nos preocupar efetivamente é com o que nós queremos e com aquilo que nós queremos fazer e que recursos é que temos para o fazer e gerir os nossos recursos de maneira a atingir os nossos objetivos, sem estar a olhar para o exterior, (...)”
E8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim, é fundamental que nós no Exército mantenhamos a validação civil, porque de outra forma, não nos reconhecem a capacidade nem as competências. Nós (Exército) fomos quem fundou a Federação Equestre Portuguesa, portanto é fundamental que não percamos esse comboio.”
E9	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Acho que sim. ▪ Cada vez mais temos de ter equivalência na parte civil.” ▪ “O curso é bem dado, está bem estruturado, tem os meios todos e acho que é muito importante o abrir também as portas, (...), ao pessoal civil da Federação.” ▪ “É uma mais-valia e deve continuar.”

Esta questão pretendia esclarecer se os entrevistados consideravam importante o facto de, com a implementação dos novos referenciais de curso, poder manter-se uma validação civil.

³² Fonte: Elaboração própria.

Para responder a esta questão, os entrevistados tinham de estar a par dos novos referenciais de curso para formadores de equitação do Exército, como tal, a questão foi feita apenas aos militares que se encontram no ativo.

Analisando as respostas a esta questão, pode observar-se que as opiniões são na maioria afirmativas. Todos os entrevistados consideram que a validação dos novos cursos é importante, porém, os E3, E4, E5 e E7 não consideram que seja essencial. A prioridade é a satisfação das necessidades do Ex, e se se conseguir obter a validação civil, melhor.

O E4, não se considera contra a validação civil dos cursos, mas aponta este aspeto como um dos que tem feito a equitação militar perder importância ao longo dos tempos.

6.2.8 Análise da questão nº 8

No quadro nº 11 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 8 – “Com a implementação dos novos referenciais de formação de formadores de Equitação no Exército, os cursos de Ajudante de Monitor e Monitor de Equitação podem ser equiparados aos efetuados pela ENE, mas o mesmo já não acontece para o curso de Instrutores de Equitação.

No seu ponto de vista considera relevante que exista um modelo único de formação de formadores a nível nacional?”

Quadro nº 11 - Análise da questão nº 8³³

Entrevistados	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Esse é um problema que penso existir apenas (...), pela falta de tempo de formação e pela dificuldade de tirar os Oficiais e Sargentos das Unidades para os enviar para Mafra.” ▪ “Acho que o problema reside no facto do POFTE, (...), exigir que entre os vários graus de formação haja um período do mínimo de um a dois anos de prática em cada patamar da carreira de professor.” ▪ “Como disse, acho que, (...), deve haver um modelo único.” ▪ “O militar é ser um cidadão que presta ao País um serviço muito importante, (...). No entanto, ele não tem que ser diferente dos outros cidadãos. Para mim, o esquema de formação deveria ser igual ao esquema civil, ao praticado lá fora, até porque, um modelo próprio e exclusivo, tem tendência em fechar-se, podendo rapidamente atrasar-se em relação ao que se passa na sociedade civil.”
E2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Acho que deveria ser. Ou deveria fazer-se os possíveis para que fosse.” ▪ “O que eu penso que se passa é que o Exército não pode estar a libertar um oficial ou um sargento durante 9 meses ou 6 meses para fazer o curso de monitor e depois mais 9 meses para fazer o curso de instrutor.”

³³ Fonte: Elaboração própria.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) para ser parecido então é preferível que seja igual e que tenha equivalência. ▪ Se não for possível dar equivalência e as diferenças se forem grandes, então pronto é a decisão do Exército e o Exército é soberano.”
--	---

Tendo em conta que os novos referenciais dos cursos de formação de formadores de equitação, já se encontram em grande parte semelhantes aos adotados pela ENE, esta questão tinha como finalidade tentar perceber se os entrevistados consideram que deva existir um único modelo de formação de formadores de equitação a nível nacional. Esta questão foi colocada aos E1 e E2.

Após a análise das respostas, concluímos que ambos consideram importante a existência de um só modelo a nível nacional, referindo que esta situação, pode não ter acontecido ainda devido ao fator tempo.

A ENE exige que haja um período mínimo de um a dois anos como formador de equitação entre cada curso e o Exército não tem condições para libertar um oficial ou sargento durante 6 meses e depois, passado um ou dois anos, libertá-lo novamente durante mais 9 meses.

6.2.9 Análise da questão nº 9

No quadro nº 12 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 9 – “Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.

- a. Quais as vulnerabilidades que destaca?
- b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?”

Quadro nº 12 - Análise da questão nº 9³⁴

Entrevistados	Alíneas	Argumentação
E3	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) é o facto de no final, o meu instrutor de equitação não ser certificado com o nível III.” ▪ “Mas como eu já disse anteriormente (...) o objetivo não é a certificação, (...)” ▪ “Podem dizer que nós estamos a ficar um passo atrás com esta medida, mas não estamos, porque nós queremos é formar chefes de secções de equitação.” ▪ “Vamos ver como é que corre estes primeiros cursos, até pode acontecer, passarmos a ser um exemplo com este novo modelo.”

³⁴ Fonte: Elaboração própria.

	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) é a capacidade de haver formação, porque para o modelo anterior, o curso de monitores tinha de ter no mínimo dois formandos e se apenas houvesse um, já não se fazia curso.” ▪ “Como nós temos na base o curso de ajudante de monitor, o campo de recrutamento é muito maior, por isso, à partida todos os anos pode haver curso (...)” ▪ “(...) e assim vamos alimentando as necessidades do Exército em termos de formadores na área da equitação.”
E4	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Este modelo foi criado para praticantes civis, com uma prática equestre muito mais consolidada, que os militares conseguem ter.” ▪ “Não conheço em pormenor, mas acima de tudo como já referi, a base de formação entre oficiais e sargentos é diferente.”
	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Quanto a potencialidades, não vejo neste modelo, não me parece porque o facto do curso de ter criado num prolongamento, sobrecarrega e não sendo o mais adequado.”
E5	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A nível do curso de instrutores que é grau III da formação civil há dificuldades na validação, pois o curso de instrutores não cumpre os requisitos curriculares para ser validado pela Escola Nacional de Equitação ou pela Federação Equestre, (...)” ▪ “(...), temos os oficiais e os sargentos a frequentarem ao mesmo tempo o curso de monitores de equitação. Se em termos de hierarquia, isto não é problemático, um dos fatores que poderá diferenciar muito os oficiais dos sargentos (...), é que na altura do início do curso, os oficiais oriundos da Academia Militar trazem uma experiência adquirida muito maior, muito diferente dos sargentos.” ▪ “Em termos depois do desempenho de cada um, isto também vai condicionar porque quem está mais atrasado tem naturalmente mais dificuldade em atingir os objetivos definidos para o curso, (...)”
	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) temos a possibilidade de a nível do ajudante de monitores e monitores de equitação militar garantir também uma validação a nível civil da Escola Nacional de Equitação e/ou da Federação Equestre Portuguesa (...)”
E6	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu de certa forma não vejo vulnerabilidades.”
	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Eu creio que o curso, com os novos referenciais a obrigar os sargentos e oficiais a passar por todas as fases, desde o curso de ajudantes de monitor, monitores e depois a evolução para o curso de instrutores, está adequado (...)”
E7	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Há efetivamente a situação da ESE não ter a capacidade, por falta de tempo, de conseguir evoluir mais os sargentos, (...)” ▪ “Mas a mesma coisa acontece com os oficiais, (...)” ▪ “Não é fácil, (...) e exige uma grande disponibilidade de tempo para trabalhar e evoluir em termos equestres para depois conseguir ingressar no curso.” ▪ “Mas é como eu digo, com esforço e dedicação, sendo uma vulnerabilidade, eu acredito que ela seja ultrapassada.”
	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Em primeiro lugar, o curso dá-te uma enorme quantidade de ferramentas que vão ser uteis se continuares depois ligado ao ensino da equitação.” ▪ “Para além disso, depois, como se anda a concorrer muito com o que é praticado lá fora, há o reconhecimento da sociedade civil daquilo que se faz cá dentro.”
E8	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Não vejo nenhum inconveniente. Se os sargentos e os oficiais perceberem a sua posição e se cada um souber as suas competências e limites, penso que não vai haver problemas.” ▪ “É importante saber distinguir, uma coisa é a carreira militar e outra coisa é a carreira específica de formador de equitação.”
	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Com os cursos nestes moldes, tanto os oficiais como os sargentos estão todos juntos, conhecem-se todos e todos sabem o que um fez ou não fez.” ▪ “Para os sargentos é bom porque os oficiais sabem o que eles fizeram e para os oficiais é bom porque os sargentos dizem “este andou comigo a fazer a mesma coisa e para além do que eu fiz, ainda fez coisas mais difíceis”.”
E9	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Os oficiais têm mais experiência, (...), se calhar entrarem logo para o curso de monitor de equitação é viável, (...)” ▪ “Agora ao nível dos sargentos acho não é possível. Agarrar num sargento acabado de sair da EPC e pô-lo a fazer o curso de monitor, não é viável. E vai-se notar logo essa discrepância no curso entre o sargento e o oficial.” ▪ “(...), se há curso de ajudante de monitor, os sargentos deviam fazê-lo primeiro e ficar à experiência dois anos (...)” ▪ “Outra grande vulnerabilidade é o fato de eu, como sargento, não poder passar de monitor de equitação.” ▪ “Existe a hierarquia cá dentro e eu acho muito bem, mas isto é como eu digo, isto é mais uma formação profissional onde nós pretendemos também progredir.”
	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Nada a referir.”

O objetivo desta questão era tentar perceber quais as vulnerabilidades e potencialidades que os entrevistados destacavam dos novos referenciais de curso de formadores de equitação.

Esta questão foi colocada a todos os entrevistados que se encontram no ativo e a exercer funções no Ex.

Através da análise de todas as respostas a esta questão, chegamos à conclusão que como vulnerabilidades, os E5, E7 e E9, consideram o facto de os oficiais e sargentos iniciarem o mesmo curso de formação de formadores, mas com níveis de equitação diferentes, resultando assim dificuldades de aprendizagem para ambos ao longo do curso. Outra vulnerabilidade exposta pelos E3 e E5 é o facto de o curso de instrutores de equitação não ter equivalência ao grau III da formação civil, principalmente devido à diferença de horas entre os cursos.

Relativamente às potencialidades, o E5, considera o facto de haver uma validação civil dos cursos de ajudante de monitor e de monitor de equitação e o E7, o facto de estes cursos ajudarem no reconhecimento da sociedade civil sobre o que se faz no Ex.

6.2.10 Análise da questão nº 10

No quadro nº 13 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 10 – “Relativamente ao POFFTE adotado pela ENE em 2007.

- a. Quais as vulnerabilidades que destaca relativamente aos cursos em Equitação Geral?
- b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes nestes mesmos cursos??”

Quadro nº 13 - Análise da questão nº 10³⁵

Entrevistados	Alíneas	Argumentação
E1	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) pouca experiência com que os alunos terminam os cursos: os alunos saem formados, mas eles têm que trabalhar imenso para consolidar tudo aquilo.” ▪ “(...) um aluno (...) sai monitor de equitação num curso, mas tem pouca experiência como Professor e como cavaleiro “concurista”.”

³⁵ Fonte: Elaboração própria.

	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) a variedade do tipo de cursos prevista, com a duração de cada um deles e com a possibilidade de serem frequentados em diversos locais de formação.” ▪ “Este curso, para além da saída mais evidente que é a docência de equitação, confere também aos seus detentores competências na área da responsabilidade por Centros Hípicos, (...)” ▪ “(...) estes cursos estão relativamente bem concebidos, pois apoiando-se do ponto de vista prático, nas três disciplinas, o Ensino, o Salto de obstáculos e o Concurso Completo, conferem ao aluno e futuro Professor, desde o início, uma visão global da equitação(...)”
E2	a.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Uma das vulnerabilidades que nós aqui temos mais sentido, (...) é o fato de os alunos não estarem preparados, não terem o nível de equitação suficiente para o início do curso, (...)” ▪ “(...) o que acontece também, é relativamente aos cavalos e não é de agora.” ▪ “(...) o cavalo que o aluno apresenta (...) tem um nível tão baixo que nós dizemos que com este cavalo não é possível (...)” ▪ Outra dificuldade que nós temos sentido (...), é na execução das provas, porque estas custam dinheiro.” ▪ “O curso já tem um tempo reduzido e naqueles modos, o aluno vai para casa muito tempo, e depois vai ao local de formação fazer a sua formação e no meio disso ainda tem que fazer provas. ▪ “(...) o ideal seria como se faz em Mafra, onde o aluno vai para lá e faz o curso todo seguido, (...)”
	b.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Em termos de potencialidades é a formação equestre. ▪ Primeiro temos uma doutrina, os nossos formandos bebem todos a mesma doutrina e depois quando são formadores debitam todos a mesma doutrina.”

O objetivo da questão nº 10 era tentar perceber quais as vulnerabilidades e potencialidades que os E1 e E2 consideram existir no POFFTE adotado pela ENE.

Relativamente a esta questão, ela foi feita somente aos dois entrevistados que se encontravam a exercer funções na ENE.

Após analisarmos esta questão, verificamos que a principal vulnerabilidade apontada é a pouca experiência com que os alunos iniciam o curso e com que terminam. Outra vulnerabilidade apontada pelo E2 é o facto de os alunos não tirarem o máximo rendimento do curso devido a não ser um curso seguido.

Como potencialidades, o E1 considera a variedade do tipo de cursos bem como a hipótese de serem frequentados em vários locais de formação. O E2, aponta a formação equestre, pois existe uma única doutrina.

6.2.11 Análise da questão nº 11

No quadro nº 14 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 11 – “De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?”

Quadro nº 14 - Análise da questão nº 11³⁶

Entrevistados	Argumentação
E3	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) está previsto no quadro orgânico da futura Escola das Armas, uma Unidade de apoio, onde uma das suas subunidades é a Coudelaria Militar, ou seja, mantem-se aqui em Mafra toda a parte equestre que atualmente existe.” ▪ “Por isso, vai provavelmente manter-se aqui, quase de certeza, e até pode ser uma “mais-valia” para a equitação.”
E4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “A Escola de Mafra só tem capacidade de melhorar ao dar cursos, ao investir na formação de equitação e se for dividido perde-se qualidade.”
E5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Para a realização destes cursos o local deve ser um por um motivo: assegurar uma unidade de doutrina e formar todos da mesma maneira, (...)” ▪ “(...) o Centro tem as condições reunidas ao longo desses anos todos, (...), tanto a nível de infraestruturas, ou seja picadeiros cobertos e descobertos, seja a nível de cavalariças e sendo ainda o centro como a unidade que faz a recolha dos solípedes do Exército.” ▪ “(...) considero que deve continuar a ser o mesmo local.”
E6	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim, a não ser que o Exército começasse a adotar os cursos fracionados (...)” ▪ “Eu não sou defensor desta modalidade, acho que devemos ir todos para Mafra. O CMEFD é que é o centro de formação. Tem os formadores adequados, tem a pedagogia estudada, tem os cavalos (...), e a intensidade do curso em si é uma coisa que também deve ser mantida.” ▪ “Agora com a nova reestruturação do Exército, (...). Vamos ter uma reunião de cavaleiros praticantes mais concentrada no CMEFD e isso vai ser bom e como tal, acho que deve ser feito neste local.”
E7	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim, acho que sim, o CMEFD, neste momento é o local mais indicado para a realização destes cursos, não só pelas infraestruturas, pelos recursos, mas também, por ser lá a nossa coudelaria, que permite aos alunos praticar, também a parte do desbaste.”
E8	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Sim, devem continuar a ser feitos no CMEFD.” ▪ “O CMEFD é o único centro hípico de cinco estrelas aprovado a nível nacional e é importante preservar.”
E9	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “O CMEFD tem um quadro especializado de formadores, dos melhores que lá passaram, tem ótimas infraestruturas disponíveis a nível nacional e é lá que é feita a remonta, ou seja, é lá que são selecionados os solípedes para a instrução e depois é a tradição que já tem a Escola de Mafra, com o exemplo claro da Reprise da Escola de Mafra.” ▪ “Sim, acho que neste momento é o melhor centro de formação de equitação a nível nacional e deve continuar sê-lo.”

Esta questão tinha como objetivo perceber se os entrevistados, tendo em conta todas as alterações que estão em curso, consideram que os cursos devem continuar a ser realizados no CMEFD.

Esta questão foi colocada aos sete entrevistados que se encontram atualmente em funções no Ex.

Ao analisarmos as respostas dos entrevistados, verificámos que todos consideram que os cursos devem continuar a ser feitos em Mafra, não só por já se encontrarem os meios nesse local, mas também devido à nova reestruturação do Exército, que vai trazer muitos e potenciais cavaleiros para Mafra.

³⁶ Fonte: Elaboração própria.

6.2.12 Análise da questão nº 12

No quadro nº 15 apresenta-se a argumentação feita pelos vários entrevistados à questão nº 12 – “Como atual Diretor/Equitador-Chefe da ENE, qual o ponto de situação da formação de formadores de equitação em Portugal?”

Quadro nº 15 - Análise da questão nº 12³⁷

Entrevistados	Argumentação
E1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) neste momento, não há formação em Portugal.” ▪ “(...) no meu computador estão todos os referenciais de formação concebidos para a equitação geral I, II e III, (...)” ▪ “Foi um trabalho que fiz, mas que a FEP não quis aproveitar, (...)” ▪ “Como a federação cortou as relações com a Escola Nacional de Equitação, não quis aproveitar o trabalho. Estamos há dois anos à espera e quem quiser que tire as conclusões que entender.”
E2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “(...) no dia 1 de janeiro de 2011, (...) a formação foi suspensa por ordem do IDP e da Federação Equestre Portuguesa por motivo da implementação do novo plano nacional de formação de treinadores.” ▪ “(...) previa-se que no segundo semestre de 2011 já se iria recomeçar a formação nos novos moldes do plano nacional de formação de treinadores. Mas o que aconteceu é que a 6 de março de 2013, há dois anos e dois meses e 5 dias que a formação está suspensa e ninguém quer saber e ninguém está preocupado.”

Foi objetivo desta questão tentar perceber como se encontra a formação de formadores de equitação na sociedade civil. Tendo em conta as suas funções atuais, esta questão foi feita apenas aos E1 e E2.

Analisando as duas respostas dadas, chegámos à conclusão que a formação de formadores de equitação em Portugal está parada. A formação foi suspensa a nível nacional com o objetivo de se implementar o novo plano nacional de formação de treinadores. Porém, esta suspensão já aconteceu no dia 1 de janeiro de 2011 e até hoje ainda não foi retomada.

³⁷ Fonte: Elaboração própria.

Capítulo 7

Conclusões e Recomendações

7.1 Introdução

Neste último capítulo que se apresenta, iremos verificar a validade das hipóteses formuladas no início do trabalho, bem como certificar-nos que damos resposta às questões de investigação.

Após isto, iremos também referir as limitações que se revelaram ao longo da elaboração deste trabalho.

Finalmente, iremos propor ou tecer algumas recomendações que consideramos importantes para investigações futuras, tendo sempre como objetivo a melhoria da Equitação Militar.

7.2 Verificação das hipóteses

Após termos recolhido todas as informações necessárias para a realização deste trabalho e que se encontram plasmadas tanto na parte teórica como na parte prática, restamos agora, neste subcapítulo, e através dessa informação toda, confirmar ou refutar as hipóteses formuladas no início do trabalho. Importa realçar também, que os dados conseguidos para a verificação das hipóteses, resultam principalmente das entrevistas feitas, estando assim e naturalmente condicionados os resultados.

Relativamente à H1, “A Equitação Militar continua a ser importante para a formação dos quadros permanentes no Exército Português”, esta foi confirmada com as respostas obtidas na questão nº 1 que foi respondida por todos os entrevistados.

No que diz respeito à H2, “A Equitação Militar é praticada no Exército Português atualmente”, esta também é confirmada por todos os entrevistados, tanto nas respostas dadas à questão nº 2 como à questão nº 3.

A H3 refere que “Os diferentes cursos de formação de formadores de equitação estão adequados e atualizados às funções que vão ser desempenhadas.”. Esta hipótese é confirmada por todos os entrevistados que respondem à questão nº 4. Apesar de todos os entrevistados considerarem esta hipótese afirmativa, alguns apontam certas áreas que deviam ser ministradas.

A H4 menciona que “O facto de oficiais e sargentos frequentarem o mesmo curso não é impeditivo”. Esta hipótese foi validada pelos diferentes entrevistados em resposta à questão nº 5.

As respostas às questões nº 6, 7 e 8 vêm também confirmar por grande parte dos entrevistados a H5, que diz que “Tendo em conta as necessidades do Exército Português, uma validação civil destes cursos, não se torna essencial”.

Por sua vez, a H6 que diz que “Uma vulnerabilidade é o facto de não se obter a validação do grau III e uma potencialidade o facto de se obter uma validação civil no curso de monitores de equitação.” é também confirmada por grande parte dos entrevistados em resposta à questão nº 9.

Por último, a H7 “O local para a realização destes cursos deverá continuar a ser o CMEFD” é confirmada pelos diferentes entrevistados em resposta à questão nº 11.

7.3 Resposta às questões de investigação

No início deste trabalho de investigação foram levantadas várias perguntas que tiveram como objetivo, orientar toda a investigação. Encontrando-nos agora no último capítulo deste trabalho, cabe-nos, neste momento, tentar dar resposta a estas perguntas.

Assim sendo, relativamente à PD1, “Será a Equitação Militar importante para o Exército nos dias de hoje?”, verificamos que a resposta é afirmativa e que está de acordo com a H1 que se considerou válida.

A PD2 questiona se “A Equitação Militar continua a ser praticada nos dias de hoje?”. A verificação da H2 dá resposta a esta questão, salientando-se que a EM é praticada nos dias de hoje e continuará a ser praticada por vários anos.

Respondendo à PD3 que é se “Os cursos de formação de formadores estão adequados às funções que vão desempenhar depois?”, temos a H3, que respondia argumentando que os novos cursos de formadores de equitação estão adequados e atualizados às funções que vão ser desempenhadas. Após analisarmos as entrevistas

efetuadas, verificamos que a resposta a esta pergunta é afirmativa, sendo necessário o ministrar de outras matérias como a administração de centros hípicas e a prática pedagógica, mas que já se encontram plasmadas nos novos referenciais de formação de formadores.

Para responder à PD4, que é “Será impeditivo o facto de oficiais e sargentos frequentarem o mesmo curso?”, recorreremos à H4 que após a sua validação, confirmamos que devido ao facto de ainda não haver experiência com os cursos nestes moldes, a opinião pode ser positiva para alguns e negativa para outros.

No que se refere à PD5, “Será importante o facto de estes cursos de formação de formadores em Equitação Militar, terem uma validação civil?”, esta é respondida através da verificação da H5. Das várias entrevistas que analisámos, chegámos à conclusão que a validação civil dos cursos militares, tem benefícios e inconvenientes que têm de ser tidos em conta nas necessidades do Ex.

Tendo em conta a PD6, onde se questiona “Quais serão as vulnerabilidades e potencialidades dos novos referenciais de curso?”, podemos facilmente responder através da validação da H6. Após examinarmos as respostas dos entrevistados, verificamos que algumas das vulnerabilidades são a não certificação do curso de instrutor com o grau III da instituição civil e a diferença de bases entre os oficiais e os sargentos no início dos cursos de ajudante de monitor e monitor de equitação. Como potencialidade, é referido o facto de haver uma validação civil quanto ao curso de monitor de equitação.

Atendendo à última pergunta que é a PD7, onde se questiona “Qual deverá ser o local de realização destes cursos?”, verificamos a sua resposta tendo em atenção à validação da H7. O local apontado por todos os entrevistados é o CMEFD, pois continua a reunir as melhores condições a nível nacional para se praticar equitação.

Após termos verificado a validação ou refutação de todas as perguntas derivadas colocadas no início da investigação deste trabalho, resta-nos somente tecer algumas reflexões sobre a pergunta de partida deste estudo e que era “Estará o modelo de formação de formadores de Equitação, adequado às necessidades atuais do Exército Português?”.

Com isto, e depois de toda a análise e conclusões tiradas, chegámos à conclusão que embora não seja este o modelo pretendido por todos, é o que é possível fazer, tendo em conta as limitações do Ex e as exigências da ENE/FEP.

O objetivo principal seria alinhar os cursos dados em Mafra pelo atual CMEFD com os cursos civis, tendo sempre em atenção a não perda da componente militar dada nos

curso de equitação militar, pois é essa a principal razão para a continuação da realização destes cursos.

Assim sendo, e tendo em conta as necessidades e limitações do Ex, com estes novos referenciais conseguimos manter uma validação civil dos cursos ao nível dos ajudantes de monitor e monitor de equitação, correspondendo respetivamente aos graus I e II da ENE/FEP.

Por sua vez, o mesmo não é possível quando falamos dos cursos de instrutor e mestre de equitação e que correspondem aos graus III e IV, pois para serem validados requerem um aumento significativo de horas de curso como de horas a ministrar formação nesta área, coisa que se considera incompatível atualmente no Ex.

Contudo, apesar de não conseguirmos uma validação total de todos os cursos de equitação ministrados em Mafra, podemos concluir que o modelo está adequado às necessidades atuais do Ex, pois o nosso objetivo principal é formar formadores de equitação militar.

Mas, apesar disto, considera-se importante que após serem aprovados os referenciais de formação de treinadores em equitação geral e que a formação de formadores/treinadores recomece na sociedade civil, seja novamente feito um esforço na tentativa de acompanhar a sociedade civil, nunca descurando os interesses e as necessidades do Ex em formar formadores de equitação militar.

7.4 Limitações da Investigação

No decorrer da investigação surgiram determinadas limitações que vieram a interferir no decorrer da mesma. Essencialmente as três maiores condicionantes encontradas dizem respeito, à recente implementação do novo modelo de formação no Exército, à interrupção da formação de formadores de Equitação no exterior e às Normas de Execução Permanente relativas ao TIA.

Relativamente ao novo modelo adotado, verificou-se que devido à sua recente introdução no Exército Português existiam algumas dúvidas acerca do que este defendia e o que vinha a alterar no sistema de ensino da equitação militar.

No âmbito da formação de formadores na sociedade civil, esta encontra-se estagnada ao nível da formação de formadores conseqüentemente devido à falta de entendimento entre a FEP e a ENE.

Por último, verifica-se um limite do número de páginas ao nível do corpo do texto, apêndices e anexos o que sujeita a investigação a uma seleção detalhada.

7.5 Investigações futuras

Ao nível de investigações futuras, propõem-se, uma análise entre os formandos do antigo modelo de formação de formadores de EM e o novo que foi aprovado em 2012. Desta forma, será possível estudar as lacunas que possam existir no novo modelo de formação de formadores e colmatá-las, aspeto que não foi possível concretizar, pois ainda não existem praticamente nenhuns militares formados com este novo modelo.

Outro aspeto que considero importante e que deve ser estudado mais tarde, remete-se para a data da aprovação dos novos referenciais de formação de treinadores de equitação geral. Após a aprovação destes referenciais e depois de ser testado esse novo modelo, deve ser feito um novo estudo por parte do Ex, de maneira a esclarecer se se devem alterar novamente os referenciais dos cursos de equitação militar para os nossos cursos serem dados conforme o modelo civil.

Bibliografia

- Academia Militar. (2011). *NEP 520/DE/30JUN11/AM*. Lisboa: Academia Militar.
- Assembleia da República, Decreto regulamentar nº 44/94 do Ministério da Defesa Nacional, Diário da República 203/94, 1ª série - B, de 2 de setembro de 1994. (1994).
- Casimiro, C. (abril de 1992). CMEFED-Génese, aspectos peculiares e evolução através dos tempos. *Revista do Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos*, Nº 12, 6-20.
- Costa, P. C. (9 de abril de 2012). *A Formação Equestre em Portugal*. Obtido em 11 de março de 2013, de Revista Equitação Online: <http://www.equitacao.com/noticia.php?n=8893&>
- Direcção do Serviço de Educação Física do Exército. (1980). *Manual de Equitação, Equitação Elementar, Complementar e Superior* (2ª ed.). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado Maior do Exército. (1985). *Regulamento Equestre Militar*. Exército Português, Direcção do Serviço de Educação Física do Exército.
- Escola Nacional de Equitação. (2007). *Programa Oficial de Formação de Formadores e Técnicos de Equitação - Norma Execução e Funcionamento nº 07* (Vol. I). Lisboa: Escola Nacional de Equitação.
- Escola Nacional de Equitação. (2008). *Programa Oficial de Formação de Formadores e Técnicos de Equitação - Norma Execução e Funcionamento nº10-A*. Lisboa: Escola Nacional de Equitação.
- Escola Nacional de Equitação. (2009). *Norma Execução e Funcionamento nº 28*. Lisboa: Escola Nacional de Equitação.
- Escola Nacional de Equitação. (s.d.). *Historial*. Obtido em 08 de março de 2013, de Escola Nacional de Equitação: <http://www.ene.pt/engine.php?cat=48&area=48>
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas* (3ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hegenberg, L. (1976). *Etapas da investigação científica*. São Paulo: EPU.

-
- Infopédia. (2003-2013). *D. João V.* (Porto Editora) Obtido em 6 de março de 2013, de Infopédia, Enciclopédia e dicionários Porto Editora: [http://www.infopedia.pt/\\$d.-joao-v](http://www.infopedia.pt/$d.-joao-v)
- L'Eperon. (dezembro de 1985). O Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos. *Revista do Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos*, N° 9, 9.
- Laureano, J. P. (2011). *Equitação Militar – Análise das suas missões, estruturas e recursos*. Lisboa: Academia Militar.
- Ministério Defesa Nacional. (2012a). *Referencial de Curso de Ajudante de Monitor de Equitação*. Exército Português. Comando de Instrução e Doutrina, Centro Militar de Educação Física e Desportos.
- Ministério Defesa Nacional. (2012b). *Referencial de Curso de Instrutor de Equitação*. Exército Português. Comando de Instrução e Doutrina, Centro Militar de Educação Física e Desportos.
- Ministério Defesa Nacional. (2012c). *Referencial de Curso de Monitor de Equitação*. Exército Português. Comando de Instrução e Doutrina, Centro Militar de Educação Física e Desportos.
- Oliveira, J. d. (1945). *Notas e Reflexões Equestres*. Lisboa.
- Pombeiro, M. A. (novembro de 2006). A Actividade Equestre no CMEFD. *Revista do Centro Militar de Educação Física e Desportos*, N° 24, 35-38.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (J. M. Mendes, Trad.) Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, R. B. (abril de 2002). Equitação no Exército. *Revista do Centro Militar de Educação Física de Desportos*, N° 22, 16-21.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia prático sobre a metodologia científica* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada.
- Sequeira, J. M. (abril de 2003). Escola Nacional de Equitação-ENE. *Revista do Centro Militar de Educação Física e Desportos*, N° 23, 25-33.
- Victorino, B. (2011). *Adaptação da equitação na Guarda Nacional Republicana à realidade equestre nacional*. Lisboa: Academia Militar.

Apêndices

Apêndice A – Guião de Entrevista



ACADEMIA MILITAR

**Equitação Militar – Análise de modelos de formação de
formadores**

Entrevista

**Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo
da Silva**

Orientador: Major de Cavalaria José Pedro Rebola Mataloto

Lisboa, março de 2013

Carta de Apresentação

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada decorrente do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria e cujo tema é “Equitação Militar – Análise de modelos de formação de formadores”.

É objetivo desta entrevista recolher dados sobre a sua **visão pessoal e profissional** acerca da **Equitação Militar**, bem como sobre os **modelos de formação de formadores nesta área**. Para isso pretende-se fazer uma análise de conteúdo dos dados recolhidos, entrevistando algumas pessoas que, neste momento, estão ligadas diretamente a este assunto e que se consideram detentoras de conhecimento vital para a realização deste trabalho.

O guião que se apresenta tem como finalidade estabelecer uma ordem e um fio condutor para os temas a abordar durante a entrevista.

Antes de iniciar a entrevista, solicita-se que o entrevistado faça a sua apresentação e um breve resumo do seu percurso e experiência profissional.

Desta forma, solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista como forma de valorizar o presente trabalho, pelo que colocarei à sua disposição a transcrição da mesma bem como os dados resultantes da sua análise, antes da exposição pública do trabalho, se assim o entender.

Grato pela sua colaboração,

Atenciosamente

David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva

Aspirante de Cavalaria

Guião de Entrevista

Interlocutor:

Entrevistador:

Cargo:

Data:

Hora:

Local:

Suporte:

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:

- 1.** O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?
- 2.** Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique
- 3.** Como instrutor de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?
- 4.** De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores.
Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?

5. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.
- Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?
6. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.
- a. Quais as vulnerabilidades que destaca?
 - b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?
7. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?
8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Apêndice B – Guião de Entrevista adaptado



ACADEMIA MILITAR

**Equitação Militar – Análise de modelos de formação de
formadores**

Entrevista

**Autor: Aspirante Aluno de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo
da Silva**

Orientador: Major de Cavalaria José Pedro Rebola Mataloto

Lisboa, março de 2013

Carta de Apresentação

A presente entrevista enquadra-se no âmbito da realização de um Trabalho de Investigação Aplicada decorrente do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria e cujo tema é “Equitação Militar – Análise de modelos de formação de formadores”.

É objetivo desta entrevista recolher dados sobre a sua **visão pessoal e profissional** acerca da **Equitação Militar**, bem como sobre os **modelos de formação de formadores nesta área**. Para isso pretende-se fazer uma análise de conteúdo dos dados recolhidos, entrevistando algumas pessoas que, neste momento, estão ligadas diretamente a este assunto e que se consideram detentoras de conhecimento vital para a realização deste trabalho.

O guião que se apresenta tem como finalidade estabelecer uma ordem e um fio condutor para os temas a abordar durante a entrevista.

Antes de iniciar a entrevista, solicita-se que o entrevistado faça a sua apresentação e um breve resumo do seu percurso e experiência profissional.

Desta forma, solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista como forma de valorizar o presente trabalho, pelo que colocarei à sua disposição a transcrição da mesma bem como os dados resultantes da sua análise, antes da exposição pública do trabalho, se assim o entender.

Grato pela sua colaboração,

Atenciosamente

David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva

Aspirante de Cavalaria

Guião de Entrevista

Interlocutor:

Entrevistador:

Cargo:

Data:

Hora:

Local:

Suporte:

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:

- 1.** O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?
- 2.** Como militar, considera que a Equitação Militar deve continuar a ser praticada no Exército? Justifique
- 3.** Como Mestre de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD estava adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?
- 4.** Tendo em conta a sua experiência anterior no Exército Português, considera este modelo de formação de formadores (POFFTE), mais especificamente a parte II do volume I (Formação Profissional de Formadores em Equitação Geral) adequado às necessidades da Instituição Militar?

5. Com a implementação dos novos referenciais de formação de formadores de Equitação no Exército, os cursos de Ajudante de Monitor e Monitor de Equitação podem ser equiparados aos efetuados pela ENE, mas o mesmo já não acontece para o curso de Instrutores de Equitação.

No seu ponto de vista considera relevante que exista um modelo único de formação de formadores a nível nacional?

6. Relativamente ao POFTE adotado pela ENE em 2007.
- a. Quais as vulnerabilidades que destaca relativamente aos cursos em Equitação Geral?
 - b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes nestes mesmos cursos?
7. Como atual Diretor/Equitador-Chefe da ENE, qual o ponto de situação da formação de formadores de equitação em Portugal?
8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Apêndice C – Entrevista ao Cor Cav Ref Manuel Veloso**Interlocutor:** Coronel de Cavalaria na Reforma Manuel Maria Pinheiro das Neves Veloso**Entrevistador:** Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva**Cargo:** Equitador-Chefe da ENE**Data:** 12 de março de 2013**Hora:** 10h30**Local:** Biblioteca da Academia Militar-Sede**Suporte:** Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:**1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?**

“A equitação militar define-se de uma forma muito simples, pois não é mais do que a equitação praticada pelos militares. A diferença está sobretudo nos objetivos que com ela se pretendem obter. A equitação desenvolve um conjunto de qualidades físicas e mentais e humanas que interessam à formação dos quadros militares.

Como qualidades físicas, destaco naturalmente o desembaraço físico e mental e o controlo de movimentos. A equitação dá um desembaraço que é muito difícil de encontrar noutra tipo de atividade.

Quando falo de desembaraço físico quero também referir-me sobretudo ao controlo de movimentos, que é para mim o mais importante.

Eu sou professor de Equitação já há alguns anos e tenho por exemplo neste momento, um aluno de 20 valores, que é um superdotado intelectualmente, que gosta imenso de cavalos e tem uma capacidade de trabalho fora do comum, mas é um indivíduo com uma falta de agilidade física das mãos e ombros e portanto bloqueia

com uma facilidade enorme. Ele é um tipo muito inteligente e que tem a noção disso no entanto, tem sido muito difícil ultrapassar esta situação.

A equitação, quando é desenvolvida, leva a uma elevada capacidade de controlo de movimentos.

Quanto a mim, o cavaleiro precisa do controlo e independência de movimentos que se exigem a um pianista. Um pianista, além de ter que trabalhar as duas mãos, uma para um lado e outra para o outro, ainda tem os pedais. Assim sendo, e desde que tenha uma capacidade física normal, um pianista se calhar, teria uma habilidade (do ponto de vista físico) enorme para montar a cavalo, pois uma coisa que ele tem à partida, é uma independência de ajudas, da utilização dos seus braços (mãos) e das pernas. Mais ainda, o pianista para poder tocar, não pode ter os ombros tensos e a cavalo passa-se um pouco a mesma coisa. Realmente a equitação dá independência de ajudas, o controlo do trabalho das mãos, do peso do corpo, das pernas, o ser capaz de trabalhar cada uma destas ações, mas para que no conjunto elas produzam um efeito acordado. Eu não conheço outra atividade e outro desporto que desenvolva tanto as qualidades descritas e outras do ponto de vista humano e emocional. Acredito que exista, inclusivamente mais barato, mas eu não conheço.

Por outro lado a equitação militar carrega o peso da tradição, que é algo que, na minha opinião, o exército tem a obrigação de preservar e desenvolver. Trata-se de um património a defender e não devemos esquecer que a equitação é o mais antigo desporto militar.

Com respeito às qualidades humanas, sem dúvida que dificilmente se encontrará um desporto que as desenvolva mais do que a equitação e é isso que penso interessar na formação de um quadro militar. Atributos como a humildade a par da capacidade de liderança, a capacidade de decidir rapidamente sobre outra vontade, a do cavalo, é semelhante à do líder militar, quando tem que decidir sobre a vontade dos seus subordinados e tem que o fazer de uma forma que eles a aceitem. É semelhante ao que se pretende na relação com o cavalo. Não é à bruta que se ensina um cavalo; dessa forma, o cavalo tornar-se-ia como que um escravo, obedecendo por medo e não por aceitação do que lhe é pedido. A obediência por medo não serve para nada, pois dessa forma o cavalo passa a trabalhar sem entusiasmo, sem empenho e sem beleza, enfim, é o tipo de obediência que não queremos. Ao contrário, a obediência consentida, tem uma resposta de muito mais qualidade. É portanto essa capacidade de liderança e de aceitação por quem lidera, que defendo desenvolver-se entre o cavaleiro

e o cavalo e que, acredito deve ser a relação de confiança e aceitação que deve existir entre um quadro militar e os seus subordinados.

A equitação militar para mim, é portanto uma equitação igual às outras, só que é praticada pelos militares para dela tirarem essas vantagens que eu já referi. Há alguma tendência quando se fala em equitação militar em pensar exclusivamente na formação de formadores, mas, obviamente há muito mais do que isso. Ninguém pensará que chega à Escola de Sargentos do Exército, tem um curso de 20 sargentos e vai fazer 20 monitores; as coisas não podem acontecer dessa maneira. Primeiro é preciso querer e há muita gente que não quer. Eu tive durante toda a minha vida, “n” indivíduos que se diziam interessados, mas depois não conseguiam disponibilizar o tempo necessário. Para se evoluir na equitação não bastam as poucas horas de formação do horário; é necessário muitas vezes pôr de lado aspetos pessoais, trabalhar aos fins de semana e depois das horas de serviço e até a própria família é muitas vezes sacrificada.

A equitação militar não pode ser vista apenas como atividade direcionada para a formação de formadores; eu acho que todos os quadros têm benefícios pelo simples contacto com a equitação e os valores que defende, mas, obviamente, nem todos podem e querem ser professores de equitação. Conheci muitos militares e civis com jeito e gosto para montar a cavalo e que da equitação souberam colher os frutos da sua prática, mas que não quiseram ser professores de equitação nem sequer fazer uma carreira desportiva muito dedicada. Há assim que distinguir e separar em absoluto as duas vertentes da equitação. A formação de formadores e a formação de praticantes, sendo que há uma relação muito importante entre uma e outra. Se eu quero ter uma boa formação de praticantes, eu tenho que ter uma ótima formação de formadores.

Em relação à formação de formadores, efetivamente, ela tem que se ser limitada aos voluntários obviamente, e àqueles que efetivamente demonstram logo desde do início uma certa aptidão, eu diria mais, quase que dificilmente, ela poderá atingir outros indivíduos, que não aqueles que já chegam ao Exército a “montar a cavalo”. Isto, porque as horas disponíveis para montar são muito poucas e a equitação exige muita prática. Em tempo tão exíguo não é possível fazer um bom Professor. Um bom Professor, para além de ter que ser um bom cavaleiro tem que ter conhecimentos de teoria de equitação, de maneio, de pedagogia equestre, enfim é toda uma formação que exige muito tempo. Um bom cavaleiro necessita dos conhecimentos teóricos para ser um bom Professor, mas um teórico apenas, também não poderá ser um Professor,

pois não terá tido hipótese de “sentir” os problemas da equitação. Depois, cada aluno é um caso, seja cavaleiro ou cavalo, o que exige do professor uma capacidade de análise e de compreensão dos problemas, não possível de atingir em apenas dois anos de formação e com tão poucas horas previstas. É por isso que digo que, hoje em dia, a formação de formadores só poderá ser existir com os voluntários que já saibam montar a cavalo e que preferencialmente já pratiquem o desporto equestre.”

2. Como militar, considera que a Equitação Militar deve continuar a ser praticada no Exército? Justifique

“Eu penso que sim. Tenho a noção de que não pode ser praticada no Exército inteiro, obviamente, mas que seja, ao menos pelos Quadros em formação.

Eu acredito plenamente que é importante, mas, tem que ser bem-feita, ter o mínimo de horas para que haja algum rendimento, porque um militar, montar 5 minutos por semana, francamente, acho que não vale a pena, torna-se um gasto enorme. Se pusermos na balança, o custo e a eficácia desta formação, o custo é enorme e a eficácia é nula.

Portanto, eu penso que sim, mas naturalmente, desde que haja condições, como tempo e meios para que esta aprendizagem e prática possam proporcionar o desenvolvimento das qualidades a que já me referi.”

3. Como Mestre de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD estava adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“Na altura achava que sim. Se fosse hoje, eu diria que o Curso de Equitação, tal como os outros cursos que se ministram no Exército, como é, por exemplo, o caso da Educação física, das telecomunicações, etc, e que têm equivalência no exterior, na sociedade civil, devem ser o mais iguais possível aos praticados pelas instâncias civis. Eu sei que há diretivas para que esses cursos mais semelhantes tenham uma dupla funcionalidade, para que aquele que é hoje militar e amanhã deixa de o ser, possa na sociedade civil, exercer essas funções.

Voltando à pergunta, eu diria que, em relação ao Mestre de equitação, sim, foi bem dado e o seu detalhe curricular era o conveniente. Já quanto ao Curso de Instrutor de equitação, penso que tinha uma falha. Era um bom curso de equitação geral, mas para mim, pecava por nada ter sobre aspetos que considero importantíssimos, como sejam todos os que se relacionam com a Administração de Centros Hípicos. Nós não fazíamos ideia de como rentabilizar um centro hípico. Em Portugal existem mais de 700 inscritos na Federação Equestre e sabe-se como nascem e morrem passados uns meses, normalmente por falta de Marketing e administração.

Antigamente era só picadeiro, muita teoria e pedagogia. Agora, e dadas as orientações da Escola Nacional de Equitação, os cursos já têm um pouco de noções administrativas, mas deveriam ter mais, não só porque hoje o Instrutor de equitação, tem, quando responsável pela equitação numa Unidade, exigências e competências mais alargadas, como entendo que os militares devem ter formação idêntica à dos civis nas escolas civis. Acho portanto que falta aos cursos uma componente administra mais desenvolvida.”

4. Tendo em conta a sua experiência anterior no Exército Português, considera este modelo de formação de formadores (POFFTE), mais especificamente a parte II do volume I (Formação Profissional de Formadores em Equitação Geral) adequado às necessidades da Instituição Militar?

“Eu julgo que as necessidades da instituição militar não são maiores que as da instituição civil, eventualmente até serão menores.

Vou meter-me numa coisa que não é muito minha, porque a instituição é que tem que definir, e não sei se tem muito bem definido, quais são os seus objetivos. Este POFFTE é assinado pelo Coronel João Sequeira e a ele se deve o superior patrocínio de todo o documento, mas quem concebeu o detalhe curricular dos Cursos, fui eu e Tenente-Coronel Almeida e Sousa, pegando naquilo que tínhamos aprendido e praticado em Mafra e nos cursos que fizemos, adaptando aos objetivos que o Grupo Internacional de Formação definia para o grau 1, grau 2 e para o grau 3.

Assim, nós usámos como base os cursos de Mafra, mas tivemos que os aligeirar, pois estes cursos estavam previstos para alguém que tinha um tratador de

cavalos. No POFTE, demos mais tempo entre as aulas, porque naturalmente são os próprios alunos que tratam dos cavalos e, normalmente, não tem tratadores.

Tivemos que fazer essas adaptações, e depois tivemos que adaptar também os vários graus com os objetivos que o Grupo Internacional de Formação determina e também da Federação Equestre Portuguesa da qual dependemos, e que é o interlocutor para o Instituto, hoje chamado Instituto do Desporto Português e Juventude. A Federação é Sócio do Grupo Internacional de Formação, e parece-me importantíssimo que alguém que é professor de equitação em Portugal, seja reconhecido também no exterior.

Em relação à instituição militar, eu procuraria seguir o mais possível o POFTE em tudo aquilo em que o mesmo não colida com os interesses militares e, sobretudo, procurando que os Professores militares possam ter as mesmas competências que os Professores civis.”

5. Com a implementação dos novos referenciais de formação de formadores de Equitação no Exército, os cursos de Ajudante de Monitor e Monitor de Equitação podem ser equiparados aos efetuados pela ENE, mas o mesmo já não acontece para o curso de Instrutores de Equitação.

No seu ponto de vista considera relevante que exista um modelo único de formação de formadores a nível nacional?

“Esse é um problema que penso existir apenas e mais uma vez, pela falta de tempo de formação e pela dificuldade de tirar os Oficiais e Sargentos das Unidades para os enviar para Mafra. Acho que o problema reside no facto do POFTE, de acordo com as exigências do Grupo Internacional de Formação, exigir que entre os vários graus de formação haja um período do mínimo de um a dois anos de prática em cada patamar da carreira de professor. É claro que, eu percebo as dificuldades do Exército, mas não deixo de concordar com as exigências do Grupo Internacional e com as suas preocupações com a qualidade dos Professores, nomeadamente por razões de segurança absolutamente compreensíveis.

Como disse, acho que, na medida do possível, deve haver um modelo único.

Passa-se o mesmo com, por ex. os cozinheiros; quando se formam os cozinheiros no Exército, tem que se formar segundo as regras das escolas técnicas de

hotelaria, porque ele hoje é militar, mas amanhã deixa de ser e pode ser integrado na sociedade com uma formação profissional que adquiriu no serviço militar.

O militar é ser um cidadão que presta ao País um serviço muito importante, com valores e desígnios pátrios da maior relevância. No entanto, ele não tem que ser diferente dos outros cidadãos. Para mim, o esquema de formação deveria ser igual ao esquema civil, ao praticado lá fora, até porque, um modelo próprio e exclusivo, tem tendência em fechar-se, podendo rapidamente atrasar-se em relação ao que se passa na sociedade civil.

A equitação é um fenómeno extremamente dinâmico com um desenvolvimento exponencial no mundo de hoje; os cavalos são cada vez melhores, mais finos e mais caros, e as performances desportivas estão sempre a aumentar. A equitação de hoje evoluiu uma brutalidade, e quem não acompanhar este comboio rapidamente fica para trás. Hoje, os métodos e os Processos são diferentes, sendo que há muito mais respeito pelo cavalo.

Eu digo aos meus alunos que, de uma forma geral, ensinar um cavalo é, antes de tudo, conquistar-lhe a vontade. Você já pensou no que é ter um cavalo que está sempre à espera do que se lhe pede? Que obedece por gosto? Isso é o suprasumo do ensino.

Eu acho que efetivamente, o sistema deve ser transversal ao país todo e os militares não devem estar fora disto. Para além disso, como existem ligações ao exterior, quer da Federação e da Escola Nacional de Equitação, há uma permanente troca de impressões, há movimentos quer de alunos e professores. Este intercâmbio está sempre em evolução e se os militares não estiverem no sistema, dentro de anos, como já disse, estarão mais atrasados do que já estão.

Se não houver paridade com o resto do País, temo pela credibilidade da equitação militar e sobretudo temo pelo prestígio da sua Escola de Mafra”

6. Relativamente ao POFFTE adotado pela ENE em 2007.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca relativamente aos cursos em Equitação Geral?

“As vulnerabilidades que destaco são fundamentalmente relativas à pouca experiência com que os alunos terminam os cursos: os alunos saem formados, mas eles

têm que trabalhar imenso para consolidar tudo aquilo. Por exemplo, um aluno com 20 anos sai monitor de equitação num curso, mas tem pouca experiência como Professor e como cavaleiro “concurista”. Os alunos são, digamos, cilindrados com conhecimentos metidos durante muito pouco tempo e portanto com um conhecimento disperso e pouco consolidado. Esta é de resto a razão pela qual o Grupo internacional exige o tempo de prática em cada grau mas, mesmo assim, nem sempre é suficiente.

Para muita gente, o POFFTE, tem horas a mais, mas para mim tem horas a menos. Compreendo que não possa ter mais, pois tornar-se-ia incompatível, em termos de custos de propinas. Não pode ser uma atividade só para uma elite, mas sim, para todos quantos tenham vontade, aptidão e gosto pelas atividades equestres, e que queiram sacrificar uma vida a isto, pois, acredite, ser um profissional dos cavalos, é sem dúvida uma vida de enorme sacrifício e como tal só admissível para quem tem paixão.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes nestes mesmos cursos?

“As potencialidades destes cursos têm a ver, fundamentalmente com a variedade do tipo de cursos prevista, com a duração de cada um deles e com a possibilidade de serem frequentados em diversos locais de formação.

Quanto ao tipo de cursos há a considerar:

- Os **cursos extensivos**, (três anos letivos) previstos para as Escolas de formação secundária e Universitária, onde, a par de uma formação académica os alunos fazem o Curso de Equitação.

- Os **cursos intensivos** (um ano letivo), apenas dado até hoje pela Escola Militar de Mafra.

- Os **Cursos fracionados** (por módulos intervalados com “trabalho em casa”), concebidos para os cavaleiros profissionais, que não dispõem de tempo e possibilidades de se ausentarem por largos períodos dos seus locais de trabalho.

Depois há vários locais de formação, numa perspetiva de ser a Escola que vai ter com o aluno, ao contrário do normal que é o aluno ir à escola.

O curso de “equitação geral” está relacionado com as três disciplinas olímpicas, Dressage ou Ensino, Salto de Obstáculos e Concurso Completo de Equitação. Este curso, para além da saída mais evidente que é a docência de equitação, confere

também aos seus detentores competências na área da responsabilidade por Centros Hípicos, que é hoje uma figura obrigatória por Lei, na direção técnica de Coudelarias e outras instalações equestres.

Esta formação na equitação geral, que é aquilo que eu considero e a que chamo a carreira de formador, é realmente diferente da carreira de treinador. O treinador, normalmente ligado a uma única disciplina, tem como objetivo e preocupação específica o resultado obtido nas provas; tudo é direcionado no sentido de os alunos obterem as melhores classificações, e até os métodos seguidos tem esse objetivo em vista. O formador é muito mais do que isso. É um Professor com um conhecimento alargado e eclético do fenómeno equestre e tem como preocupação formar os seus alunos de uma forma global, desenvolver as suas capacidades práticas de execução, mas também preocupações com a formação humana do aluno, desde a sua apresentação à própria educação pessoal, ao desportivismo e, sobretudo ao respeito pelo cavalo que deve ser rigorosamente observado em toda e qualquer atividade equestre.

Eu acho que estes cursos estão relativamente bem concebidos, pois apoiando-se do ponto de vista prático, nas três disciplinas, o Ensino, o Salto de obstáculos e o Concurso Completo, conferem ao aluno e futuro Professor, desde o início, uma visão global da equitação percebendo a interligação e dependência que qualquer disciplina tem do conjunto das outras. A disciplina de ensino como mãe de todas as outras. A disciplina de completo como a soma das três e a disciplina de obstáculos a necessitar do ensino de base para um desenvolvimento sustentado.

Eu tenho até uma tese, e ainda ninguém me provou o contrário, de que a verdadeira submissão, não é numa prova de ensino que se torna necessária ou que mais se faz sentir. Os cavalos de ensino treinam as Reprises milhares de vezes, sabem a prova de cor, sabem quando têm que sair a galope, ou entrar em piafé, o retângulo é sempre de 20 por 60 m, as letras estão sempre no mesmo sítio, as provas são rigorosamente iguais.

Ao contrário, nas provas de obstáculos tudo é sempre diferente. Até numa prova em duas mãos iguais, existem sempre diferenças entre os comportamentos do cavaleiro e do cavalo numa e noutra. Ou é a posição do Sol que mudou e projeta sombras diferentes, ou é o piso no início tem determinadas condições e depois de umas dezenas de percursos apresenta outras, enfim, o cavalo está sempre a enfrentar

diferentes aspetos que influem na forma de transpor os obstáculos e que lhe exigem uma submissão franca e pronta.

Penso a este propósito que, nos níveis de alto rendimento, o cavalo de obstáculos é aquele que tem que estar mais submisso. O cavaleiro tem uma fração de segundo para ver, uma fração de segundo para executar e uma fração de segundo para ser obedecido.”

7. Como atual Equitador-Chefe da ENE, qual o ponto de situação da formação de formadores de equitação em Portugal?

“Em relação ao atual ponto de situação de formação de formadores, neste momento, não há formação em Portugal.

Dizem que vai começar agora, outra vez no grau I geral. Do meu conhecimento, ainda não saíram os referenciais de formação novos do plano nacional de Treinadores. Devo dizer, só para que você saiba, que no meu computador estão todos os referenciais de formação concebidos para a equitação geral I, II e III, para os treinadores das disciplinas olímpicas de grau II e III, e as equivalências que permitiam passar de uma carreira para a outra, como por exemplo, um indivíduo ser monitor de equitação, ou treinador de equitação geral e, numa qualquer altura, querer ser treinador de obstáculos. Foi um trabalho que fiz, mas que a FEP não quis aproveitar, continuando no meu computador desde do dia 27 de dezembro de 2010, e estamos em Março de 2013. Durante o mês de outubro e novembro de 2010, eu e o Tenente-Coronel Almeida e Sousa fizemos os referenciais todos, para as duas carreiras, a carreira de treinador de equitação geral e a carreira de treinador de modalidade e concebemos as suas equivalências.

Como a federação cortou as relações com a Escola Nacional de Equitação, não quis aproveitar o trabalho. Estamos há dois anos à espera e quem quiser que tire as conclusões que entender.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Não, mais nada. Foi um gosto”

Apêndice D – Entrevista ao Cor Cav Ref Manuel Teles Grilo

Interlocutor: Coronel de Cavalaria na Reforma Manuel Eugénio Moreira de Carvalho Teles Grilo

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva

Cargo: Diretor da ENE

Data: 6 de março de 2013

Hora: 16h30

Local: Escritório da ENE

Suporte: Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:

1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?

“Ora bem, eu encontro-me atualmente na reforma há vários anos. Saí do Exército em julho de 2003.

Para mim, a equitação militar é uma das vertentes da formação dos oficiais e sargentos do quadro permanente, assim como é a Educação Física, como é o Tiro, como é o Pentatlo Militar e como outras vertentes que engloba toda a formação dos quadros permanentes. A equitação propriamente dita pelas suas características é uma modalidade que está provado, que tem interesse para a formação porque desenvolve características que são fundamentais e importantes para a formação do oficial e sargento do quadro permanente.”

2. Como militar, considera que a Equitação Militar deve continuar a ser praticada no Exército? Justifique

“Justificar é complicado. Eu escrevi muita coisa sobre equitação, e estou-me a lembrar agora de um artigo em particular, que saiu na Revista de Cavalaria N° 0 da terceira serie. E nesse artigo digo que a equitação não se tem que justificar.

Os quadros superiores do Exército têm que decidir se a equitação deve continuar a existir, ou não deve continuar a existir. Se tem interesse ou não tem interesse. E se o Exército disser que tem interesse, tem interesse e aí existe. E a partir daí têm que criar condições para que ela exista.

Portanto, eu sempre gostei de pôr questão ao contrário. Tem interesse? Então existe. Se existe, então o que é preciso fazer para que exista? Que condições é que são precisas dar, para que exista? Então se está decidido que existe ou que deve existir, vamos criar essas condições. E ai eu digo que muitas vezes as coisas têm sido mal feitas, porque o Exército nunca deixou de dizer que não tem interesse. Disse sempre que tem interesse, só que teve sempre aquém de criar as condições necessárias para que exista com o mínimo de dignidade. E por isso é que muitas vezes a dignidade e as condições têm falhado e depois é claro que se vai refletir essa falta das condições mínimas na dignidade com que as coisas são feitas, dignidade, profissionalismo, o atingir ou não dos objetivos, etc.”

3. Como Mestre de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD estava adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“Eu penso que os cursos estavam perfeitamente adequados aquilo que era necessário. Tu dizes aqui, o curso que frequentou, mas qual é o curso? Porque eu diria assim, o curso de mestre, estaria adequado para as funções de diretor de ensino de equitação, por exemplo e também de mestre de equitação da academia. O curso estava perfeitamente adequado, o que aprendemos no curso era suficiente que baste para cumprirmos as funções de mestre de equitação nas várias unidades e estabelecimentos do exército.

Digo o mesmo em relação ao curso de instrutor, mas já não direi o mesmo em relação ao curso de monitor, pois este era virado para o sargento de uma unidade ou estabelecimento militar que era responsável pela secção de equitação dessa unidade ou estabelecimento e portanto tratar das rações, das palhas, dos cavalos, dos arreios, dos tratadores, de toda a infraestrutura e às vezes era deixado um bocadinho de parte, num nível um bocadinho baixo demais a sua formação como cavaleiro, e tanto que sentimos a necessidade disso. Nos cursos sempre que era possível e era o normal, tentávamos no âmbito da equitação propriamente dita da formação do sargento como cavaleiro, tentávamos ir um bocadinho mais longe porque isso é que motiva o sargento para se dedicar à equitação e portanto ser mais um braço da equitação militar, mais uma pedra do xadrez da equitação militar porque se nós só ensinarmos o mínimo para tomarem conta da secção de equitação da academia militar, por exemplo, é pouco, temos que dar a motivação que é precisamente ele evoluir na prática da equitação.

O curso de instrutor de equitação, não se pode dizer que não estivesse bem. Nós competíamos nos concursos hípicas, nos concursos de ensino, nos concursos completos, cá fora com os cavaleiros civis e conseguíamos na altura, às vezes com cavalos de menor qualidade, atingíamos resultados. Temos campeões no concurso completo, temos boas prestações no ensino, temos boas prestações nos obstáculos, temos a reprise da escola de maфра que se apresentou sempre dignamente, portanto a formação que nós recebíamos era boa.”

4. Tendo em conta a sua experiência anterior no Exército Português, considera este modelo de formação de formadores (POFFTE), mais especificamente a parte II do volume I (Formação Profissional de Formadores em Equitação Geral) adequado às necessidades da Instituição Militar?

“Eu aqui digo que, sempre que possível, penso eu, o Exército deve alinhar pela doutrina que está em vigor na sociedade civil. Por uma razão muito simples, nós não devemos no Exército estar a formar um oficial ou sargento numa determinada área que pode ter equivalência na sociedade civil e por as coisas não estarem ajustadas, essa equivalência não existir ou não poder ser dada, isto é desmotivante para o formando.

Porque é que eu faço o curso de instrutor de equitação no Exército e cá fora não sou instrutor de equitação? Se for porque o Exército diz que uma coisa não tem nada a

ver com a outra, tudo bem, não tem nada a ver uma coisa com a outra e portanto eu sou instrutor de equitação no Exército e não sou pela Federação Equestre e nem pelo IDP.

Mas agora, se os dois cursos são tão similares, qual é razão para que não haja equivalência? Então é preferível, se houver apenas pequenas diferenças, ajustá-las e garantir que essa equivalência seja dada. Não há razão para não o ser. Só se Exército decidir que não senhor, não é a mesma coisa e não pode ser a mesma coisa.

Dentro do possível o curso que é dado no Exército se for parecido deve passar a ser igual para que possa a haver equivalência.”

5. Com a implementação dos novos referenciais de formação de formadores de Equitação no Exército, os cursos de Ajudante de Monitor e Monitor de Equitação podem ser equiparados aos efetuados pela ENE, mas o mesmo já não acontece para o curso de Instrutores de Equitação.

No seu ponto de vista considera relevante que exista um modelo único de formação de formadores a nível nacional?

“Acho que deveria ser. Ou deveria fazer-se os possíveis para que fosse.

Ora bem, estamos aqui precisamente naquela situação que há bocadinho disse em que se o Exército disser que não tem nada uma coisa a ver com a outra, não tem.

O que eu penso que se passa é que o Exército não pode estar a libertar um oficial ou um sargento durante 9 meses ou 6 meses para fazer o curso de monitor e depois mais 9 meses para fazer o curso de instrutor. E com isto, o Exército decidiu que o curso de instrutores é uma coisa feita para quem já tem o curso de monitores mas onde diz que não tem capacidade, não tem possibilidade de dar um curso de instrutores igual ao que se faz na parte civil. E aí pronto, é uma decisão do Exército e não há nada a fazer.

Agora se me perguntares o que eu gostaria de ver? Era que o Exército dissesse assim: vamos fazer igual, queremos que o curso de instrutores de equitação seja igual ao que é dado no meio civil. E aqui, devemos então voltar outra vez ao raciocínio que eu fiz á bocado que é, para ser parecido então é preferível que seja igual e que tenha equivalência.

Se não for possível dar equivalência e as diferenças se forem grandes, então pronto é a decisão do Exército e o Exército é soberano.”

6. Relativamente ao POFFTE adotado pela ENE em 2007.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca relativamente aos cursos em Equitação Geral?

“Uma das vulnerabilidades que nós aqui temos mais sentido, que é importantíssima e que tem sobressaído muitas vezes é o fato de os alunos não estarem preparados, não terem o nível de equitação suficiente para o início do curso, isto é, vão depois durante o curso sentir dificuldades para conseguir atingir os objetivos. Portanto se os alunos viessem mais bem preparados, com mais alguma equitação, como nós dizíamos na tropa, com “mais calção”, era mais fácil atingir os objetivos.

Assim é mais difícil e por outro lado, o que acontece também, é relativamente aos cavalos e não é de agora. Nos anos de 2008, 2009, 2010 já se sentia alguma crise. Os cavalos são caros, os arreios são caros, os transportes de cavalos são caros, a deslocação do aluno para um centro de formação para fazer um curso é caro, tudo isso é muito dinheiro, e onde é que os alunos vão cortar primeiro? É no cavalo. Em vez de terem um cavalo que custa 4000 ou 5000 euros, vão aparecer no curso com um cavalo custa 1000 euros.

Às vezes, o cavalo que o aluno apresenta para fazer o curso tem um nível tão baixo que nós dizemos que com este cavalo não é possível e o aluno vai tentar trocar e as vezes consegue trocar. Outras vezes, o cavalo tem um nível baixo e o aluno tem também dificuldades o que torna difícil o aluno fazer o curso.

Tendo em conta estas duas contrariedades, estamos aqui sempre a tentar encontrar um ponto de equilíbrio em que nós dizemos assim, o cavalo é fraco, o aluno é fraco mas pronto, vamos tentar, vamos batalhar para que ele consiga atingir os objetivos. Umhas vezes conseguem, outras vezes não conseguem. E dentro dos que conseguem, às vezes o aluno sai do curso com um suficiente ou um regular, mas se tivesse um bom cavalo e tivesse mais calção como eu tinha dito lá atrás, saia dali um bom aluno. Mas pronto são dificuldades e contingências do momento em que vivemos.

Outra dificuldade que nós temos sentido e que é da mesma maneira importante, é na execução das provas, porque estas custam dinheiro. Por exemplo, um aluno do curso de monitor tem que fazer provas civis, de ensino e de obstáculos e essas deslocções tornam-se complicadas. O curso já tem um tempo reduzido e naqueles modos, o aluno vai para casa muito tempo, e depois vai ao local de formação fazer a sua formação e no meio disso ainda tem que fazer provas. Perde-se um bocadinho de sequência na formação, porque o ideal seria como se faz em Mafra, onde o aluno vai para lá e faz o curso todo seguido, está permanentemente em formação e nestes cursos modelares, o aluno está muito tempo fora da formação e depois perde-se um bocadinho da sequência.

Nós sentimos que quando o aluno acaba o período de formação de cinco dias e vai para casa dois meses, quando volta, por muito que queiramos, por muito que trabalhe e por muito que tudo corra bem, o aluno anda sempre um bocadinho para trás, perde-se evolução, evolução essa que ganharia se ele tivesse sempre em formação.

E são estes os dois pontos que considero fundamentais.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes nestes mesmos cursos?

“Em termos de potencialidades é a formação equestre.

Primeiro temos uma doutrina, os nossos formandos bebem todos a mesma doutrina e depois quando são formadores debitam todos a mesma doutrina. Acho que isto é a maior potencialidade da Escola Nacional de Equitação. É a uniformidade da doutrina. É claro que tem outras potencialidades, mas esta é a que eu gostava de relevar acima de todas, porque as potencialidades que os cursos têm em termos de formação de formadores, e todas as qualidades, tudo que a formação tem de bom, tanto se dá no local de formação x como y. A não ser que haja locais de formação em que ela não seja bem dada, em que os formadores faltem às aulas, ou os formandos apareçam quando querem. Portanto as qualidades intrínsecas da formação acontecem em qualquer local de formação, agora a unidade de formação em todos os locais de formação no País é que é a grande potencialidade da Escola.”

7. Como atual Diretor da ENE, qual o ponto de situação da formação de formadores de equitação em Portugal?

“Acontece esta trágica situação no dia 1 de janeiro de 2011, onde a formação foi suspensa por ordem do IDP e da Federação Equestre Portuguesa por motivo da implementação do novo plano nacional de formação de treinadores.

Eu soube disto numa reunião que houve em outubro e logo na altura eu perguntei porque é que se tem de suspender uma coisa para se implementar uma nova, e até dei o exemplo da Constituição da República, por ser um exemplo mais genérico, mais generalista.

Quando se revê a Constituição não se suspende a Constituição antiga, a que estava em vigor, portanto a formação poderia ter continuado nos termos em que continuava e ao mesmo tempo ia-se implementado o novo plano nacional de formação de treinadores e havia um dia em que aí sim, se começavam a dar os cursos com os novos referenciais de curso.

O que aconteceu é que no dia 1 de janeiro de 2011 a formação foi suspensa e previa-se que no segundo semestre de 2011 já se iria recomeçar a formação nos novos moldes do plano nacional de formação de treinadores. Mas o que aconteceu é que a 6 de março de 2013, há dois anos e dois meses e 5 dias que a formação está suspensa e ninguém quer saber e ninguém está preocupado.

Agora, também posso dizer aqui, que é relativamente à formação de formadores e à formação de treinadores que nós continuamos e sempre dissemos que são duas coisas diferentes e que se poderiam fazer duas coisas diferentes e o formador e o treinador serem duas carreiras paralelas e que em determinados pontos se encontravam, para que o formador possa ser treinador, mas o treinador não possa ser formador.

E isto estava tudo estudado pela ENE, foi tudo feito de maneira a existir dois tipos de formação paralela, uma formação de formadores e uma formação de treinadores, mas recebemos sempre um inequívoco não. Tinha de ser plano nacional de formação de treinadores e ponto final.

Ainda sobre isto posso dizer também o que falamos sobre o International Group for Equestrian Qualifications (IGEIQ) que é um organismo internacional que regula, assim como a Escola Nacional de Equitação era o braço da Federação Equestre

Portuguesa para a formação de formadores, este IGEQ é o braço armado da Federação Equestre Internacional para a formação de formadores.

E este IGEQ, ao contrário do que se julga, não tem em mente nem nunca teve, nem pelos visto terá, a intenção de deixar de fazer os cursos de ajudante de monitor, de monitor e de instrutor para passar a ter cursos de treinadores, isto é, quando nós implementarmos definitivamente o plano nacional de formação de treinadores em Portugal não sei se o IGEQ vai aprovar esses cursos.

E aí, quando eu tiver a cédula de treinador desporto de grau II de equitação geral, com esta cédula o EGEQ pode dizer assim: “Meu amigo, muito bem você é treinador em Portugal mas não pode ser formador em França, porque aquilo que você fez, o treinador de grau II, não é equivalente ao monitor de equitação.”

Pode vir acontecer isto, o que eu penso que é grave.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Não.”

Apêndice E – Entrevista ao Cor Cav Carlos Simões de Melo**Interlocutor:** Coronel de Cavalaria Carlos Nuno Gomes e Simões de Melo**Entrevistador:** Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva**Cargo:** Comandante do CMEFD**Data:** 5 de março de 2013**Hora:** 14h00**Local:** Bar de Oficiais do CMEFD**Suporte:** Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:**1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?**

“Eu considero que a equitação militar caracteriza-se por um pequeno detalhe que a torna diferente da equitação civil e que é, o cavaleiro poder montar todas as montadas e todas as montadas poderem ser montadas por todos os cavaleiros. Ou seja, o cavaleiro tem de ser preparado para montar qualquer tipo de solípede e o solípede tem de ser desbastado e ensinado, para poder ser montado por qualquer tipo de cavaleiro, o que é um bocadinho diferente da equitação civil, porque na equitação civil, temos praticamente um cavaleiro com um cavalo, muitas vezes metido por ele ou não, e é isso que muitas vezes é o conjunto que o vai acompanhar para toda a vida.

Na equitação militar, não. É muito para além disso.

Na minha opinião, eu diria mesmo que é fundamental na formação do carácter do chefe e considero que é, também, muito importante na formação dos quadros, pois está claramente ligado à liderança, com aquilo que aprendemos do desembaraço físico, a descontração, o resistir aos seus medos, o poder de decisão entre outras.

Um chefe quer-se um decisor e a equitação desenvolve essa capacidade de decisão.

Eu escrevi uma vez um artigo na revista de Cavalaria onde dizia que o processo de decisão de uma pessoa normal é feito para uma determinada velocidade, que é a velocidade do nosso passo, da nossa corrida, e nós temos o nosso processo de decisão montado para essa velocidade. Quando nós estamos montados a cavalo, o nosso processo de decisão tem de ser mais célere, porque temos de decidir e temos mais variáveis. Temos de decidir já não à nossa velocidade, mas à velocidade do cavalo e é introduzida mais uma variável na nossa decisão, que é a vontade do cavalo.

Quando abordamos um obstáculo, o cavalo tem de ir impulsionado, equilibrado e etc. Nós temos de decidir se numa interdependência fazemos mais um passo ou menos um passo, e vamos ter de decidir à velocidade do galope do cavalo. Por isso, também a decisão é treinada com a equitação militar, motivo pelo qual eu considero a equitação fundamental na formação do líder.”

2. Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique

“É, em alguns sítios.

Eu penso que um caso concreto é o dos tirocinantes, que quando têm as aulas de ginástica a cavalo, montam o cavalo que lhes “calhar na rifa”, e tanto pode ser hoje um como amanhã outro, ou seja, aquele principio de que cada cavaleiro é preparado para montar qualquer montada.

E o mesmo se passa com o cavalo que agora te está distribuído, pois certamente, o ano passado esteve distribuído a outro tirocinante, ou seja, o cavalo também está preparado para ser montado por qualquer tipo de cavaleiro, e por isso é que a equitação militar ainda se pratica.

Casos há, em que não é tanto assim. Eu tenho uma montada distribuída, ou seja, sou sempre eu e aquele cavalo, como tal, em termos concretos, não estou a praticar equitação militar, porque é um conjunto e tanto podia ser eu como um cavaleiro civil qualquer.

O que é facto é que o meu cavalo já foi montado por “300” cavaleiros antes, ou seja, o cavalo está preparado e eu também já montei “200” cavalos antes, eu também estou preparado, mas neste momento não estou a praticar equitação militar.

Claro que há mais coisas na equitação militar e que eu defendo. Eu acho que devíamos pensar na possibilidade de utilizar o meio equestre para algum tipo de operações, como por exemplo, o controlo de multidões e aí temos equitação na ordem pública, que a GNR faz.

Quando eu, o ano passado tive patrulhas do CMEFD a fiscalizar incêndios, dei uma vertente de aplicação militar a um meio naturalmente civil.

Se eu entendo que deve continuar? Eu acho que com tudo o que disse anteriormente, já mostrei que sim, por isto tudo e ainda mais uma coisa, que é o excelente cartão-de-visita que é para o nosso Exército. Não só através das patrulhas de monitorização de incêndios que fizemos, mas também através da Reprise, da representação em concurso de cavaleiros, do carrocel da EPC e outros.

Na semana passada, eu e o Tenente Coronel Gomes da Silva fomos convidados a ir assistir a uma apresentação da Escola Portuguesa da Arte Equestre e foi o “Téte” dessa mesma escola que disse que tínhamos de começar a fazer apresentações conjuntas com eles. O que quer dizer que a Reprise da Escola de Mafra é um ex-líbris, é reconhecida pelo estado da arte da atividade equestre nacional, ou seja, até pela imagem pública do Exército a equitação é necessária.”

- 3. De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?**

“Se as organizações não mudam morrem.

E no que se refere à equitação, houve esta mudança, devido à alteração da lei enquadrante do desporto em Portugal.

Com a necessidade de certificação junto da entidade certificadora dos cursos que era a Federação, ajustou-se os nossos cursos a essa nova realidade enquadrante.

Esta mudança em 2012 aconteceu porque o que estava previsto nos referenciais de curso anteriores era uma colagem “pura e dura” ao modelo de formação civil, ou seja, só depois de fazer o curso de ajudante de monitor é que se podia fazer o de monitor e só depois do curso de monitor é que se podia fazer o de instrutor.

E o que é que ia resultar deste modelo? Era que o ajudante de monitor ia passar cá dois meses e no final voltava para a sua Unidade para dar formação. Depois, vinha mais um ano letivo para fazer o curso de monitor e depois se quisesse fazer o curso de instrutor tinha de cá passar outro ano letivo. Ou seja, uma Unidade para ter um oficial instrutor, “perdia-o” quase dois anos e meio e este comando do CMEFD, pensou que isto era incomportável para as Unidades. Então, tentámos, não desvirtuando o conceito modular, integrar ao máximo os cursos, porque eu também acho que a nossa instituição militar é uma instituição hierarquizada.

Com isto, o que fizemos, e que foi aceite, foi que a primeira parte do curso, as primeiras seis semanas são equivalentes ao curso de ajudantes de monitor e está aberto a oficiais, sargentos e praças.

Ao fim das seis semanas, as praças saem e continuam os sargentos e os oficiais que concluem o curso de monitor. Quando acaba o curso de monitores, os sargentos saem e concluem o curso de instrutor os oficiais.

Se por acaso o instrutor, não fizer isto de seguida, no final do curso de monitor vai-se embora, mas quando cá voltar, não lhe bastam as três semanas, porque perdeu “calção” e tem de recomeçar novamente o curso de monitor.

Eu, porque vejo a estrutura militar muito assente em três ou quatro pilares, onde um deles é a hierarquia, também considero que, de alguma forma tanto o mestre como o instrutor devem ser oficiais, os monitores, sargentos e os ajudantes de monitor podem ser praças.

Não sou muito a favor da existência de mestres de equitação militar sargentos. Mas tu podes-me perguntar:

E se houver um sargento que seja professor doutor?

Pode ser perfeitamente, mas ele não é professor doutor da Academia Militar. E o mesmo se pode passar com o mestre de equitação, ele pode ser mestre de equitação, mas da componente civil e não mestre de equitação militar.

Neste momento temos um oficial e um sargento na fase do curso de monitor, mas quando acabar o curso de monitor, o oficial vai continuar para o curso de instrutor de equitação, e serão estes os primeiros a ser formados neste novo modelo.”

4. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?

“Eu tenho um bocadinho de “urticária” em relação a esta vontade enorme de todos os cursos militares terem de ser certificados ou validados por uma entidade civil qualquer.

Choca-me, porque eu penso que o nosso “cliente” é o Exército e então nós temos de satisfazer é as necessidades do nosso “cliente” que é o Exército e a validação ou certificação só deverá ser assumida como uma “mais-valia”.

Não é inverter o processo, não é fazer um curso porque é validado e até dá jeito ao Exército.

Não. É o contrário. O curso é para o Exército e por acaso até pode ser validado.

Eu considero que não devemos perder nunca a ligação com a equitação civil. Como eu disse há dias numa entrevista à Equitação TV, isso existe. Eu agora, quando monto a cavalo, monto com umas botas e uns calções que não são os regulamentares do Exército. Nós incorporámos saber, que é o “estado da arte” lá fora, pois estes, em termos equestres são muito mais práticos, muito mais adaptados ao movimento do cavalo que os nossos.

Por isso, esta interação tem de continuar a existir. Claro que o ideal é que os nossos cursos sejam certificados, mas eu considero que isso é uma “mais-valia”.

Eu, quando tu cá vieres fazer o curso de instrutor de equitação, não estou preocupado que tu sejas instrutor de equitação da Federação Equestre. Tu podes ter pena, porque dava-te um grande jeito o seres. Mas eu não tenho de estar preocupado com a tua qualificação, eu tenho de estar preocupado é com as necessidades do Exército, e foi a pensar nisto, que nós fizemos esta mudança nos referenciais.”

5. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca?

“Isto não é uma pergunta fácil de responder, pois este ano, é a primeira vez que estamos a aplicar este novo modelo.

Relativamente às vulnerabilidades, eu destaco uma, que é o facto de no final, o meu instrutor de equitação não ser certificado com o nível III. Mas como eu já disse anteriormente na minha posição em relação à certificação, em que o objetivo não é a certificação, considero que por aí pode não haver problema. Mas é uma vulnerabilidade.

Podem dizer que nós estamos a ficar um passo atrás com esta medida, mas não estamos, porque nós queremos é formar chefes de secções de equitação.

Vamos ver como é que corre estes primeiros cursos, até pode acontecer, passarmos a ser um exemplo com este novo modelo.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?

“Isto, para já e em relação ao modelo anterior tem uma vantagem ou potencialidade que é a capacidade de haver formação, porque para o modelo anterior, o curso de monitores tinha de ter no mínimo dois formandos e se apenas houvesse um, já não se fazia curso.

Como nós temos na base o curso de ajudante de monitor, o campo de recrutamento é muito maior, por isso, à partida todos os anos pode haver curso porque há sempre três ou quatro a virem fazer o curso de ajudante de monitor. Ainda que se vão embora dois, podem ficar dois ou mesmo um no curso de monitores, mas o curso iniciou-se e pode continuar e assim vamos alimentando as necessidades do Exército em termos de formadores na área da equitação. Eu penso que isto é uma grande vantagem ou potencialidade.”

6. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?

“Está de facto em estudo uma mudança na estrutura do Exército e concretamente na estrutura do CMEFD.

Caso seja iniciada a Escola das Armas no dia 1 de Outubro deste ano, aqui em Mafra, o CMEFD acaba. Contudo, está previsto no quadro orgânico da futura Escola das Armas, uma Unidade de apoio, onde uma das suas subunidades é a Coudelaria Militar, ou seja, mantem-se aqui em Mafra toda a parte equestre que atualmente existe.

E ao nível da direção de formação da Escola das Armas, um gabinete de estudos de educação física, equitação e tiro e um gabinete de formadores destas mesmas áreas. Ou seja, a formação na área da educação física, da equitação e do tiro continua a ser garantida, quer na sua vertente doutrinária quer na sua vertente de aplicação da formação de formadores.

Somando a Coudelaria Militar a isto, tudo aponta que seja este local, o atual CMEFD, a futura Escola das Armas, o futuro Pólo formador de equitação no Exército.

Eu penso que a vinda da Escola das Armas aqui para Mafra poderá potenciar inclusivamente a formação de equitação no Exército, pois passamos a ter uma massa crítica superior. Passamos a formar aqui todos os cursos de formação de Sargentos e todos os tirocínios para oficial das Armas, além de outros cursos de formação e além da parte comum e não comum do curso de promoção a capitão.

Passamos a ter uma massa que inclusivamente pode praticar equitação, não ainda no âmbito da formação, mas só conseguimos ter formadores se tivermos praticantes, por isso até pode ser o “romper do cerco”, a vinda das Escolas para aqui.

Passamos a ter o curso de formação de Sargentos e o tirocínio para oficial de Cavalaria aqui e os cavalos e o “Know How” estão cá. Eles têm as aulas, mas depois podem ser praticantes e pode-se passar a ter aqui gente que tem as bases para depois vir aos cursos de formação aqui na Escola das Armas.

Por isso, vai provavelmente manter-se aqui, quase de certeza, e até pode ser uma “mais-valia” para a equitação.”

7. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Espero ver mais gente a cavalo no Exército daqui a pouco tempo e gostava muito de ver o Exército a olhar para o meio equestre como uma capacidade que se pode desenvolver. Uma capacidade no âmbito do controlo de tumultos, no âmbito das outras missões de interesse público e ver que os cavalos não são um custo, são um investimento do qual pode haver um retorno ainda superior.”

Apêndice F – Entrevista ao TCor Cav Aníbal Marianito da Silva**Interlocutor:** Tenente-Coronel de Cavalaria José Aníbal Alves Sustelo Marianito da Silva**Entrevistador:** Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva**Cargo:** Mestre de Equitação AM**Data:** 07 de março de 2013**Hora:** 16h00**Local:** Academia Militar - Amadora**Suporte:** Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:

- 1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?**

“A equitação militar é a base da existência da equitação no Exército, só havendo equitação militar é que existe o resto. A equitação tem uma elevada importância e deve ser transversal a todo o Exército. Quando não conseguimos oferecer a todo o exército, é infelizmente por falta de horário, falta de tempo, porque sem dúvida que deve ser transversal a toda a gente. A equitação militar é que com o cavalo conseguimos rentabilizar para a formação do futuro graduado, seja oficial seja sargento. Todas as características que contribuem para o desembaraço e decisão, contribui ainda para a capacidade de numa situação mais complicada o cavaleiro tenha que pensar e tomar decisões. Acima de tudo, o contacto com o cavalo tem inúmeras vantagens que até é utilizado na equitação com os deficientes. Analisando aquilo que o deficiente é capaz de fazer em cima do cavalo e o que ajuda para a sua autoestima e

como ele se valoriza a si próprio, no fundo, é o aproveitamento que a equitação para os deficientes retirou da equitação militar.

Quando na Academia Militar olhamos para um aluno que está cheio de medo mesmo quando está a preparar o cavalo para montar e que o ter que ir para cima do cavalo já cria dificuldade em acertar os estribos, leva a que muitos deles é ali que começam a deixar de pensar. Só o facto de a presença do cavalo e depois o montar a cavalo contribui para enriquecer aquilo que é a capacidade de raciocínio e a capacidade de tomar decisões em cima de um ser que tem uma vontade própria, fundamentalmente o que importa é o cavalo meter no aluno condições stress, receio e medo, e o conseguir superar-se a si próprio e levar o cavalo para onde ele quer. Portanto a equitação militar contribui para a melhoria da autoestima, da decisão, entre outras, mas pouca gente tem essa noção e dá relevância à equitação. Estranha-se que no meio do nosso exército, onde toda a gente terá passado pela equitação, ainda a questiona e não a entende, é algo que eu tenho como preocupação como mestre de equitação tenho responsabilidade na área na Academia neste momento. “

2. Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique

“Julgo que a equitação militar é praticada nos dias de hoje, e enquanto ela for praticada há o resto da equitação, porque o sistema começa precisamente na equitação militar. A equitação militar é praticada exclusivamente orientada para esse fim na Academia militar, e não tanto no dia-a-dia, quando um alferes, tenente ou eu montam a cavalo, isso é a prática desportiva, como vem espelhado no regulamento equestre militar. Existe a prática desportiva e a instrução, quando o cavalo é aproveitado para a instrução militar é equitação militar. Na Academia Militar ainda hoje felizmente se pratica a equitação militar quando é dada ao 2º ano como um todo, em que todos são obrigados a montar e a passar pela experiência de estar em cima de um cavalo. As aulas são curtas mas elas contribuem para eles, eu procuro que eles percebam para que serve a equitação militar e sentirem que valeu a pena cada aula que fazem e em cada aula tem que chegarem ao fim e dizer que valeu a pena.

Existe equitação militar e quando ela acabar termina a equitação no Exército, se não houver equitação os alunos não percebem que gostam. Quando se apercebem

que gostam da equitação começam a querer ir montar e a entrar na prática desportiva e a querer montar ao sábado e fora de horas. Se não houver a primeira instrução de equitação militar eles jamais descobrirão e terão vontade de continuar. Da continuação da equitação militar é que aparecem os mestres e a Reprise, e por consequência, aparece o centro de formação de formadores.”

3. Como Mestre de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“Em todos os cursos que frequentei em Mafra chegava ao curso com a perfeita noção de que estava em boa altura para começar. No final de cada curso sempre vi o início de uma nova etapa. Sendo que, quando acabei o curso de instrutor, eu dizia “só serei instrutor de equitação quando eu olhar para os meus alunos e sentir que eles me vêm como instrutor de equitação”, e foi isso que procurei durante anos e anos. Efetivamente, uns três ou quatro anos após terminado o curso considerei ser instrutor, pois da experiência é que ressaltam as vantagens. Eu fiz o curso de mestres 10 anos depois do curso de instrutores, e neste atravesso ainda uma fase em que eu julgo que o conceito do mestre ainda está um pouco longe para mim. Ainda o procuro, pois ainda não me sinto necessariamente mestre de equitação, dado que, o curso por si só não habilita a ser mestre.

Depois de estar em Mafra como Diretor de Ensino de Equitação e depois na Academia, achava que as coisas iriam entrar fora de ordem, supostamente eu primeiro deveria ter sido mestre na Academia e depois Diretor de Ensino. Atualmente penso precisamente o contrário, o facto de ter estado todos os anos que felizmente tive a oportunidade de passar em Mafra e conviver na instrução e na prática de equitação constituiu uma grande vantagem para eu agora ir para a Academia Militar e rentabilizar toda a minha experiência que passei lá em Mafra. Agora é que eu sinto aquilo que em Mafra se dizia muitas vezes, mesmo o General Lopes, “é preciso saber muito para se saber ensinar”. Julgo que os cursos são uma ferramenta, uma forma de aprendermos e evoluirmos mas o conhecimento não me parece por si só uma vantagem, é importante querer aprender, meditar sobre os alunos e sobre a instrução. Permanentemente pensar se os objetivos estabelecidos estão a ser atingidos ou se eram

bons objetivos para atingir, julgo que a experiência acima de tudo faz muito mais do que qualificação.”

- 4. De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?**

“Eu julgo que este novo modelo não está adequado porque no ano transato ou há dois anos, Mafra deu um curso em que formou oficiais monitores de equitação que não tem enquadramento em nenhum quadro orgânico de nenhuma unidade da nossa instituição. Eu julgo que esta mudança obsessiva por causa daquilo que é a acreditação civil veio trazer dificuldades à equitação. Tentou-se a dada altura puxar sargentos e oficiais recém-ingressados no quadro e coloca-los em mesmo pé de igualdade e isso não pode de todo ser feito. Primeiro porque, na Escola de Sargentos do Exército os alunos tem possibilidade, se não estou em erro, de ter cerca de 10 a 16 lições no ano todo, e nessas lições as turmas são grandes e quantidade de cavalos é reduzida eles fazem cerca de 4 ou 5 aulas, não fazem muitas. A prática de equitação de um sargento é muito reduzida na ESE, fazem volteio mas dificilmente fazem mais do que isso. Na Academia é diferente, a equitação esta estruturada com dois semestres, ainda que as turmas sejam grandes, permitem que os alunos passem várias vezes pelos cavalos. No primeiro semestre fazem volteio a criar desembaraço e a vontade, a aprender o que tem que fazer, e no segundo semestre montam, e se não montarem todas as semanas a cavalo uma vez montam de 15 em 15 dias. Mas acima de tudo montam e andam sozinhos, e curiosamente só dessa atividade aparecem aqueles que vão ser os interessados e os potenciais ao curso de instrutores em Mafra. Esses alunos que gostam, são aqueles que vem montar ao sábado e nos tempos mortos, coisa que eu não tenho conhecimento se acontece na ESE mas dá me ideia que não acontecerá.

Pela minha curta experiência deste novo modelo em Mafra os sargentos chegavam lá com conhecimentos e uma prática muito reduzida ou quase nula. Eles não têm grande experiência e é em Mafra que crescem. Portanto, comparar e pôr um

oficial e um sargento a iniciarem um curso, que alguém terá decidido que era igual para os dois, cria logo nas condições de ingresso no curso um *handicap* grande. Como todos aprendemos na academia se o nível inicial de um e de outro não é o mesmo logo alguém não vai progredir. Por isso é que este modelo se forem aplicadas as metodologias de instrução para garantir que o sargento progrida, o oficial anda em mafra cinco ou seis meses sem aprender porque a exigência está feita para o sargento. Portanto, por ai vê-se que isto não tem aplicação. No final não temos vantagem em ter um oficial monitor de equitação, porque um oficial que seja monitor dificilmente será instrutor e depois mestre se não houver mestres de equitação não se fecha o ciclo da instrução e da equitação dentro do exército. Até mesmo a dita Reprise, que é o *ex libris* do Exército, morre se não houver o curso de mestres de equitação.”

5. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?

“A validação civil, arrisco a dizer, que é a maior barreira para que a equitação militar se pudesse manter ou estar mais estável. Não sou contra a validação civil, nós fomos melhorando e ainda fiz parte da rapaziada que ensinava em Mafra como se formava um instrutor ou monitor de equitação. A Escola Nacional de Equitação foi buscar a informação para fazer os referenciais de curso, com base do que é feito em Mafra e da experiência dos oficiais que aprenderam e estiveram lá. Mafra é o berço da equitação nacional. O facto de a equitação cá fora se organizar e evoluir, que foi uma mais-valia para o país, cria mais possibilidades para aprender a dar os cursos. No entanto, a dada altura, quer me parecer, que o exército quis de tal maneira alinhar com a federação através da ENE, que perdeu a noção da importância da sua existência. Na medida em que quando se fala de equitação militar e vamos ver os referenciais de curso e o referencial do CMEFD é rigorosamente igual ao referencial adotado pela ENE. Quando na instituição militar se definem objetivos em equitação que são absolutamente civis é logo um agitar da estrutura. Por exemplo, tenho dificuldade em aceitar que o objetivo da equitação na Academia Militar é sela 4. Quando eu era

diretor de equitação e achavam que o objetivo do curso de instrutor de equitação sela 9 ou monitores sela 7, nunca gostava de o fazer porque isso é perder as nossas raízes. Os nossos objetivos não podem ser resumidos numa designação meramente civil, nós temos muito mais, quando falamos de equitação militar ela é justificação de tudo, não podemos estar cingidos ao que se faz na sociedade civil. Esta mudança do referencial vem criar dificuldades à progressão dos cadetes. Mais do que a validação do curso, a credibilidade que nós tínhamos. A escola que Mafra fazia e o que ensinávamos aos alunos nos nove meses do curso de instrutores, aquela formação continua, a sequência dos objetivos que iam aparecer no final não de uma forma modelar porque o objetivo era sempre o final do curso. Tudo o que se ensinava em Mafra tornava Mafra credível, isso era a maior recompensa que o exército podia ter da sua formação. Já não tenho conhecimento se a sociedade civil ainda interessa a formação de Mafra, o rigor e a disciplina e que está agregado à disciplina. Depois havia coisas no curso de instrutores, que aprendíamos mas só depois das férias do curso é que percebíamos a evolução, para mim, leva a pensar que aquilo que Mafra ensinava é o que ficava dentro do aluno e que o aluno não se apercebia era importante porque iam percebendo ao longo do tempo. “

6. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca?

“Este modelo foi criado para praticantes civis, com uma prática equestre muito mais consolidada, que os militares conseguem ter. Um aluno na Academia Militar monta durante um ano, e os que gostam continuam, mas sempre condicionados pela entrega dos instrutores pois as aulas acabam as 17h, e essa prática é feita fora de horas. Os civis quando vão para mafra já tem uma prática extensa, alguns já fazem provas ou mesmo dão aulas, o que precisam é arrumar os conceitos e usá-los de forma normalizada.

A um aluno de Cavalaria recém-formado, a experiência é curta, durante o tirocínio os trabalhos de investigação acabam por absorver grande parte do tempo, isto porque, Academia valoriza demasiado a parte académica. Chegam ao curso de

instrutores com pouca prática, e por isso, as bases de partida nestes cursos entre civis e militares não podem ser as mesmas.

Não conheço em pormenor, mas acima de tudo como já referi, a base de formação entre oficiais e sargentos é diferente.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?

“Quanto a potencialidades, não vejo neste modelo, não me parece porque o facto do curso de ter criado num prolongamento, sobrecarrega e não sendo o mais adequado. Os oficiais no curso ficam uns meses sem evoluir para esperarem que os sargentos cheguem ao mesmo nível e perde-se impulsão no final do curso. Não vejo qualquer vantagem sendo que o curso está muito longo.”

7. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?

“Os cursos em Mafra criam muitas vantagens, porque repete-se, planeia-se e melhora-se, havendo pormenores que não se percebiam enquanto aluno e depois são aplicados e corrigidos. A Escola de Mafra só tem capacidade de melhorar ao dar cursos, ao investir na formação de equitação e se for dividido perde-se qualidade.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Não.”

Apêndice G – Entrevista ao TCor Cav Luís Gomes da Silva**Interlocutor:** Tenente-Coronel de Cavalaria Luís Carlos Gomes da Silva**Entrevistador:** Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva**Cargo:** Chefe da Sub-Secção de Formação de Equitação do CMEFD**Data:** 5 de março de 2013**Hora:** 15h30**Local:** Picadeiro “Hebraico”**Suporte:** Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:**1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?**

“A equitação militar é basicamente a equitação praticada a nível militar que difere da equitação praticada a nível civil porque se procura também desenvolver e aperfeiçoar as características dos militares como pessoas e como militares, resultantes da prática dessa equitação. As qualidades são entre outras, o desembaraço, a rapidez do raciocínio, a coragem, a tenacidade, o não desistir logo à primeira dificuldade, o vencer as dificuldades que aparecem utilizando para isso a nossa inteligência, porque o caminho para vencer determinadas dificuldades não é sempre o mesmo e são estes aspetos que diferenciam a equitação militar da equitação civil.

A nível civil, os objetivos principais da equitação são aprender a montar a cavalo. A nível militar, esse objetivo também existe, mas todos os outros que eu mencionei também são importantes e são procurados permanentemente durante toda a instrução da equitação, principalmente, mas não só, na formação dos quadros. Tanto

na ESE como na Academia militar, as instruções visam o explorar dessas características.

Portanto, eu considero que é muito importante na formação porque é das poucas instruções em que isso é posto à prova, sem haver um controlo direto do aluno sobre a situação, porque em todas as outras situações o aluno tem quase sempre controlo do que vai fazer ou do que não vai fazer. Aqui não, tem sempre um ser vivo debaixo dele, com vontade própria e tem que haver um conjugar das duas vontades. E é também a única modalidade em que estão sempre dois seres vivos em permanente ligação.”

2. Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique

“Sim, a segunda pergunta está relacionada com a primeira e como eu disse, é praticada. É praticada nos dias de hoje, penso eu que não com muitas diferenças em relação ao que era praticado há uma dúzia de anos atrás. Já não vou para muitos mais, mas há uma dúzia ou até há vinte anos atrás é parecido.

Nunca é exatamente igual e é praticada nos dias de hoje, principalmente nos locais onde há formação, ou seja, na Academia Militar, na EPC, na Escola de Sargentos do Exército e aqui no CMEFD também com a formação de formadores, porque as instruções também passam por isso. Mas continua a ser praticada, e muito, nos dias de hoje.”

3. Como Mestre de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“O curso que frequentei aqui no CMEFD, o curso de Mestres, na minha opinião, é que está adequado às funções. Em termos de alterações, sinceramente não vejo que sejam necessárias alterações de fundo.

As nossas funções como Mestre de equitação são ligeiramente diferentes consoante o sítio onde estamos, aqui as exigências são umas, o Mestre de equitação da

Academia Militar tem outras e são ligeiramente diferentes. No entanto, a formação que nós temos é adequada para qualquer uma dessas funções.”

- 4. De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?**

“Em relação ao cursos de instrutores e de monitores de equitação militar, eu considero que este novo modelo se adequa às necessidades. Teve de ser, e está a ser ajustado é em função do que era anteriormente. Mas continuamos na mesma a capacitar e a habilitar os militares para as funções que vão desempenhar.

E a parte de ser uma estrutura hierarquizada não colide com esta situação porque embora o curso de monitores se destine atualmente tanto a oficiais e sargentos, só os oficiais depois é que podem continuar com o curso de instrutores. Mas mesmo que não pudessem, não considero essa situação grave.

Não há qualquer problema em que os oficiais e os sargentos estejam igualmente habilitados. Não é aquilo a que a maior parte da instituição está habituada, mas não é uma situação grave. O que se tenta também manter é que não haja um bocado o inverso, que é de haver sargentos mais habilitados que os oficiais. Mas quando tal acontece, também não é mau, porque não é problema nenhum as pessoas estarem mais habilitadas ou terem mais habilitações do que as que necessitam para as funções que vão desempenhar. Terem menos habilitações para as funções é que é complicado, agora se tiverem mais habilitações do que as funções que vão desempenhar acho que não há problema nenhum. Como na tropa, o mais graduado ou mais antigo, é o chefe de determinada secção ou determinadas funções.”

- 5. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.**

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?

“A validação dos cursos militares pelas entidades civis é importante. Não considero, é que seja um fator que determine a realização ou não da formação militar. E como é óbvio quanto mais validação tiver determinada formação, acho que mais viável e mais credibilizada fica por toda a gente, por isso é que, atualmente os referenciais dos cursos de equitação estão a ser feitos e permanentemente ajustados para se conseguir, sem prejudicar a formação da equitação militar acompanhar, sempre que possível, as exigências a nível da sociedade civil.

Como se encontra agora numa fase conturbada, que está parada a formação a nível civil, nós estamos a fazer uma formação semelhante ao que eles faziam. Agora quando for definida como deve ser a formação civil, veremos se há possibilidade e capacidade para adaptarmos os nossos modelos aos modelos de formação civil, mantendo para além desse modelo civil, todas as outras disciplinas militares que compõem os cursos.”

6. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.**a. Quais as vulnerabilidades que destaca?**

“As vulnerabilidades para já não são muitas, a não ser que a nível do curso de instrutores, não se pretenda nem está feito o referencial do curso de instrutores para acompanhar a formação civil. A nível do curso de instrutores que é grau III da formação civil há dificuldades na validação, pois o curso de instrutores não cumpre os requisitos curriculares para ser validado pela Escola Nacional de Equitação ou pela Federação Equestre, principalmente devido à carga horária que foi aplicada em que o curso de instrutores tem uma duração relativamente reduzida, para se conseguir cumprir com o objetivo de se realizar na sequência ou no seguimento imediato do curso de monitores de equitação.

Neste momento o curso de instrutores de equitação, por ser de curta duração, só faz sentido se os alunos o frequentarem logo e imediatamente após o final do curso de

monitores e como continuação desse mesmo curso de monitores. Para se poder continuar o trabalho que teve início no curso de monitores e continuar por mais 2 meses e pouco para os instrutores. Não é viável, reiniciar o trabalho, a partir do zero, por assim dizer para um período só de dois meses. Não é suficiente para haver uma evolução adequada tanto dos cavalos como dos cavaleiros para atingir os objetivos do curso de instrutor. Só pode ser entendido como continuação do curso de instrutores.

Temos ainda a situação de que, e como foi falado num ponto anterior, temos os oficiais e os sargentos a frequentarem ao mesmo tempo o curso de monitores de equitação. Se em termos de hierarquia, isto não é problemático, um dos fatores que poderá diferenciar muito os oficiais dos sargentos e que já estamos a sentir neste momento no curso que se está a realizar este ano, é que na altura do início do curso, os oficiais oriundos da Academia Militar trazem uma experiência adquirida muito maior, muito diferente dos sargentos. Porque a instrução ministrada na Academia Militar, a formação ministrada é muito diferente da formação ministrada na Escola de Sargentos do Exército.

Principalmente em termos de horas, na Academia Militar, os alunos acabam por ter entre 3 a 4 anos de formação de equitação e enquanto na ESE, dos 2 anos de formação de equitação têm uma carga curricular muito pequena e então isso vai marcar uma grande diferença tanto no início do curso, como depois no desenrolar do próprio curso.

Em termos depois do desempenho de cada um, isto também vai condicionar porque quem está mais atrasado tem naturalmente mais dificuldade em atingir os objetivos definidos para o curso, não quer dizer que não consiga, isso vai depender de cada um, da aptidão de cada um, não basta querer, têm que ser capazes de o fazer e vai depender depois muito de cada de conseguir atingir os objetivos ou não.

Ainda não temos uma grande experiência nesse aspeto para se poder estabelecer já um modelo para isso.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?

“Em relação às potencialidades mais relevantes, é que neste momento com os referenciais que estão em vigor, e que já foi falado anteriormente, é que temos a possibilidade de a nível do ajudante de monitores e monitores de equitação militar garantir também uma validação a nível civil da Escola Nacional de Equitação e/ou da

Federação Equestre Portuguesa respetivamente, para o grau 1 no que diz respeito ao curso de ajudante de monitores e ao grau 2, no que diz respeito o curso de monitores de equitação.”

7. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?

“O local para a realização dos cursos não esta diretamente relacionado com as alterações. Para a realização destes cursos o local deve ser um por um motivo: assegurar uma unidade de doutrina e formar todos da mesma maneira, formar os formadores militares da mesma maneira, a par com a possível economia de meios humanos, materiais, financeiros e animais que seja possível.

Como é óbvio os cursos poderiam ser ministrados noutra locais, mas acho que devido à dimensão dos cursos e daquilo que se pretende, não se justifica haver dois ou três locais, a nível militar para esta formação. Por outro lado, havendo só num local, esse local deve ser aqui no centro, porque o Centro tem as condições reunidas ao longo desses anos todos, para garantir esta formação, tanto a nível de infraestruturas, ou seja picadeiros cobertos e descobertos, seja a nível de cavaliças e sendo ainda o centro como a unidade que faz a recolha dos solípedes do Exército. Portanto é o local onde existem mais cavalos para se poder, depois apoiar essa formação e esta formação tem alguma carga em termos de cavalos devido à carga curricular que cada um dos cursos em termos de ginástica, ginástica sem estribos ou com estribos, devido as ajudas e depois às disciplinas de educação do cavaleiro de ensino, de obstáculos, e de concurso completo. Portanto cada uma destas disciplinas tem um conjunto de cavalos adequado para a disciplina, não é o mesmo cavalo para as disciplinas todas, portanto considero que deve continuar a ser o mesmo local.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Não.”

Apêndice H – Entrevista ao Maj Cav Carlos Marques

Interlocutor: Major de Cavalaria Carlos Jorge Veríssimo Bastos de Ferreira Marques

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva

Cargo: Mestre de Equitação Colégio Militar

Data: 25 de fevereiro de 2013

Hora: 09h00

Local: Picadeiro coberto Colégio Militar

Suporte: Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

“Gostaria somente de salientar que as minhas respostas são somente a minha opinião.”

Questões:

- 1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?**

“Relativamente á primeira pergunta, temos de ver aqui duas coisas:

1ª - “Equitação Militar” é a denominação utilizada para definir a equitação praticada por militares. A diferença encontra-se no grau de perigo existente, por isso o CCE é a disciplina equestre com as características que nós militares apreciamos mais, dado que o risco da transposição do obstáculo de campo é muito superior aos outros.

2ª - A Equitação (a pratica da Equitação), traz vantagens na educação, na formação de carácter e no desenvolvimento físico do ser humano, militar ou civil, adulto ou criança, e até de pessoas que sofrem de deficiências físicas e mentais.

Aqui no Colégio Militar, aprendeste as bases iniciais daquilo que tu ainda hoje sabes de equitação. Esta pergunta pode ser feita a ti:

“Qual é a vantagem de teres tido aqui equitação?”

”Tiveste vantagens aqui na tua formação como pessoa?”.

Acho que sim, eu assisto diariamente a transformações de carácter dos alunos e tenho alunos que no primeiro contacto que tem com o cavalo mostram receio, medo, que choram e que se recusam montar a cavalo e com o tempo, vão ganhando confiança desenvolvendo coragem, começam a olhar para o risco de uma forma diferente e que acabam o ano a perguntar “Quando é que saltamos?”.

A prática de Equitação desenvolve no aluno a confiança, a coragem, a prudência, a firmeza, a determinação, a descrição entre outras características de liderança, e é por isso um grande auxiliar na formação dos militares. Por isso, eu creio que é muito importante a equitação na formação dos oficiais e sargentos do quadro permanente.”

2. Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique

“Claro que sim. A equitação militar é praticada inicialmente na Academia Militar e Escola de Sargentos do Exército, desenvolvida na EPC e depois em todas as unidades onde hajam cavaleiros militares.

O Colégio Militar é uma instituição à parte. Embora seja um Colégio Militar, a equitação que aqui se ministra não é propriamente a mesma que se ministra na Academia Militar dado a faixa etária dos alunos aqui existentes. Os cadetes têm objetivos próprios a atingir em determinado tempo e os alunos do Colégio Militar vão atingindo, não há um final temporal para esses objetivos aparecerem.

Se considero que deve continuar, com certeza que sim, até porque a equitação militar é praticada hoje em dia essencialmente pela arma de Cavalaria mas não só, e se queremos ter os nossos oficiais e sargentos de Cavalaria a continuar a tradição no desporto equestre, também gostamos que haja outros oficiais e sargentos de outras armas e serviços que o façam, por isso deve continuar.

Portanto, a equitação militar, para mim está dividida em 3 grandes partes, a parte da representação do Exército junto da sociedade civil através da “Reprise de

Mafra”, a parte do desporto equestre onde os cavaleiros participam nas provas militares e civis, e a formação equestre. É nesta parte que é muito importante não só a formação equestre do “como saber montar a cavalo”, mas a formação de carácter da pessoa. Por isso é que é muito importante que a equitação militar continue a ser praticada.”

3. Como Instrutor de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“Isto é uma opinião muito própria.

Frequentei o meu curso em 2000/2001. Já se passaram 12 anos. Creio que os currículos dos cursos têm evoluído ao longo dos tempos.

Os cursos devem estar apontados para o desenvolvimento de aptidões como cavaleiro, de forma a poder ensinar as capacidades equestres, mas não só. Temos na nossa formação como Oficiais e Sargentos, o ”Curso de Formação Inicial de Formadores” que nos é curricular e que nos dá muitas bases, mas é necessário agarrar esses conhecimentos e técnicas e adaptá-los à Equitação. Creio que neste momento os cursos estão mais desenvolvidos para a aplicação pedagógica dos conhecimentos equestres.”

4. De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?

“Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada onde os sargentos têm funções bem definidas e os oficiais funções diferentes, não vejo necessidade de que os sargentos tirem mais cursos para além do de monitor dado que não irão desempenhar funções de instrutor.

No entanto, e havendo essa possibilidade, creio que os sargentos que frequentem os cursos de monitores poderão eventualmente frequentar o curso de instrutores, como complemento à sua formação equestre.”

5. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?

“Eu acho que é sempre importante que os cursos que sejam ministrados no Exército sejam reconhecidos a nível civil. A equitação ao longo dos tempos tem evoluído muito e se há 50 anos atrás os militares davam cartas a nível equestre nacional, hoje em dia, os militares estão um bocado renegados para um segundo ou terceiro plano.

Nós vemos os nossos Coronéis, mestres de equitação a dar aulas em escolas de equitação civis e vemos que muitos cavaleiros civis são o que são hoje porque tem uma capacidade financeira bastante diferente da nossa. Os bons cavalos custam dinheiro e nós militares temos que fazer o muito que já fazemos com cavalos com capacidades inferiores. Mas o *know-how*, a experiência e a pedagogia temo-la, e por isso, é importante que nós não percamos o comboio da equitação nacional e que os nossos cursos continuem a ser reconhecidos, o que é vantajoso para nós. Outro aspeto relevante para o facto de termos adaptado os nossos referenciais de curso para os da Escola Nacional de Equitação é também o facto de a ENE ter um presidente, ou um diretor, um Coronel, Mestre de Equitação, sendo então no fundo, estes referenciais uma adaptação dos da tropa à sociedade civil.

Temos que ver e compreender que hoje em dia nós que somos militares vamos fazer um curso de longa duração de nove meses mas continuamos a receber o nosso ordenado, um civil não consegue fazer isso, ele tem a sua profissão, o seu trabalho e monta o cavalo ao final do dia e não consegue de forma alguma forma deixar de trabalhar para fazer um curso de nove meses, sem ter ordenado. O curso custa dinheiro e têm que o pagar portanto, estes cursos da ENE são cursos fracionados que permitem

que o cavaleiro vá para casa com “trabalhos de casa” e venha depois fazer exames intermédios para apresentar os trabalhos que fez em casa.

É ótimo que continuemos a ter os nossos cursos de longa duração desde que sejam reconhecidos.”

6. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca?

“Eu de certa forma não vejo vulnerabilidades.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?

“O referencial de curso está adequado a uma formação de professores e cavaleiros tendo como base uma aprendizagem anterior dos oficiais na Academia Militar e no tirocínio e dos sargentos na formação inicial na ESE e depois na Escola Prática de Cavalaria.

Nesta nossa formação militar, também temos o antigo Curso de Métodos de Instrução, hoje em dia certificado de competências pedagógicas (CCP), portanto estes nossos cursos militares vão se completando uns aos outros. Eu creio que o curso, com os novos referenciais a obrigar os sargentos e oficiais a passar por todas as fases, desde o curso de ajudantes de monitor, monitores e depois a evolução para o curso de instrutores, está adequado e potencia a que os sargentos também possam fazer o curso de instrutores.”

7. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?

“Sim, a não ser que o Exército começasse a adotar os cursos fracionados como a GNR adotou e cada cavaleiro pudesse de certa forma na sua unidade trabalhar os seus cavalos e temporariamente ir a Mafra fazer as provas.

Só vejo isto possível, se a gestão do pessoal no Exército conseguisse efetivamente colocar nas unidades de Cavalaria, instrutores e mestres de equitação que pudessem apoiar estes cursos fracionados, de qualquer forma, acho que ia-se perder muito se isto fosse possível.

Eu não sou defensor desta modalidade, acho que devemos ir todos para Mafra. O CMEFD é que é o centro de formação. Tem os formadores adequados, tem a pedagogia estudada, tem os cavalos que permitam fazer as aulas como está estudado já há muitas décadas, G1 e G2, e a intensidade do curso em si é uma coisa que também deve ser mantida. Porque ser cavaleiro militar não é só montar a cavalo, há um desgaste físico, psicológico, e isso tudo também contribui para a nossa formação.

Agora com a nova reestruturação do Exército, a possível junção das Escolas Práticas das Armas em Mafra e o aglomerar ou absorção do CMEFD passando a ser um pólo de formação Equestre e de Educação Física, creio que vai ser vantajoso e trazer maior reconhecimento à formação equestre administrada pelo Exército. Vamos ter uma reunião de cavaleiros praticantes mais concentrada no CMEFD e isso vai ser bom e como tal, acho que deve ser feito neste local.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Não.”

Apêndice I – Entrevista ao Cap Cav Emanuel Umbelino**Interlocutor:** Capitão de Cavalaria Emanuel Jorge Monteiro Umbelino**Entrevistador:** Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva**Cargo:** Instrutor de Equitação AM**Data:** 11 de março de 2013**Hora:** 10h00**Local:** Academia Militar - Amadora**Suporte:** Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:**1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?**

“Na equitação militar, o grande objetivo que se pretende é desenvolver o desembaraço físico, a coragem moral e no que respeita aos oficiais, melhorar e dar-lhe algumas capacidades, virtudes ou competências que lhe permitam ser mais fácil praticar a sua ação de comando.

E a equitação, porque o cavaleiro está muito dependente daquilo que é o cavalo, ele é obrigado a impor a sua vontade à vontade do cavalo, é uma modalidade ou um desporto por excelência que contribui efetivamente para isso, para ele melhorar a sua capacidade de ação de comando, o desembaraço, coragem moral, o espírito de decisão e a capacidade de decidir quando confrontado com dificuldades e obstáculos. Claro que isto depois tem um crescendo, eles começam numa fase em que fazem a adaptação ao cavalo e vão conhecendo aqueles primeiros receios e à medida que vão evoluindo vai-se pondo obstáculos mais difíceis, ou criando mais dificuldades, para

eles serem confrontados com isso mesmo, dificuldades que eles tem de decidir, onde têm de se adaptar e têm de ultrapassar esses obstáculos.

Isto para mim é a equitação militar. Claro que ela é muito importante e é transversal a todas as armas e serviços e para a formação do oficial e dos sargentos do exército, claro que é, efetivamente é bastante importante, por isso mesmo, porque vai-lhes facilitar aplicarem aquilo que aprenderam, aquilo que guardaram da equitação militar e depois fazer a transferência para o comando de tropas.

Depois há aqui por trás, uma coisa que também é muito importante que é a empatia que eles ganham com o animal e é essa empatia que se ganha no maneio, no dia-a-dia quando se tem um cavalo distribuído, e que vai de alguma forma também contribuir para depois ele saber lidar com os homens dele, porque os homens não são robôs e a determinadas alturas estão melhores psicologicamente, pior psicologicamente, moral, fisicamente e essa empatia que eles criarem enquanto formandos de equitação militar, conseguem depois também transferi-la do trato com os seus homens.

E é isto que eu entendo.”

2. Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique

“Eu não consigo visualizar a formação da equitação militar em todas as unidades. A minha referência é a Academia Militar, o Colégio Militar, Mafra e a EPC, portanto já são bastantes, mas considero que de alguma forma sim, ela é praticada nos dias de hoje, principalmente no tirocínio aos oficiais tirocinantes, na Academia Militar ao 2º ano e aos alunos do Colégio Militar sem duvida, porque começam logo desde muito pequeninos a ter contacto com os cavalos e os medos vêm ao de cima, os receios vêm ao de cima e aos poucos e poucos, de semana para semana eles vão vencendo esses medos, esses receios e vão melhorando, o que vai contribuir muito para a personalidade deles no futuro.”

3. Como Instrutor de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“Sim, considero que está adequado. Apesar do curso de instrutor de equitação que é ministrado no CMEFD estar muito vocacionado para as disciplinas equestres, essas ferramentas são necessárias para depois.

Quando estamos em aulas de equitação militar e não tanto a olhar para a componente desportiva, para a dressage, para os obstáculos, para o CCE, considero que está perfeitamente adequado, porque nós precisamos dessas ferramentas que temos no curso para conduzir as nossas sessões, definir quais são os objetivos de formação, tanto os gerais como os específicos. E o curso, porque tem um método e segue esse método, dá-nos essas ferramentas e esses passos todos que temos de percorrer para depois pôr em prática a equitação militar.

Relativamente a alterações, eu não creio que haja muitas a implementar, até porque na disciplina de CCE, que tem a sua essência puramente militar e onde nós somos postos à prova, continua e muito a contribuir para os objetivos da equitação militar, principalmente no cross, onde temos obstáculos diferentes, medos e receios que são muito mais exponenciados.

Acho que estão perfeitamente adaptados.”

4. De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?

“Eu considero que sim, que o modelo está adequado às necessidades do Exército, até porque o pessoal tem de se especializar e as coisas têm de funcionar cada vez mais pela via da competência. E apesar de no Quadro Orgânico haver uma distinção clara entre as funções do oficial, do sargento e das praças, isso depois não implica que as competências técnico-pedagógicas e científicas que o monitor, instrutor

ou ajudante de monitor tenha, sejam inferiores só porque tem uma categoria mais baixa. Quanto mais competências essa pessoa tiver, melhor. E depois é só olhar para o quadro orgânico e ver efetivamente quais são as tarefas que ele tem de cumprir, na certeza que se a formação continuar assim como está, é mais fácil depois, porque não há excesso de saber. Cada pessoa sabe exatamente o que tem de fazer, e quanto mais souber ao nível da formação que teve, mais fácil vai ser para ele depois fazer o seu trabalho.

E até porque a gente sabe que os recursos humanos são cada vez mais limitados e é preciso o pessoal ter essas competências para conseguir orientar melhor o trabalho e para os próprios sargentos, neste caso monitores darem formação quando é necessário, porque a gente sabe que infelizmente os oficiais começam a ser sobrecarregados cada vez mais com mais funções, com mais tarefas e é preciso que quem está nessa cadeia de comando, que tenha também um à vontade para assumir as instruções e para poder também atingir os objetivos que foram definidos para a equitação.”

5. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?

“Considero importante, ainda que não seja essencial andarmos a par com a formação civil. Considero importante que a gente mantenha mais ou menos o rumo e que não se afaste e não divirja muito daquilo que são os objetivos lá de fora. Até porque, a gente quer queira quer não, tem representação lá fora como cavaleiros. Há pessoal que depois, com as competências que tem como formador e porque foi validada e certificada a formação que teve, conseguem ministrar formação lá fora e quanto mais não seja para um reconhecimento da sociedade civil daquilo que nós fazemos cá dentro, que é bem feito.

Agora, não é essencial. Nós temos de nos preocupar efetivamente é com o que nós queremos e com aquilo que nós queremos fazer e que recursos é que temos para o

fazer e gerir os nossos recursos de maneira a atingir os nossos objetivos, sem estar a olhar para o exterior, porque todos sabemos que isto envolve muitos custos.

Agora, se a gente conseguir convergir com aquilo que é feito lá fora, tanto melhor, porque há um reconhecimento mais fácil por parte dos civis, do trabalho que os militares fazem cá dentro, portanto, é importante, não é essencial.”

6. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca?

“Há várias.

Há efetivamente a situação da ESE não ter a capacidade, por falta de tempo, de conseguir evoluir mais os sargentos, pois apesar de depois na EPC a prática de equitação ser mais intensiva, não quer dizer que nesse espaço de um ano, se consegue pôr um aluno pronto para o curso tal e qual como ele está conseguido.

Mas a mesma coisa acontece com os oficiais, porque cada vez mais e tu sabes, o 2º ano é muito curto, até porque o objetivo do 2º ano é uma equitação militar e depois sim, no 4º ano uma equitação mais orientada para o desporto. Mas também é pouco tempo, e a prova disso é que o pessoal quando entra nos quadros como alferes, cada vez mais tem dificuldades para depois atingir os objetivos do curso.

Mas não quer dizer que com gosto, empenho, trabalho, dedicação e se as pessoas, cedo, ainda como alunos, se decidirem que é aquilo que querem porque gostam mesmo, que não consigam chegar lá, logo ainda no início da carreira e que consigam atingir os objetivos. Porque consegue-se, agora exige é trabalho e a gente sabe que não é fácil um aspirante que tem muito pouco tempo para montar, estar a orientar tudo para logo no ano a seguir, de alferes, se dedicar aos cavalos.

Não é fácil, claro que não é fácil e exige uma grande disponibilidade de tempo para trabalhar e evoluir em termos equestres para depois conseguir ingressar no curso.

Mas é como eu digo, com esforço e dedicação, sendo uma vulnerabilidade, eu acredito que ela seja ultrapassada.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?

“Relativamente às potencialidades, podemos ir de encontro ao que falámos há pouco.

Em primeiro lugar, o curso dá-te uma enorme quantidade de ferramentas que vão ser uteis se continuares depois ligado ao ensino da equitação. Portanto, o curso da forma como está desenhado, ainda que muito similar àquilo que é praticado lá fora pela Escola Nacional de Equitação, o curso não deixa de seguir um método e um padrão específico que te vai conferir essas ferramentas para depois seres um bom formador na equitação, seja ela militar ou vocacionada para o desporto.

Para além disso, depois, como se anda a concorrer muito com o que é praticado lá fora, há o reconhecimento da sociedade civil daquilo que se faz cá dentro.

Infelizmente, hoje em dia, o pessoal já está separado da GNR, esta já tem uma formação própria, portanto, a determinada altura os cursos separaram-se, mas efetivamente a sociedade civil ainda vai olhando cá para dentro e vai reconhecendo que o trabalho que é feito cá dentro é de qualidade e é feito com cabeça e com método.”

7. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?

“Devem.

Sem sombra de dúvida, que devem continuar a ser feitos no CMEFD, até porque neste momento não estou a ver assim outro local com as infraestruturas e com os recursos que o CMEFD tem. Nem só as infraestruturas ligadas à prática da equitação, mas depois em termos de hospital dos solípedes, o apoio veterinário, etc. Portanto, tem de ser ali, não estou a ver outro sítio com a capacidade de fazer o acompanhamento dos cursos nessas vertentes todas.

Mesmo depois na equitação superior, é no CMEFD, onde está sempre, normalmente os mestres de equitação.

Relativamente às novas alterações onde se fala de o CMEFD integrar a Escola da Armas, eu acho que não se vai perder nada, até porque o CMEFD vai continuar a ser o CMEFD, nada se vai alterar, só em termos de estrutura é que as coisas se vão

alterar um bocadinho. Mas em termos da essência daquilo que tem a ver com a formação da equitação acho que pouco ou nada se vai alterar. Os currículos dos cursos não de se manter muito iguais, e as alterações, se houver nunca não de ser em prejuízo da formação de equitação.

Sim, acho que sim, o CMEFD, neste momento é o local mais indicado para a realização destes cursos, não só pelas infraestruturas, pelos recursos, mas também, por ser lá a nossa coudelaria, que permite aos alunos praticar, também a parte do desbaste.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Não.”

Apêndice J – Entrevista ao Cap Cav Duarte Caldeira**Interlocutor:** Capitão de Cavalaria Duarte Jorge Heitor Caldeira**Entrevistador:** Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva**Cargo:** Mestre de Equitação EPC**Data:** 17 de abril de 2013**Hora:** 17h00**Local:** Bar de Oficiais da EPC**Suporte:** Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:

- 1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?**

“A equitação militar é uma disciplina que permite que os oficiais e sargentos do Quadro Permanente estimulem, treinem, pratiquem e desenvolvam as suas capacidades de liderança, autocontrolo, perseverança e outras virtudes militares.

É a primeira parte do comando de tropas. Conforme tratarem o cavalo, irão tratar os seus militares na formação militar. Normalmente até se costuma dizer, “diz-me como tratas o teu cavalo, dir-te-ei como comandas os teus homens”.”

- 2. Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique**

“Sim.

A grande diferença da equitação militar para a equitação civil é a forma como é dada. O grau de exigência, a rusticidade, o pôr-vos em stress, o avaliar a vossa capacidade de resposta é fundamental para demonstrar a grande distinção entre a equitação militar e a equitação civil.

Na equitação civil tudo é dado conforme o que os pais pagam aos meninos, sendo que, o que conta no fim do mês, é o pagar do centro hípico.

A equitação militar é como uma missão que é dada. Se é para fazer, é para fazer, nem que se monte sem dentes, sem pernas, sem olhos. Se é para passar, é para passar.

Na equitação militar podemos realçar aspetos como a perseverança, o espírito de sacrifício, coragem, a entrega e o espírito de missão.”

3. Como Instrutor de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“Sim. No entanto, daria mais tempo de formação à prática pedagógica. Em tudo o resto é só manter.

Eu ainda fiz o curso em que era necessário dois percursos qualificativos de preliminar, um percurso qualificativo de uma estrela e as provas de ensino M e C. Tínhamos cavalo de desbaste, de ensino, de obstáculos e de CCE, todos eles com certos objetivos a atingir, tais como, obstáculos era 1,20m, CCE era uma estrela e ensino fazer as provas M.

No geral, considero de valor manter. Apenas incluiria duas coisas. Uma já disse, que está relacionada com os métodos de instrução, e a outra era a organização de concursos hípicos. É fundamental que o curso seja mais incisivo nesse ponto.”

4. De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?

“Sim, o Exército é uma estrutura hierarquizada, mas isto é um curso de especialização e a especialização não tem nada a ver com a hierarquia.

Por exemplo, pode haver um alferes especializado em finanças que tenha de dizer ao Capitão ou ao Tenente Coronel “Olhe, o melhor caminho é este...”.”

5. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?

“Sim, é fundamental que nós no Exército mantenhamos a validação civil, porque de outra forma, não nos reconhecem a capacidade nem as competências. Nós (Exército) fomos quem fundou a Federação Equestre Portuguesa, portanto é fundamental que não percamos esse comboio.

Tal como a GNR fez, manteve os cursos na GNR, nós temos que os manter no Exército e temos que os suportar com validação civil. A Escola Nacional de Equitação tem na direção oficiais do Exército que são uma mais-valia, mas o Exército tem de se esforçar por isso.”

6. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca?

“Não vejo nenhum inconveniente. Se os sargentos e os oficiais perceberem a sua posição e se cada um souber as suas competências e limites, penso que não vai haver problemas.

Em termos de competências técnicas temos sargentos que são mestres e instrutores de equitação. É importante saber distinguir, uma coisa é a carreira militar e outra coisa é a carreira específica de formador de equitação.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?

“Com os cursos nestes moldes, tanto os oficiais como os sargentos estão todos juntos, conhecem-se todos e todos sabem o que um fez ou não fez.

Para os sargentos é bom porque os oficiais sabem o que eles fizeram e para os oficiais é bom porque os sargentos dizem “este andou comigo a fazer a mesma coisa e para além do que eu fiz, ainda fez coisas mais difíceis”.”

7. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?

“Sim, devem continuar a ser feitos no CMEFD.

O CMEFD é o único centro hípico de cinco estrelas aprovado a nível nacional e é importante preservar.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Para este modelo é preciso flexibilidade mental e é preciso que as pessoas não se fixem nos postos. Um sargento pode perfeitamente ser instrutor ou monitor. No Exército são monitores, mas se as suas competências técnicas vão para além disso, não há problema nenhum que sejam reconhecidos pela Escola Nacional de Equitação e pela Federação Equestre Portuguesa.

Eu sou sempre apologista de que todas as competências ao nível do Exército sejam reconhecidas a nível civil. O inverso é que não.

O curso de instrutores perdeu o seu reconhecimento, tornando-se assim num problema. Apesar de o curso cumprir com programa horário e com o referencial de curso de instrutores, não é reconhecido apenas porque houve a dada altura do processo de evolução da equitação militar, certas pessoas que estão perfeitamente identificadas que não souberam acompanhar e deixaram perder o comboio que a GNR apanhou.

Neste momento a GNR está a formar ajudantes de monitor, monitores e instrutores da Escola Nacional de Equitação.”

Apêndice K – Entrevista ao 1º Sargento Cav Nuno Silva

Interlocutor: Primeiro-Sargento de Cavalaria Nuno Miguel Monteiro da Silva

Entrevistador: Aspirante de Cavalaria David Emanuel Monteiro Azevedo da Silva

Cargo: Monitor de Equitação da ESE

Data: 27 de fevereiro de 2013

Hora: 09h30

Local: Gabinete do Monitor de Equitação da ESE

Suporte: Gravação em áudio digital

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objeção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Questões:

1. O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?

“A equitação militar para mim é um importante meio que a Instituição dispõe para completar a formação dos nossos quadros, é um meio essencial.

Depois é importante também, e porque aqui na ESE eu faço referência a isso, é o primeiro contacto que os formandos têm com um Ser que também tem vontade própria e onde eles vão ter de começar a impor as suas vontades e a reagir a situações inopinadas.

Como futuros quadros, também eles vão ter subordinados, vão ter que os comandar, saber impor a sua vontade, ou seja levá-los de encontro àquilo que querem, mas também saber reagir a qualquer outra situação inopinada que eles nos proporcionem.

Acho que é muito importante a equitação militar por isso.”

2. Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique

“Sinceramente acho que sim, mas tem vindo a diminuir. Não devido aos instrutores/formadores, mas por causa das montadas disponíveis para a instrução. Neste momento temos montadas de instrução muito velhas ou muito novas, por conseguinte as montadas mais velhas possuem muitos problemas ao nível físico e psicológico, que não permite que o formando consiga descontraír enquanto se ministra uma aula. Ou seja, o formador tem de estar mais preocupado, muitas das vezes com os cavalos que tem, do que propriamente com o formando.

Há cavalos mais fáceis e outros mais difíceis e através desses que os formandos se vão adaptando e ganhando aquelas características que se pretende, como o autodomínio, o autocontrolo e a flexibilidade, etc.... Ele consegue, só que eu tenho de estar muito mais preocupado é com as montadas do que propriamente com o aluno. As montadas notam-se que são velhas, e as que estão a ser metidas agora para a instrução são muito novas e como estão numa fase a seguir ao desbaste, também são muito impróprias para a instrução.

Mas continua-se a praticar, e acho que se deve continuar a praticar. Temos de manter a tradição, acho que é muito importante.”

3. Como monitor de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?

“O meu curso foi de 9 meses. Mas eu acho que sim, embora não saiba como está a funcionar agora com 6 meses.

É adequado ao nível da formação dos formandos, ou seja, eu sou formado para dar formação, não sou formado, propriamente dito, para fazer o resto, que é a manutenção das infraestruturas, a parte administrativa de uma secção de equitação e que se fala muito pouco sobre isso. Ou seja, nós somos mais vocacionados para dar formação de equitação, e eu que numa Unidade ou centro hípico vou ser responsável por um centro hípico, tenho tudo o resto para além da formação. Tenho a manutenção das infraestruturas como eu já referi, tenho de me preocupar com o comando de tropas,

com o comando dos meus homens, saber o que eles têm de fazer, e essa parte, agora não sei, mas na minha altura eu senti essa falta de apoio no curso.

Sei dar uma instrução de equitação, que foi para isso que me formei, mas a parte mais burocrática e administrativa, está um bocado à parte.”

4. De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?

“Eu concordo que seja hierarquizado, mas para todos.

Para mim a equitação não tem muito a ver com a “parte militar”, é mais uma valência civil, uma formação nossa, logo há hierarquias, mas eu, por ser instrutor de equitação sargento, não sou menos do que um instrutor oficial.

Eu vejo a equitação mais como uma formação profissional contínua e tem de ser contínua. Neste momento, segundo os novos referenciais, não. Mas nos antigos também já era assim, nós (sargentos) chegávamos a monitor de equitação e daí não passávamos.

No entanto, se queremos uma valência civil, que é o que se pretende, eu posso progredir lá fora. Eu posso ser instrutor de equitação para a Federação Equestre, para a ENE, mas não posso ser para a instituição militar. E isto vai provocar nos monitores de equitação uma certa estagnação a nível de formação.

Relativamente aos novos referenciais, acho muito bem que se comece por baixo, e se calhar para os sargentos, deviam começar como ajudante de monitor e ficar a desempenhar a função no mínimo dois anos e depois então poder engrenar no curso de monitores, ou seja, durante dois anos eles estariam numa secção de equitação a coadjuvar o comandante da secção, a ganhar experiência, porque não é acabando de sair da formação na EPC que facilmente se conclui o curso de monitores, segundo o novo referencial, que eu li e considero que está muito completo.”

5. Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil.

Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?

“Acho que sim.

Cada vez mais temos de ter equivalência na parte civil. Não só, e nota-se que qualquer instrutor que saia do CMEFD é muito bem visto lá fora e são os melhores. O curso é bem dado, está bem estruturado, tem os meios todos e acho que é muito importante o abrir também as portas, que já abrimos, ao pessoal civil da Federação.

É uma mais-valia e deve continuar.”

6. Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012.

a. Quais as vulnerabilidades que destaca?

“Os oficiais têm mais experiência, desde a Academia Militar, se calhar entrarem logo para o curso de monitor de equitação é viável, pois se formos a ver bem, a vossa primeira parte de equitação, os quatro anos que têm na Academia, dá logo equivalência ao curso de ajudante de monitor.

Agora ao nível dos sargentos acho não é possível. Agarrar num sargento acabado de sair da EPC e pô-lo a fazer o curso de monitor, não é viável. E vai-se notar logo essa discrepância no curso entre o sargento e o oficial. Por mais que uma pessoa tente encostá-los ao longo do curso, uma pessoa não consegue, porque o oficial tem sempre muito mais experiência.

Por isso, no futuro, se há curso de ajudante de monitor, os sargentos deviam fazê-lo primeiro e ficar à experiência dois anos como já referi, pois muitos deles até podem chegar depois à conclusão que não gostam daquilo.

E é nesses dois anos que depois se consegue ver se um sargento vai querer continuar, porque muitas vezes “chutam-nos” para o curso de monitor e depois vêm que não tem muito interesse.

Outra grande vulnerabilidade é o fato de eu, como sargento, não poder passar de monitor de equitação. Acho que se devia dar a oportunidade de progredir. Existe a hierarquia cá dentro e eu acho muito bem, mas isto é como eu digo, isto é mais uma formação profissional onde nós pretendemos também progredir.

Se formos a ver bem, se calhar o oficial que faz o curso de monitor e logo a seguir o de instrutor, também não é muito viável, porque tem de se ganhar a experiência.”

b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?

Nada a referir.

7. De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?

“Eu acho que sim e por vários motivos.

O CMEFD tem um quadro especializado de formadores, dos melhores que lá passaram, tem ótimas infraestruturas disponíveis a nível nacional e é lá que é feita a remonta, ou seja, é lá que são selecionados os solípedes para a instrução e depois é a tradição que já tem a Escola de Mafra, com o exemplo claro da Reprise da Escola de Mafra.

Sim, acho que neste momento é o melhor centro de formação de equitação a nível nacional e deve continuar sê-lo.”

8. Deseja acrescentar mais alguma coisa?

“Não.”

Apêndice L – Quadro-síntese das questões das entrevistas

Quadro nº 16 - Quadro-síntese das questões das entrevistas³⁸

Nº Questão	Questão	Entrevistados
1	O que entende por Equitação Militar e qual a sua importância na formação dos oficiais e sargentos do Quadro Permanente?	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9
2	Na sua opinião, considera que a Equitação Militar é praticada nos dias de hoje? Se sim, considera que deve continuar? Justifique	E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9
3	Como militar, considera que a Equitação Militar deve continuar a ser praticada no Exército? Justifique	E1, E2
4	Como Mestre/Instrutor/Monitor de Equitação, considera que o curso que frequentou no CMEFD está adequado às necessidades diárias da sua função? Que alterações implementaria?	E1, E2, E4, E5, E6, E7, E8, E9
5	De acordo com o Regulamento Equestre Militar (REM) de 1985, os cursos de Instrutores e Mestres de Equitação estavam destinados a oficiais e os de Monitor de Equitação a sargentos. Atualmente e de acordo com os novos referenciais de curso de formadores, o mesmo já não acontece para o curso de monitores. Sendo o Exército uma estrutura hierarquizada, considera este novo modelo adequado às necessidades do mesmo?	E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9
6	Tendo em conta a sua experiência anterior no Exército Português, considera este modelo de formação de formadores (POFFTE), mais especificamente a parte II do volume I (Formação Profissional de Formadores em Equitação Geral) adequado às necessidades da Instituição Militar?	E1, E2
7	Com a implementação dos novos referenciais de curso para formadores de Equitação, uma mais valia é a possibilidade de, a par com a formação militar, manter-se uma validação civil. Considera importante este aspeto para a viabilidade deste novo modelo de formação?	E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9
8	Com a implementação dos novos referenciais de formação de formadores de Equitação no Exército, os cursos de Ajudante de Monitor e Monitor de Equitação podem ser equiparados aos efetuados pela ENE, mas o mesmo já não acontece para o curso de Instrutores de Equitação. No seu ponto de vista considera relevante que exista um modelo único de formação de formadores a nível nacional?	E1, E2
9	Relativamente aos novos referenciais de curso de formadores de equitação aprovados em julho de 2012. a. Quais as vulnerabilidades que destaca? b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes?	E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9
10	Relativamente ao POFFTE adotado pela ENE em 2007. a. Quais as vulnerabilidades que destaca relativamente aos cursos em Equitação Geral? b. Quais as potencialidades que considera mais relevantes nestes mesmos cursos?	E1, E2
11	De acordo com o Regulamento Equestre Militar em vigor, os cursos de formadores são feitos pelo CMEFD. Tendo em conta estas novas alterações, considera que devem continuar a ser feitos no mesmo local?	E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9
12	Como atual Diretor/Equitador-Chefe da ENE, qual o ponto de situação da formação de formadores de equitação em Portugal?	E1, E2

³⁸ Fonte: Elaboração Própria.